

The logo for SINFIC PT is located in the top right corner. It consists of a white circle containing the text "SINFIC PT". "SINFIC" is in black and "PT" is in red. Above the "i" in "SINFIC" are three red dots of increasing size. Below the circle, the tagline "Relações de compromisso." is written in black.

**SINFIC PT**

Relações de compromisso.

A stylized world map is centered on the page. It is composed of a grid of small white dots on a red background. A solid black dot is placed on the map, specifically over the Atlantic Ocean between North and South America. Several other white dots are scattered across the map, including one in South America and several in Europe and Africa.

RELATÓRIO&CONTAS

2010

## RELATÓRIO&CONTAS

# 2010

### INTRODUÇÃO

(...)

Valeu a pena?

Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador,

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.

Mensagem poema do Mar Portuguez por Fernando  
Pessoa.

# ÍNDICE

<b>00. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO</b>	4	Unidades de Suporte ao Negócio	63
<b>01. PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE E RESULTADOS</b>	8	Recursos Humanos	64
<b>02. AMBIENTE MACROECONÓMICO</b>	16	Formação	66
Enquadramento Internacional	16	Segmentação de Mercado	66
Economia Angolana	18	Certificações Técnicas	68
Economia Nacional	20	Marcas Registadas	70
Sector das TIC em Portugal	21	Empresas Participadas	70
<b>03. PRINCIPAIS FACTOS 2010</b>	24	<b>08. POLÍTICA DA QUALIDADE</b>	73
Desempenho Económico	24	<b>09. EIXOS ESTRATÉGICOS</b>	77
Estrutura Organizacional e Accionista	25	Gestão Integrada do Território	77
Desenvolvimento de Competências – Recursos Humanos	25	Modernização Administrativa	78
Investimentos realizados	26	Segurança e Defesa	79
Desenvolvimento de novos produtos	26	Soluções de Negócio	80
Desenvolvimento de novos mercados	28	Governança e Estratégia e Operações	81
Actividades e Eventos	31	Concepção, Desenv. e Integração de Sistemas	82
<b>04. ANÁLISE DE CONTAS</b>	34	Hotelaria e Turismo	82
Análise Económica e Financeira	34	<b>10. PERSPECTIVAS PARA 2011</b>	84
Análise de Rendimentos e Gastos	34	Enquadramento Económico Internacional	84
Análise Balanço	45	Economia Angolana	86
<b>05. PRODUTOS</b>	53	Economia Nacional	87
Evolução da Oferta – Produtos /Mercados	53	Perspectivas para os Negócios	89
<b>06. INTENTO ESTRATÉGICO</b>	59	<b>11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	92
Visão	59	Balanço	92
Missão	59	Demonstração dos resultados por natureza	93
Valores	59	Demonstração de fluxos de caixa	94
Posicionamento	59	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	95
Modelo de Desenvolvimento	59	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	96
<b>07. PERFIL CORPORATIVO</b>	62	<b>12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	98
Governança	62	<b>13. ANEXOS ÀS CONTAS</b>	102
Órgãos Sociais	62	Anexo ao Relatório de Gestão	102
Estrutura Organizacional	62	Proposta de Aplicação de Resultados	103
Rede de Unidades Estratégicas de Negócio	63	Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados	104

00.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



## 00. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010, tal com o anterior, ficou marcado por uma conjuntura económica e financeira adversa, com impacto negativo nas empresas, principalmente nas pequenas e médias empresas, atingindo também as famílias e, consequentemente o consumo. A falta de confiança generalizou-se e teve reflexos de todo negativos nos Negócios.

Vivemos tempos de profunda turbulência que obrigam a uma sistemática reflexão sobre o futuro, bem como a uma enorme flexibilidade e constante capacidade de adaptação.

O enquadramento macro-económico afigura-se instável e Portugal atravessa uma grave crise, sem precedentes nos últimos 25 anos. Coexistem no mesmo período diversas realidades negativas, designadamente, um contexto externo difícil, um desequilíbrio das contas públicas, dificuldades crescentes no financiamento, reduzida liquidez no mercado e uma economia em recessão.

Como é natural, o nosso sector de actividade não tem sido, nem será, imune a esta situação face à crise de confiança que impera e à redução drástica dos investimentos por parte do Estado e da generalidade dos agentes económicos. As expectativas para o nosso País continuarão a ser sombrias nos anos que se avizinham.

Quanto a Angola, a economia é largamente dependente do sector petrolífero e foi duramente atingida pelo colapso dos preços do petróleo e da procura, em 2009. Sendo, durante alguns anos, uma das economias que mais cresceram no mundo, o crescimento real do PIB registado em 2010 foi de apenas 3,4%, após 2,4%, em 2009 (muito abaixo dos 13,3% verificados em 2008). Apesar da recuperação dos preços do petróleo, o crescimento foi prejudicado por atrasos nos pagamentos do governo. No entanto, as perspectivas são boas e o crescimento deve chegar a 7,8% em 2011, impulsionado pelos preços elevados do petróleo e pela retoma do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

De acordo com o relatório "World Economic Outlook", do Fundo Monetário Internacional (FMI), Angola apresentará em 2012 um dos maiores crescimentos da

economia em termos mundiais com 10,5%. O relatório do FMI reviu em alta as estimativas para a evolução da economia de Angola relativamente às previsões de outubro de 2010, tendo a taxa de crescimento da economia passado de 7% para 7,8% em 2011 e de 6,3% para 10,5% em 2012.

Nesta breve introdução, cabe também referir que a Administração da SINFIC, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem submeter ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, incluindo-se a Certificação Legal das Contas, elaborada por Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Estes documentos visam dar também público conhecimento sobre a evolução dos negócios, a situação económica e financeira e os aspectos mais relevantes da actividade da empresa durante o ano de 2010.

De referir, ainda, que o presente documento foi elaborado de acordo com as disposições legais em vigor e à luz dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e expressa a situação económica e financeira e os resultados da actividade desenvolvida no exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2010.

### Senhores Accionistas,

O ano de 2010 foi vivido num contexto económico e financeiro de grande intensidade como há muito não sentíamos na SINFIC. Este facto é resultado da conjugação de factores adversos ao desenvolvimento dos nossos negócios quer no nosso mercado interno quer no externo e, em particular, no mercado angolano.

Nos dois primeiros trimestres do ano transacto a Administração viu confirmada a tendência negativa das vendas nacionais mas sobretudo uma forte retracção da procura externa e, em particular, do mercado angolano que conjugou a diminuição das encomendas em novos e correntes projectos com uma redução significativa dos pagamentos a fornecedores e, em particular, dos pagamentos ao exterior em função dos desequilíbrios verificados na Balança de Transacções Correntes.

A Administração da SINFIC alinhou a sua estratégia com as expectativas dos analistas que anunciaram uma retracção da economia angolana em 2009 com recuperação em 2010, tendo por isso criado a capacidade para responder em dois projectos incontornáveis do ponto de vista político; por um lado, o CAN 2010 pelo seu simbolismo e, por outro, a concepção Urbanística para a construção de 1.000.000 habitações anunciadas como marcos do novo Governo.

Assim, em 2009 e 2010 tendo assegurado a adjudicação de uma carteira de projectos significativa e alinhada com as nossas expectativas, procedemos concomitantemente ao reforço da nossa capacidade de realização.

Acontece que a crise financeira internacional acabou por ter repercursões superiores e mais prolongadas em Angola, que conjugou a limitação do acesso da banca comercial aos canais de financiamento internacional com uma forte pressão na Balança de Transacções Correntes fragilizada pela queda abrupta da cotação do petróleo, o que levou a atrasos nos pagamentos do Governo e a atrasos ainda maiores nos pagamentos ao exterior.

Assim que a Administração constatou que os atrasos não poderiam ser resolvidos no curto prazo, de imediato se passou à acção, de forma a assegurar a viabilidade e a sobrevivência da empresa sem penhorar a sua sustentabilidade e potencial estratégico. Assim, de imediato e em articulação com os gestores de negócio e quadros da empresa procedemos à discussão de vários cenários de reestruturação de forma a assegurarmos os objectivos de redução de custos e a adequação da estrutura aos desafios que tínhamos pela frente. Paralelamente, iniciámos um trabalho junto dos nossos parceiros e fornecedores para contar com a sua colaboração no reescalonamento do nosso passivo.

Aos problemas de conjuntura acresceram ainda os inevitáveis custos de reestruturação tão inevitáveis quanto necessários e um ambiente económico desfavorável ao aumento do endividamento.

Uma das principais permissas que procurámos desde logo assegurar como factor de sucesso do nosso plano de reestruturação foi a garantia de que este asseguraria não só a capacidade de realização necessária aos projectos actuais como os recursos necessários aos novos objectivos de Inovação e

Desenvolvimento, ou seja, ao investimento na sustentabilidade da nossa diferenciação competitiva actual e futura nos mercados que ambicionamos vir a servir.

A visão que nos motiva não é a de construção de uma empresa restrita ao espaço económico dos PALOP, mas sim de uma empresa Internacional, ancorada no espaço lusófono com capacidade competitiva Internacional.

Norteados por essa visão asseguramos a continuidade da nossa capacidade de investimento nas linhas de inovação que consideramos fundamentais para a construção do nosso futuro e que são:

- Modernização Administrativa;
- Geo-Localização e Gestão de Activos em tempo real;
- Sistemas de identidade, Biometria e Segurança;
- Gestão e Fidelização de Comunidades;
- Sistemas de gestão de armazéns e cadeias logísticas;
- Sistemas Móveis;

Pelas mesmas razões mantivemos a nossa aposta estratégica no desenvolvimento do processo de Internacionalização, quer através da consolidação das nossas operações em Angola e Moçambique, quer através da abertura da subsidiária na Guiné-bissau, manifestando de forma clara a nossa convicção na importância dos mercados externos na consolidação do nosso projecto empresarial.

A subsidiária de Bissau, para além das oportunidades intrínsecas, próprias de um país em vias de desenvolvimento, uma porta de entrada na UEMOA<sup>1</sup> e na CEDEAO<sup>2</sup> que representa no seu conjunto uma economia com mais de 5 Milhões Km<sup>2</sup> (17% da superfície africana), 280 milhões de cidadãos (29% da população africana) e um PIB que já ultrapassa os 150 Bilhões USD, com um potencial de crescimento elevado.

<sup>1</sup> UEMOA – União Económica e Monetária dos Países da África Ocidental

<sup>2</sup> CEDEAO - Comunidade Económica dos Países da África Ocidental



Os próximos 10 anos da SINFIC iniciam-se, assim, num período de recessão económica e financeira da economia portuguesa que sendo certamente tempos difíceis, a verdade é que permitirão prospectar novos desafios e oportunidades competitivas a todas as empresas de base tecnológica, especialmente em tempos em que o potencial de inovação e de renovação excede em muito a nossa capacidade de apropriação dessa mesma mudança e a procura de soluções que permitam consubstanciar-se em inovação empresarial e/ou ganhos de eficiência e eficácia (MAIS COM MENOS). Acresce que a nossa presença internacional poderá também ser uma mais-valia para todas as empresas de outros sectores que procurem seguir-nos neste esforço de alargamento de mercados e internacionalização.

Continuamos a acreditar que precisaremos de crescer no exterior para competir no interior. À imagem da evolução esperada para a economia portuguesa, a SINFIC, só terá forma de crescer saudavelmente com recurso às exportações e será nesse mercado que iremos montar o nosso palco competitivo e nos iremos posicionar nos próximos anos, a começar pelo Brasil e restantes países da América Latina, mercados de enorme capacidade e potencialidade e num momento económico incomparável.

O Brasil é hoje uma potência económica com um mercado empresarial exigente mas com uma dimensão adequada à rentabilização e alavancagem do nosso esforço de Inovação e Desenvolvimento. É um mercado muito diferente de todos os outros onde iremos assistir ao reforço das nossas competências nos processos de marketing/comunicação e de distribuição e venda das nossas soluções/serviços tecnológicos.

Ao nível da empresa iremos continuar a potenciar as sinergias obtidas pela integração da INOVA; BIOGLOBAL e NOVAGEO e das suas competências nos nossos sistemas e processos de realização sem descartarmos oportunidades de crescimento que consolidem a nossa presença internacional.

Do ponto de vista interno acreditamos na necessidade de reforçar os instrumentos de comunicação, gestão e de reutilização do nosso Capital Intelectual, por forma a garantir a nossa capacidade de fabricar (em tempo útil), promover e vender sistemas e soluções de software de classe mundial vocacionados para países em

vias de desenvolvimento e economias emergentes, assim como assegurar a continuidade dos nossos esforços de melhoria contínua, alinhados com as melhores práticas ISO e CMMI e a adequação dos sistemas de gestão, nomeadamente no controlo de gestão, orçamentação e gestão de competências e objectivos.

Acreditamos, assim, que em 2011 iremos assistir à retoma e normalização da economia angolana e consequentemente na melhoria dos nossos indicadores de realização e rentabilidade sem que no entanto deixemos de ter em vista a necessidade de mantermos e até reforçarmos o investimento em Inovação e Desenvolvimento.

(...)

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador,

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.

Mensagem poema do Mar Português por Fernando Pessoa



01.

PRINCIPAIS INDICADORES DE  
ACTIVIDADE E RESULTADOS



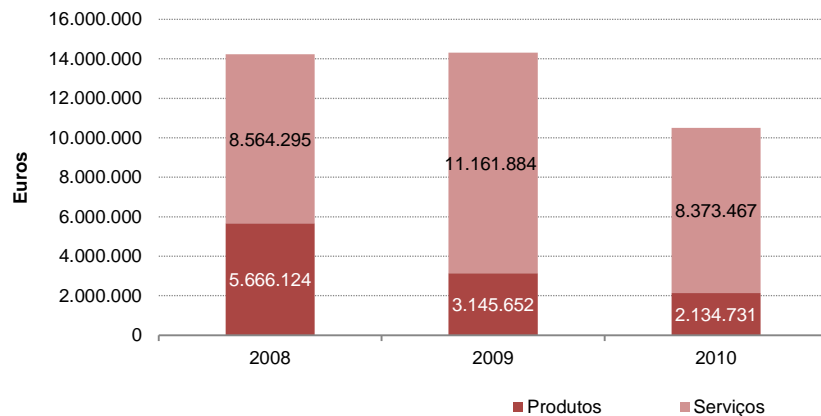
# 01. PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE E RESULTADOS

## VOLUME DE NEGÓCIOS

As contas individuais da SINFIC reflectem em 2010 um volume de negócios (vendas de mercadorias e prestações de serviços) de 10.438.298,34 EUR tendo decrescido 27% face ao exercício anterior. O valor reflecte a contracção da actividade e a maior aposta no desenvolvimento de produtos através dos quais foram imobilizados 1.136.800,81 EUR em Trabalhos para a Própria Entidade.

As Prestações de Serviços atingiram, em 2010, 8.373.466 EUR, valor que corresponde a uma quebra de 25% face ao ano anterior. As Vendas de Mercadorias tiveram uma quebra ainda maior, de 34,3%, explicadas pela redução das vendas para Angola e também viram o seu peso, no total do volume de negócios, reduzir-se para 20,3% quando em 2009 tinha tido um peso de 22%.

## RENDIMENTOS E GANHOS



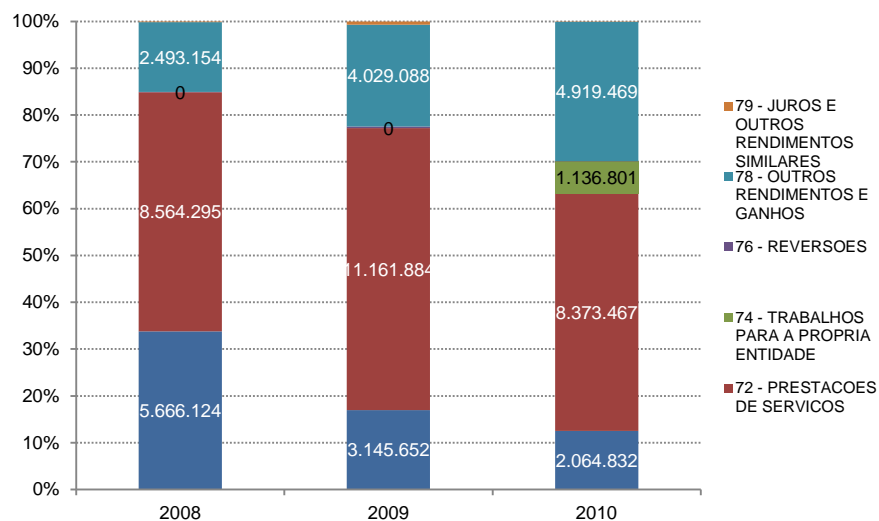
EUR

	2008	2009	2010	
71 - VENDAS	5.666.123,93	3.145.651,97	2.064.831,63	-34,36%
72 - PRESTACOES DE SERVICOS	8.564.295,44	11.161.883,82	8.373.466,71	-24,98%
Volume de Negócios	14.230.419,37	14.307.535,79	10.438.298,34	-27,04%

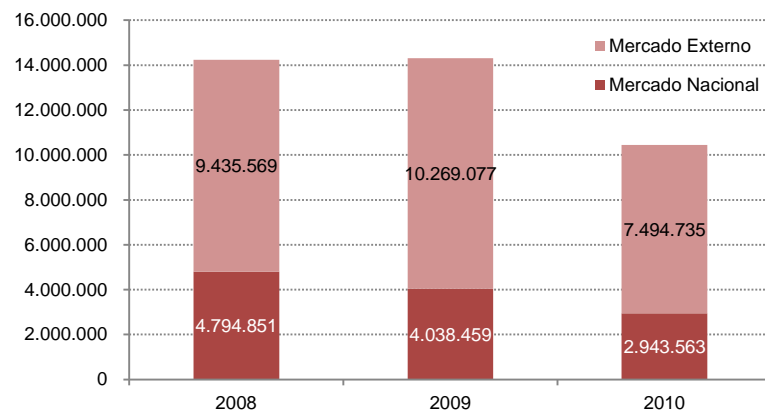
## RENDIMENTOS

O total de rendimentos cifra-se nos 16.519.731 EUR, contemplando também, para além das Vendas de Mercadorias e Prestações de Serviços 1.136.800 EUR relativos a Trabalhos para a Própria Entidade e 4.919.468 EUR de Outros Rendimentos e Ganhos dos quais, 3.393.182 EUR referem-se a Prestações Suplementares com a compensação de custo dos colaboradores exclusivamente afectos à participada angolana; 765.978 EUR são referentes à equivalência dos resultados líquidos gerados nas participadas; e 629.128 EUR referentes à regularização dos encargos financeiros relacionados com o Projecto CAN2010.

	2008	2009	2010
<b>7 - RENDIMENTOS</b>	<b>16.774.498,02</b>	<b>18.524.846,27</b>	<b>16.519.731,07</b>
71 - VENDAS	5.666.123,93	3.145.651,97	2.064.831,63
72 - PRESTACOES DE SERVICOS	8.564.295,44	11.161.883,82	8.373.466,71
74 - TRABALHOS PARA A PROPRIA ENTIDADE	0,00	0,00	1.136.800,81
76 - REVERSOES	19.129,61	58.315,43	11.236,61
78 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.493.153,82	4.029.087,86	4.919.468,95
79 - JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	31.284,92	129.907,19	13.926,36



## MERCADOS



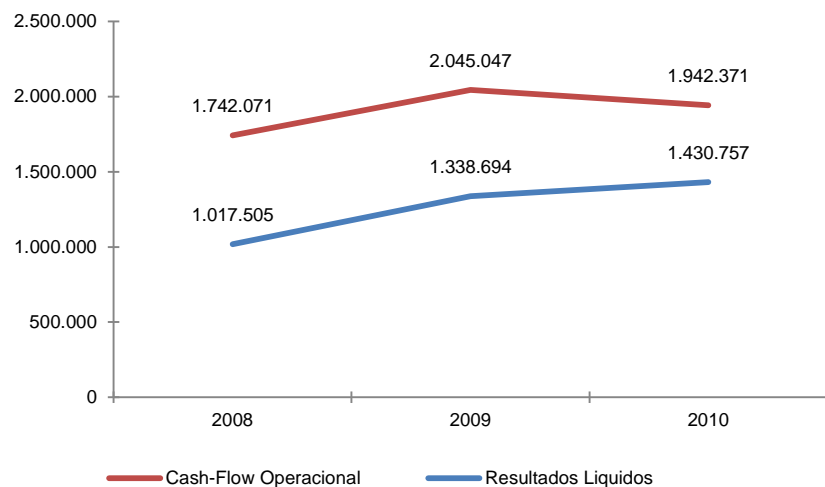
As exportações mantêm um peso de 71,2% do volume de negócios, tendo em 2010 sido vendidos para o exterior 7.494.735 EUR no qual Angola continua a ser principal mercado.

Em contrapartida, o mercado nacional apesar do decrescimento de 27% manteve o peso relativo face ao ano anterior ficando próximo dos 3.000.000 EUR.

## RESULTADOS

Os resultados líquidos apurados tiveram uma variação positiva de 6,88% face ao ano anterior alcançando o valor histórico de 1.430.756,58 EUR. De realçar que 52,32% dos resultados foram gerados pelas participadas, com uma importante contribuição da participada angolana que gerou 737.123,19 EUR.

	2010	
SINFIC PT	962.608,73	67,28%
SINFIC AO	737.123,19	51,52%
BIOGLOBAL	13.490,93	0,94%
INOVA	15.364,72	1,07%
NOVAGEO	-297.830,98	-20,82%
<b>Total</b>	<b>1.430.756,58</b>	<b>100,00%</b>

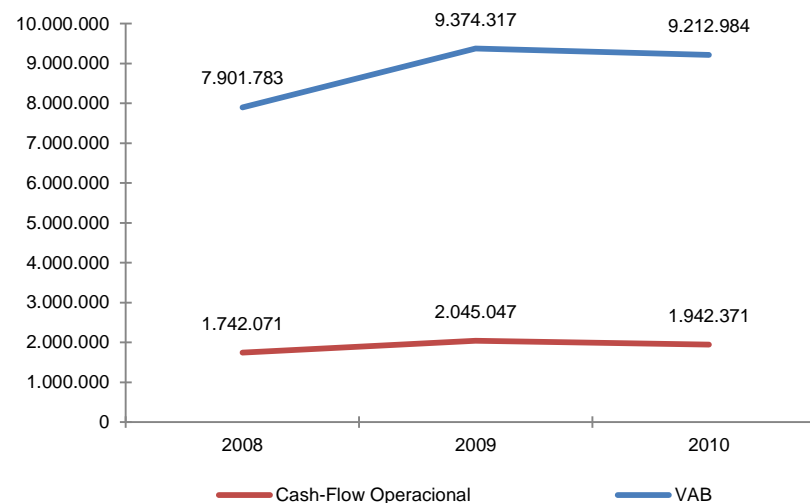


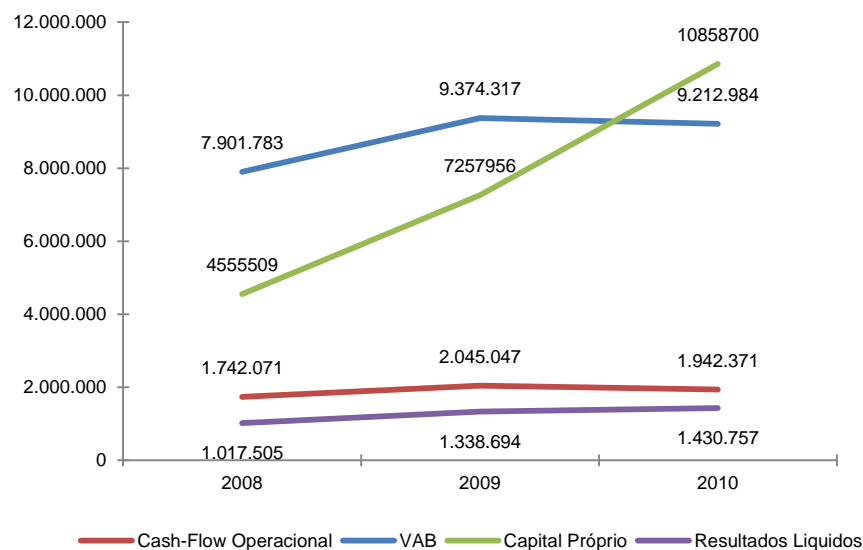
Para comparação, com a alteração do sistema contabilístico para o novo SNC houve um ajustamento do resultado líquido de 2009 que passou de 1.250.202 para 1.338.694 EUR.

### CASH-FLOW OPERACIONAL

O Cash-Flow Operacional também, face ao novo SNC, teve um ajuste positivo em 2009 tendo subido de 1.928.546 EUR para 2.045.047 EUR. No entanto, em 2010, quebrou a sua tendência ascendente, com um decréscimo de 5% face ao ano anterior tendo atingido 1.942.371 EUR.

Por seu lado, o Valor Acrescentado Bruto, também em razão da alteração provocada pelo SNC, teve uma ajuste negativo tendo passado de 9.730.001 EUR para 9.374.317 EUR. Em 2010, também teve um decréscimo de 1,72%, para 9.212.984 EUR, mas mesmo assim acima dos 7.901.783 EUR verificados em 2008, ano em que o volume de negócios alcançou os 14.230.419 EUR.



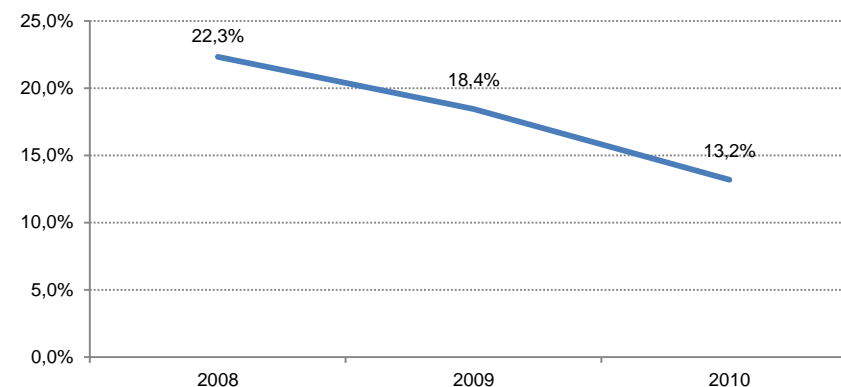


## RENTABILIDADE

Os capitais próprios subiram, em 2010, 49,61% para 10.858.700 EUR fruto da conclusão do aumento do capital social e pela incorporação dos resultados líquidos que, na sua totalidade, não foram distribuídos.

Desde 2004, os capitais próprios tiveram um crescimento acentuado tendo-se multiplicado por 5,7 vezes neste período.

## RENTABILIDADE DE CAPITALS PRÓPRIOS

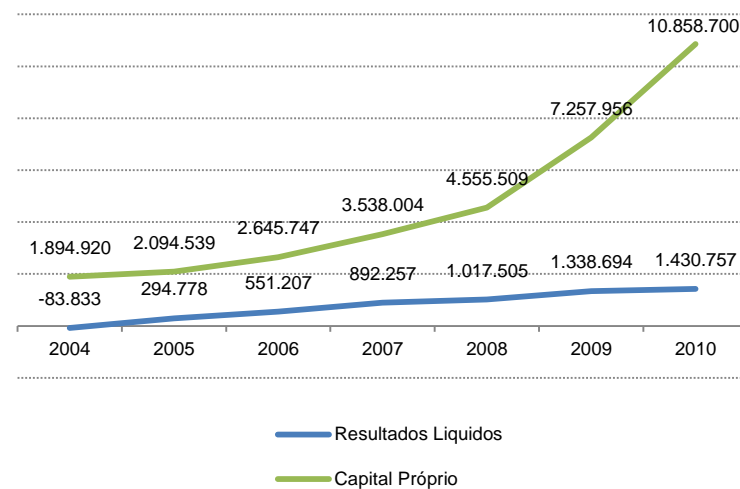


A rentabilidade dos capitais próprios também teve um ajustamento relacionado com o SNC passando de 13,7% para 18,4%. Em 2010, a Rentabilidade dos Capitais Próprios desceu para os 13,2% em virtude dos capitais próprios terem crescido para 10.758.700 EUR (+49,6%) variando mais que o incremento verificado dos resultados líquidos (+6,88%)

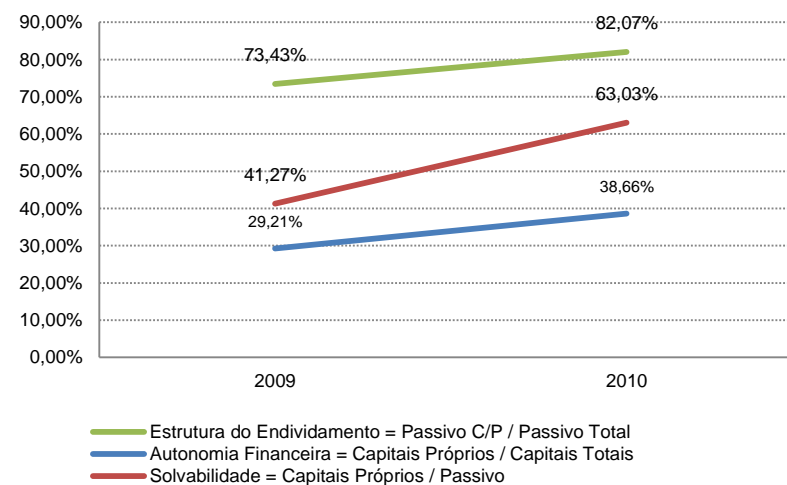
O rácio de Autonomia Financeira melhorou, tendo subido para 38,66% em 2010 o que representa um salto de 9,45 pontos percentuais face ao ano anterior. A Solvabilidade, por sua vez, também subiu de 41,27% para 63,03%.

A estrutura de endividamento agravou-se passando o passivo de curto prazo para 82,07% do total do Passivo o que compara com os 73,43% do ano anterior.

Indicadores	2009	2010
Capitais Próprios	7.257.956,18	10.858.700,13
Capital Alheio Estável = Dívidas M/L Prazo + Prov. Riscos Enc.	4.977.455,65	4.316.520,25
Capitais Permanentes	12.235.411,83	15.175.220,38
Activo Fixo = Imobilizado Líquido + Dívidas de Terc. M/L Prazo	8.974.143,50	11.397.511,50
Fundo de Maneio	3.261.268,33	3.777.708,88
Liquidez Geral	1,23	1,18
Liquidez Reduzida	1,19	1,15
Prazos Médios de Recebimentos (dias)	177	261
Prazos Médios de Pagamentos (dias)	140	123
Autonomia Financeira = Capitais Próprios / Capitais Totais	29,21%	38,66%
Solvabilidade	41,27%	63,03%
Endividamento = Passivo / [Capital Próprio + Passivo]	70,79%	61,34%
Estrutura do Endividamento = Passivo C/P / Passivo Total	73,43%	82,07%
Rotação do Activo	0,58	0,37
Rotação do stock de Mercadorias	7,15	5,92



### RACIOS FINANCEIROS

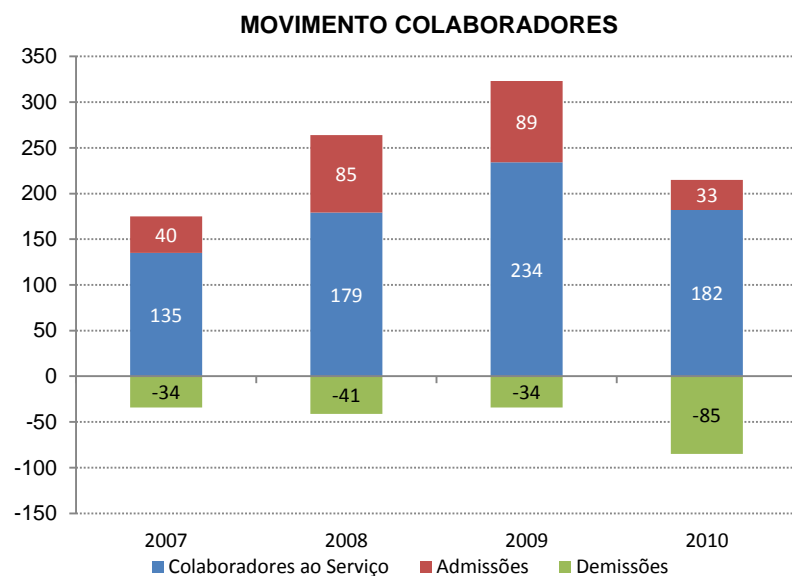


## COLABORADORES

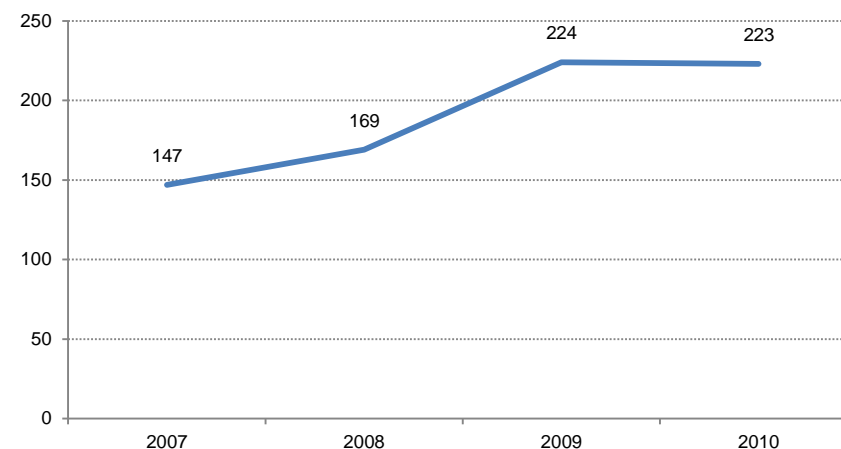
Em 2010, o quadro de pessoal fixou-se nos 182 colaboradores, sendo o valor médio do ano de 223, menos um do que em 2009. O movimento de colaboradores foi bastante acentuado durante este período tendo saído do quadro de pessoal 85 colaboradores e entrado, sobretudo no primeiro semestre, 33 novos.

Parte destas saídas (11) são de colaboradores afectos a outras actividades que transitaram para a TUAMUTUNGA TRADING.

Dos 182 presentes no quadro a 31/12, 36 estavam afectos exclusivamente à SINFIC AO.



## Nº COLABORADORES = MÉDIA/ANO

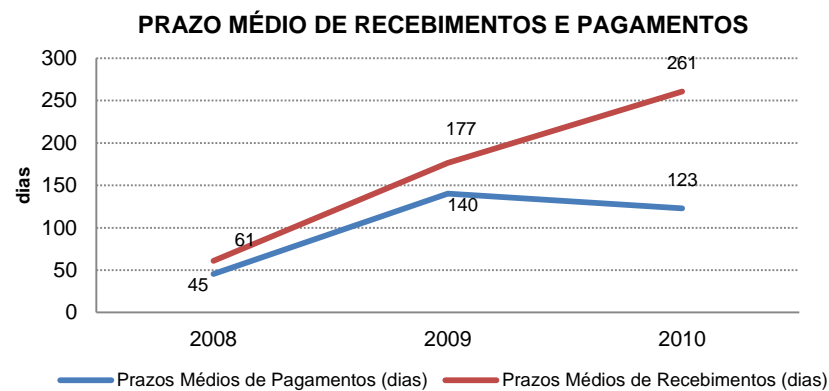


## PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTOS

O saldo de clientes subiu agravando o saldo médio de recebimentos que se situou nos 261 dias, mais 84 dias que ano anterior. Este salto explica-se com a conta de clientes da SINFIC AO que fruto das dificuldades de transferência de Angola para Portugal viu o seu saldo subir para 10.375.479 EUR (87,5% do total das dívidas de clientes).

Por seu lado, o PMP parzo médio de pagamento teve uma variação positiva reduzindo-se 17 dias, o que evidencia um esforço na redução da conta de fornecedores, mas também uma redução do volume de compras verificado no exercício.





## RESUMO

	2009	2010
Volume de negócios (VN)	14.307.536	10.438.298
Mercadorias	3.145.652	2.064.832
Prestação de Serviços	11.161.884	8.373.467
Cash-Flow Operacional	2.045.047	1.942.371
Resultados Antes de Impostos	1.413.389	1.508.738
Resultados Líquidos	1.338.694	1.430.757
Colaboradores (nº médio anual)	224	223
Total do Activo	24.844.490	28.085.827
Capital Próprio	7.257.956	10.858.700
Passivo	17.586.534	17.227.126
ROE (RL / CP)	18,4%	13,2%
VAB	9.374.317	9.212.984
VAB / Colaboradores	41.850	41.314

Indicadores	2009	2010
Taxa de Crescimento Volume de Negócios	0,54%	-27,04%
Cash Flow Liquido	1.970.352	1.864.389
Cash Flow Liquido / Volume negócios	13,77%	17,86%
V.A.B. / Emprego	41.849	41.313
V.A.B. / Volume Negócios	66%	88%
Volume Negócio / Emprego	63.873	46.809
Custos c/ pessoal / Emprego	33.753,31	32.830,33



02.

AMBIENTE MACROECONÓMICO

## 02. AMBIENTE MACROECONÓMICO

### ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

A economia mundial só muito recentemente começou a emergir da maior retracção desde a Segunda Guerra Mundial. Depois de uma queda de 0,6%, em 2009, da riqueza mundial – PIB (Produto Interno Bruto), o produto mundial terá aumentado mais de 4,5% em 2010.

A recuperação que se assistiu em 2010 foi a diferentes velocidades. Enquanto nos países emergentes o crescimento económico revelou algum dinamismo, em particular na China, com uma taxa de crescimento de 10,3%, e na Índia, onde a economia terá crescido acima dos 9,5%, as economias desenvolvidas, dominadas por preocupações de natureza conjuntural e financeiras, continuam a perder terreno. Nos EUA o PIB terá crescido 2,7% e na Área do Euro apenas 1,7% (-4,1% em 2009).

Nos EUA e Europa continuaremos a assistir à implementação de medidas de política monetária acomodáticas visando estimular o crescimento económico.

O ano de 2010 fica marcado de forma incontornável pela crise das dívidas soberanas na Zona Euro. O rastilho iniciado pela Grécia e posteriormente continuado pela Irlanda levaram a intervenções de resgate suportados pelo Fundo de Estabilização Europeu criado em Maio conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu. Por outro lado, estes acontecimentos suscitaram muitas dúvidas e incertezas quanto ao futuro do Euro enquanto moeda única e da própria União Económica e Monetária, com o Euro a depreciar com alguma expressão face ao Dólar Americano durante o ano.

O ano caracterizou-se, à escala global, pelo início da retoma económica após a grave crise que se abateu sobre a economia mundial em 2008 e que afectou seriamente a actividade e o comércio mundiais conduzindo a uma recessão pronunciada.

O produto mundial ter-se-á expandido cerca de 5,0% com o motor a surgir das

economias emergentes, com a Ásia na liderança. Persiste, contudo, um movimento generalizado de redução do endividamento das economias desenvolvidas que limita o ritmo desta expansão projectando-se para 2011 um crescimento menor.

Na Zona Euro, apesar da recuperação, os níveis de produto situam-se abaixo dos verificados antes da crise e permanecem muito dependentes da procura externa. Por outro lado, as assimetrias são patentes com a Alemanha a revelar forte crescimento enquanto os países periféricos revelam dificuldades nas suas trajectórias de consolidação fiscal e de financiamento das suas economias.

Neste contexto de turbulência, o ano de 2010 foi um ano particularmente adverso para algumas economias europeias que assistiram à revisão sistemática em baixa dos Ratings soberanos por parte das agências de Rating internacionais, aumentando ainda mais o clima de incerteza e dificultando o acesso destes países (e respectivos sistemas bancários) ao mercado de financiamento.

O desempenho económico dos países europeus evoluiu num regime de três velocidades em 2010. De facto, a Alemanha apresentou um crescimento do PIB estimado em 3,6%, liderando claramente o pelotão europeu. Numa segunda velocidade encontram-se a maioria dos países com crescimento moderado, sendo que no global da União Europeia a 27 membros o crescimento foi de 1,8%. Por último, identifica-se um conjunto de países sobre os quais recaem muitas dúvidas acerca da sua sustentabilidade económica e financeira, nos quais se incluem Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha.

As razões para esta situação advêm do forte desequilíbrio das contas públicas associado a níveis de desemprego crescentes, no caso da Grécia, Portugal e Espanha e à falência do sistema financeiro no caso da Irlanda.

	2008	2009	2010P	2011P	2012P
Portugal	0	-0,026	0,013	-0,013	0,006
UEM (15 Membros)	0,004	-0,041	0,017	0,014	0,017
Alemanha	0,01	-0,047	0,036	---	---
EUA	0	-0,027	0,027	---	---
EU (27 Membros)	0,005	-0,042	0,018	---	---

Evolução do PIB em % (Fonte: Banco de Portugal)

A crise económica global dos últimos anos reflectiu-se na Zona Euro pelo forte condicionamento do acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas devido às dificuldades de refinanciamento da banca, pressionando os Governos, em particular os do Sul da Europa, a anunciar políticas orçamentais mais restritivas com vista a recolocar as finanças públicas em trajectória sustentável. Estas medidas contraccionistas condicionam, de forma significativa, o processo de recuperação económica em curso.

A concretização desse ajustamento sob um enquadramento económico e financeiro internacional adverso, a somar à persistência de um conjunto de fragilidades estruturais contribuiu e contribuirá para um baixo crescimento da economia em Portugal, conforme as projecções do Banco de Portugal indicam.

As perspectivas de um crescimento da economia portuguesa serão significativamente afectadas no curto prazo pelo processo de consolidação orçamental.

A previsão de um crescimento negativo da economia para 2011, irá aumentar ainda mais as dificuldades de acesso ao crédito das empresas e consequentemente alimentar o ciclo pernicioso do ambiente recessivo já patente.

A evolução da economia portuguesa encontrou-se bastante condicionada, sobretudo na segunda metade do ano de 2010 e com perspectivas de se prolongar para os próximos anos, tendo em vista o necessário processo de ajustamento caracterizado

pela conjugação da consolidação orçamental em simultâneo com a desalavancagem do sector privado. A correcção destes desequilíbrios torna-se particularmente urgente no quadro de recrudescimento da diversificação do risco soberano a nível global.

Contrariamente ao que se passou na Europa, na Ásia e na América Latina o ano de 2010 não foi diferente dos anteriores, continuando a registar-se níveis de crescimento consideráveis das suas principais economias. De facto, estima-se que na China o crescimento do PIB tenha atingido os 10,5%, na Índia os 8,5% e no Brasil os 7,4%.

Os EUA depois de quatro trimestres de contracção da actividade económica entre o 3º trimestre de 2008 e o 2º trimestre de 2009, recuperaram (o PIB em 2010 terá crescido 2,7%), revelando dinamismo ainda que em grande parte fruto dos estímulos criados por sucessivos pacotes de medidas de apoio ao crescimento estabelecidos pelas autoridades. Tarda ainda, porém, uma sólida recuperação do emprego e a actividade nos mercados imobiliários permanece fraca.

Os EUA conseguiram, em 2010, recuperar da recessão vivida no ano anterior (redução do PIB em 2,7% em 2009), alcançando um crescimento estimado de 2,7%. A recuperação da economia americana teve como principais alavancas o investimento em bens de equipamento, o crescimento, ainda que moderado, do emprego e uma política monetária expansionista promovida pela Reserva Federal.

Nos EUA o desemprego permanece elevado, o mercado imobiliário revela ainda fragilidades e o sector financeiro continua em reestruturação.

Em 2010, quer as matérias-primas minerais (petróleo e metais), quer as agrícolas (milho, algodão e soja) registaram aumentos de preços de dois dígitos, sendo de assinalar situações de preços que atingiram máximos históricos. Este comportamento ficou, em parte, a dever-se à crescente procura dos países emergentes, como a China.

Aqueles aumentos de preços motivaram um aumento da inflação nas economias emergentes no final do ano, o que contrasta com os baixos índices de inflação na Europa e nos Estados Unidos.

Em termos médios, a inflação na Área do Euro aumentou de 0,3% em 2009 para 1,6% em 2010. Em Dezembro a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 2,2% e o défice público manteve-se em 6,3% do PIB.

Tal como nos EUA, o desemprego na Área do Euro mantém-se elevado, atingindo 10% em 2010.

## ECONOMIA ANGOLANA

Enquanto principal mercado internacional da SINFIC importa olhar para a realidade da economia angolana.

Em 2010, a actividade económica em Angola revelou-se mais dinâmica. Com o impulso do mercado petrolífero mundial, Angola registou uma recuperação macroeconómica, invertendo uma forte desaceleração económica verificada no ano transacto. A especificidade da economia angolana, fortemente influenciada por ser uma economia tipicamente mono-exportadora, cria algumas vulnerabilidades e dependência relativamente à evolução internacional dos preços do petróleo. A subida do preço desta matéria-prima como consequência da recuperação económica global aumentaram as receitas das exportações de petróleo, reequilibraram as reservas externas e permitiram a recuperação das finanças públicas cuja fragilidade em 2009 obrigou a uma travagem brusca nas políticas públicas de promoção do crescimento. A estimativa de crescimento real do PIB em 2010 é de 3,4%, com contributos positivos do sector petrolífero e não-petrolífero.

O esforço de diversificação da economia angolana, com o propósito de promover o crescimento de outros sectores económicos que possibilitem a absorção de mão-de-obra, criação de emprego e melhoria sustentada da qualidade de vida dos cidadãos angolanos, tem sido, no entanto, uma tendência dos últimos anos e 2010 não foi excepção. Sectores como agricultura, indústria, construção e serviços, revelaram um crescente dinamismo.

### Exportações

A recuperação das exportações e receitas petrolíferas têm permitido estabilizar as reservas internacionais e assim interromper o movimento de desvalorização do Kwanza iniciado em meados de 2009. As exportações aumentaram, situando-se nos

52,3 mil milhões de dólares, contra os 51,23 mil milhões de dólares registados em 2009. A China surge em primeiro lugar, destacada, representando 42,3 por cento do total e um valor de 22,11 mil milhões de dólares, seguindo-se os Estados Unidos, Índia, França, Taiwan, África do Sul e Canadá. Portugal que lidera o ranking das importações, no que toca ao valor aduaneiro das exportações, queda-se pela 10ª posição.

### Importações

Quanto às importações, registaram uma quebra de 12,5 por cento em 2010, que relativamente ao valor aduaneiro dos artigos importados ascendeu a 18,1 mil milhões de dólares, quando, em 2009, havia atingido os 20,69 mil milhões de dólares. Portugal continua a ser o principal fornecedor da economia angolana, com uma quota de 13,8 por cento nas importações realizadas e um valor de 2,49 mil milhões de dólares seguindo-se a Holanda, China, Estados Unidos, Brasil e a África do Sul.

No mercado cambial o Kwanza tem-se apresentado bastante estável em relação ao USD, variando em torno de 96 USD/AKZ.

A estabilização da economia ao longo de 2010 é também uma consequência das medidas adoptadas no âmbito do acordo firmado com o FMI. Este acordo teve em vista recuperação do saldo orçamental não-petrolífero e recuperação do nível de reservas internacionais para as quais foram tomadas medidas em termos de política monetária que permitiram recuperar o nível de reservas para um patamar de segurança e atenuar os efeitos da crise na balança corrente e no equilíbrio das contas públicas. A partir de Agosto de 2010 ter-se-á iniciado o processo de regularização das dívidas às empresas estrangeiras, apesar dessa medida não ter atingido todo o tecido empresarial credor do Estado angolano.

A taxa de inflação angolana tem-se apresentado estável e tudo indica que interrompeu a tendência de subida que era característica desta economia desde 2008. Como se tem verificado em períodos anteriores, os bens alimentares (na sua grande maioria importados) são um grande factor de inflação e os constrangimentos relacionados com as infra-estruturas de importação são o principal obstáculo a uma queda estrutural da inflação. Por outro lado, a estrutura de formação de preços na economia angolana, é ainda influenciada por uma rede de distribuição comercial ainda débil, resultado de uma rede de transportes deficiente e de uma produção local insuficiente. Tal realidade tem resultado numa constante pressão sobre os



preços na economia, o que limita a trajectória de descida da inflação, e numa forte pressão cambial, originada pelo peso das importações de bens e serviços, e pela procura de divisas numa óptica de instrumento de cobertura, face à volatilidade da moeda local.

Contrariamente aos três últimos anos, em que o nível de inflação mensal registou uma tendência decrescente, em 2010 aquele indicador deu um significativo salto e atingiu o seu pico dos últimos anos em Outubro, quando a inflação homóloga registou 16,08%, como consequência do corte no subsídio aos combustíveis decretado pelo Governo.

Em Dezembro de 2010, a inflação homóloga fixou-se nos 15,31%, o valor mais alto registado desde Fevereiro de 2006 quando aquele indicador atingiu os 15,71%. Tendo em conta a evolução da taxa de inflação nos últimos anos, verifica-se, pois, alguma dificuldade no crescimento dos preços a taxas anuais inferiores a 12%.

## ESTADO

O Estado, além de ser o principal agente económico na economia é igualmente a entidade responsável pela condução da política fiscal e monetária, sendo esta última executada pelo Banco Nacional de Angola, que também é a entidade supervisora e regulamentadora do sistema financeiro.

Em 2010, o Estado registou um saldo orçamental positivo, resultante da evolução positiva do preço do petróleo, sector que contribui com 75% das receitas do Estado. Esta evolução positiva permitiu aliviar as contas do sector público, evidenciado também pela evolução positiva do saldo fiscal para 1,2% em 2010 contra um défice de 9,1% em 2009, enquanto o OGE de 2011 prevê um saldo global positivo de 3,5%, o que abre boas perspectivas para o exercício económico corrente.

## MERCADO FINANCEIRO

O aperto de liquidez vivido em 2009 como consequência da queda abrupta do preço do petróleo, levou a um esforço do Governo para reduzir a despesa pública ajustando assim, pelo lado da despesa, a redução significativa de receitas verificadas. Para fazer face a este deficit de tesouraria, o FMI disponibilizou a segunda tranche da linha de financiamento de 171 milhões USD após completar a primeira revisão prevista no acordo de financiamento sendo o total concedido até ao momento 514,5 milhões de USD de um montante global de 1,4 mil milhões USD.

Diversos factores tiveram avaliação positiva por parte do FMI mas destaque-se: reformas para lidar com os desequilíbrios macroeconómicos, restauração dos leilões no mercado cambial, compromisso das autoridades com a transparência da gestão da dívida pública e a criação de um enquadramento legal para a aprovação dos projectos de obras públicas.

A taxa de juro, a par da taxa de câmbio, foi o instrumento preferencialmente utilizado pela autoridade monetária angolana na gestão da liquidez no mercado, de forma a assegurar uma taxa de inflação de acordo com as metas definidas. A dificuldade com que o Governo angolano se deparou na captação de financiamentos no mercado internacional, fez com que este recorresse com frequência ao mercado local para financiar a sua actividade, através da emissão de títulos com maturidades de curto e médio prazo.

Os Títulos do Banco Central (TBC) continuaram a ser o principal instrumento de intervenção no mercado monetário e condiciona em grande medida a evolução das taxas de juro no mercado. No entanto, o controlo dos fluxos de liquidez em moeda local contou também com importantes medidas do foro regulamentar, nomeadamente no que respeita à alteração do rácio de reservas obrigatórias requeridas aos bancos comerciais, cuja última alteração, datada de Junho de 2010, as fixou em 15% para moeda estrangeira e 25% para moeda nacional, bem como a fixação de uma taxa de redesconto “overnight”, instrumento de facilidade de liquidez do Banco Central para os bancos comerciais, em 30% até Junho de 2010, tendo sido posteriormente reduzida para 25%, o que induz uma política monetária bastante restritiva.

Em 2010, o Banco Nacional de Angola foi muito activo na emissão de títulos de curto prazo, tendo emitido dívida em todas as maturidades até 12 meses e ao longo do ano inteiro tendo colocado no mercado neste ano títulos no valor de 787.593.50 milhões de kwanzas contra os 223.706.30 milhões de kwanzas colocados em 2009.

Em termos médios mensais, as taxas de juro registaram uma subida relativa quando comparadas ao ano anterior, em que a taxa de juro se situou abaixo dos 16% nos três primeiros trimestres. A partir do último trimestre de 2009 a tendência inverteu-se e assistiu-se a uma subida das taxas para níveis acima dos 20% no primeiro trimestre de 2010 e em todas as maturidades, fase em que a remuneração dos títulos a 182 dias chegou a cotar 25% ao ano. Na segunda metade do ano registou-



se um recuo na remuneração dos títulos em quase todas as maturidades, tendo os títulos com maturidade de 182 dias fechado o ano abaixo da taxa de 20%.

A taxa de câmbio é uma variável fundamental no objectivo político de controlo da inflação, uma vez que a estabilidade da moeda nacional face ao USD é crucial no processo de estabilização dos preços e consequente redução das pressões inflacionistas na economia, dados os elevados níveis de importação da economia Angolana. No entanto, este modelo tem como pressuposto básico a manutenção de um nível de reservas cambiais muito elevado e estável.

Mantiveram-se rígidos os mecanismos de controlo cambial adoptados pelo Banco Central no seu processo de disponibilização de divisas (USD) no mercado, o que permitiu variações na taxa de câmbio da moeda local em relação ao dólar relativamente baixas. Como resultado, a moeda nacional manteve um comportamento relativamente estável contra o USD, tendo registado uma desvalorização média acumulada anual de aproximadamente 3,63% em 2010, significativamente abaixo dos 19% registados em 2009, o que revela bem o efeito prático do rígido controlo da autoridade monetária sobre a estrutura cambial. A taxa de câmbio média diária passou de 89.40 kwanzas o dólar, no início de Janeiro, para 92.643 em 31 de Dezembro de 2010.

Em termos globais, cresceram os níveis de oferta de divisas ao mercado garantidos pelo BNA em 2010, quando comparados aos níveis de 2009, representando um aumento de 9,05%, tendo o montante global de venda de divisas no mercado interbancário totalizado USD 11.599 mil milhões em 2010 contra os USD 10.636 mil milhões em 2009, acompanhando também o crescimento da economia e a necessidade de repor a capacidade crédito exterior.

## ECONOMIA NACIONAL

O ano de 2010 foi bastante conturbado para Portugal. O desequilíbrio estrutural das contas públicas alertou para a necessidade de um Plano de Estabilidade e Crescimento (revisto posteriormente) com medidas fortemente restritivas. Este plano de austeridade, que foi composto por um conjunto de medidas das quais se destacam, entre outras, o aumento de impostos (e.g. aumento do IVA para 23%), a redução dos salários dos funcionários públicos (corte progressivo nos salários superiores a 1500€) e o corte de avultados investimentos públicos já anunciados

(e.g. Terceira Travessia do Tejo), visa alcançar uma redução substantiva do défice orçamental. Apesar do cenário descrito anteriormente, Portugal apresentou um crescimento estimado do PIB de 1,3% em 2010, recuperando da recessão de 2009, ano em que o PIB verificou um decréscimo de 2,6%.

Esta evolução positiva do PIB resulta de um forte aumento da procura interna, em consequência do comportamento do Consumo Privado e do Consumo Público. De facto, em virtude do aumento do IVA em 01 de Julho de 2010 (acréscimo de um ponto percentual) e do aumento anunciado para 01 de Janeiro de 2011 (acréscimo de dois pontos percentuais) assistimos a um efeito de antecipação das decisões de Consumo Privado (+1,3%) e do Consumo Público (+3%).

Prova deste facto é o aumento verificado no consumo de bens duradouros, sendo que no caso específico do negócio automóvel verificou-se um crescimento no número de matrículas de viaturas ligeiras de 35% face a 2009. As exportações cresceram cerca de 9%, fruto do maior dinamismo dos mercados externos. Como consequência, verificou-se uma melhoria na Balança Comercial, pois as importações cresceram a ritmo inferior (5%).

Além do crescimento da economia real e do agravamento da crise das finanças públicas (e consequentes restrições no acesso ao financiamento externo), o ano de 2010 fica marcado pelo aumento da taxa de desemprego, sendo que os dados a Dezembro revelam que a taxa de desemprego no país ascendeu a 10,6%, um valor que supera a média da Zona Euro e a média da União Europeia.

Em 2010, o valor estimado do PIB é de 1,3%, mas em 2011 prevê-se uma contracção de cerca de igual valor em consequência das medidas restritivas impostas pelo PEC e reforçadas pelo Orçamento de Estado de 2011, com o intuito de assegurar um maior equilíbrio das contas públicas e assim cumprir os requisitos impostos pela UEM no que respeita ao défice orçamental. O quadro de défice excessivo e elevado nível de endividamento da economia portuguesa, com as respectivas implicações - a que se tem vindo a denominar de crise da dívida soberana - dominou o panorama macroeconómico nacional durante o ano findo. A crise nos mercados da dívida soberana concentrou as atenções no ano de 2010. O baixo crescimento económico de Portugal, que perdura há mais de dez anos, tem sido apontado pelos analistas como a causa para o desequilíbrio das contas públicas, já que dificulta a obtenção de receitas para fazer face à despesa.

	2008	2009	2010 Est	2011 Prev
Inflação	2,70%	-0,80%	1,40%	2,70%
PIB	0,00%	-2,60%	1,30%	-1,30%
Desemprego	7,70%	9,50%	10,60%	11,10%

#### *Evolução dos Principais Agregados Económicos de Portugal*

A desconfiança presente na apreciação internacional sobre a capacidade portuguesa para ultrapassar este quadro implicou a consideração de um aumento substancial do risco-país por parte das agências internacionais de rating, consubstanciando-se em incrementos significativos das taxas de juro sobre a dívida soberana e na penalização das condições de financiamento internacional da economia portuguesa.

No plano interno foram sendo tomadas medidas, inicialmente ténues mas ao longo do ano progressivas, de agravamento fiscal, de redução de investimento público e de controlo de despesa, visando a diminuição do défice do saldo orçamental e que se traduzem de forma bem mais acentuada no Orçamento de Estado para 2011.

Em 2010, a fraca execução orçamental levou a que o défice público atingisse 8,6% (10% em 2009), valor que ficou muito acima das previsões e da meta acordada com Bruxelas (7,3% do PIB). Este indicador motivou a que o prémio de risco soberano fosse fortemente penalizado pelos investidores. No final do ano, as yields dos títulos da dívida pública com maturidade a 5 e 10 anos cotavam acima dos 7%, tendo, já este ano, rompido a barreira dos 10% e 8%, respectivamente.

Apesar dos problemas de liquidez do sistema bancário e da instabilidade do mercado financeiro, a par do problema do défice público e da dívida externa, no conjunto do ano de 2010 a economia portuguesa cresceu 1,3%, após uma queda de 2,6% em 2009.

De acordo com informação relativa ao comércio internacional de mercadorias, divulgadas pelo INE, as exportações e as importações totais aumentaram 15,7% e

10,5%, respectivamente. Ao nível das áreas geográficas, o aumento das importações esteve associado à evolução das entradas de bens vindos da Alemanha, Espanha, Brasil e China. O crescimento das exportações esteve associado aos bens de consumo e bens intermédios com destino à Alemanha e Espanha.

Em 2010, a taxa de inflação média anual situou-se nos 1,4%, o que contrasta com a deflação de 0,8% registada em 2009. A Taxa de Desemprego atingiu valores históricos e situou-se em 10,6%, contra 9,5% em 2009 e 7,7% em 2008. O desemprego continua a ser uma variável com evolução preocupante ao nível económico e social. Regionalmente, são as zonas do Norte do país e do Algarve as mais afectadas.

## SECTOR DAS TIC EM PORTUGAL

O valor do mercado nacional de TIC em 2010 caiu 2,7% que segundo um estudo da IDC caiu para os 3.220,70 milhões de euros e manter-se-á em queda durante 2011 retraindo 0,6%.

Os dados integram o estudo “As 10 Principais Tendências do Mercado Ibérico de Tecnologias de Informação e Comunicações em 2011”.

Uma das previsões do estudo é que a tendência do mercado permanecerá negativa em Portugal, havendo uma quebra de 0,6% no seu valor global, durante 2011. Apenas em 2012 será expectável uma recuperação do mercado, com um crescimento de 3,4%, de acordo com a IDC.

O mercado global e ibérico das tecnologias de informação está em grande turbulência devido a transformações tecnológicas de fundo e a modelos de negócio emergentes. Em Portugal, o mercado está a ser marcado pela volatilidade financeira e pela difícil conjuntura económica, que desincentivam o investimento das empresas e retraem o consumo, apesar de algumas tendências emergentes bastantes promissoras em termos de convergência, virtualização, cloud computing, mobilidade e social business.

A análise conduzida pela equipa da IDC em Portugal e Espanha identificou um

conjunto de tendências e desafios que irão marcar 2011, algumas derivadas de tendências mundiais, outras fruto de desafios e oportunidades locais:

- Um ano marcado pela volatilidade – a tendência deriva da incerteza que marca o cenário económico ibérico na continuidade da crise da dívida, retração do crédito, do consumo e do investimento. No entanto, o mercado espanhol de TI, ao contrário do português, deverá ter uma muito ligeira recuperação com um crescimento de 3,6% em 2011;
- As tecnologias serão chamadas a fazer negócio – em 2011 acentuar-se-á a tendência para pedir à tecnologia que não se limite a suportar o negócio das empresas, mas que o impulse, acrescentando mais valor e abrindo caminho para poupanças e novas receitas através da inovação;
- Voltar ao princípio – O enorme âmbito das alterações em curso neste mercado está a obrigar os fornecedores de tecnologias a reexaminar os pressupostos da sua actividade, mercados, parcerias e produtos;
- Crescimento dos terminais e aparelhos de electrónica de consumo – a evolução dos terminais móveis, tablets, consolas e novas gerações de TV continuará a impulsionar a sua adopção, bem como dos serviços e conteúdos associados, que em alguns casos crescerão a dois dígitos;
- “Consumerização” da informática empresarial – A crescente utilização de smartphones, tablets e outras tecnologias pelos consumidores está a “contaminar” as empresas, com os colaboradores das organizações a procurarem “alinhar” os dois mundos e as empresas a enfrentarem desafios e a criarem oportunidades neste contexto;
- Os novos postos de trabalho inteligentes – A expansão da utilização das redes sociais, o acesso e investimento num conjunto alargado de aplicações e ferramentas informáticas e de mobilidade, estão a diluir a noção de posto de trabalho e a aumentar a sua complexidade em termos de funções e de gestão e acesso a informação e a uma rede de relações;
- Expansão do universo digital – A nível global a informação digital disponível cresceu 60% em 2010, com os consumidores a gerarem muito mais informação que as empresas, a informação desestruturada a crescer muito mais, a informação sensível a ser mais acessível, e cada vez mais informação residente na “nuvem”;
- Batalha nas nuvens – o mercado de disponibilização de infra-estruturas, aplicações e serviços na nuvem está em rápida consolidação entre os vários modelos de negócio públicos e o crescimento das nuvens privadas;
- Novas propostas de valor no comércio electrónico – em 2011, as empresas

investirão na integração entre canais, nas decisões em tempo real, no self-service e trabalharão sobre a dimensão social, a mobilidade e a especificidade dos seus clientes. Este “novo comércio electrónico” crescerá a dois dígitos nos próximos anos.



03.

PRINCIPAIS FACTOS 2010

## 03. PRINCIPAIS FACTOS 2010

O ano 2010 fica marcado pelo contexto de grave crise económica vivida no país, com consequências directas na gestão da empresa. O contexto económico reconhecidamente desfavorável que atravessou todo o exercício de 2010 exigiu a harmonização conjugada da contenção da despesa (sobretudo de natureza corrente) com a sempre difícil tarefa de reestruturar a organização sem melindrar as condições capazes de prestar serviços de qualidade e assim garantir a continua satisfação das necessidades dos nossos clientes.

Enfrentar tal desafio implicou, desde logo, a introdução de mudanças do ponto de vista organizacional, no sentido de adequar a estrutura e os serviços a um contexto de grande rigor e contenção orçamental, procurando, no entanto, manter os níveis de motivação dos trabalhadores da empresa.

Mais uma vez foi-nos exigido, um grande esforço e empenho, uma imensa dedicação e trabalho, mas acima de tudo, uma enorme e permanente capacidade de mudança e de inovação, que nos induz na persecução do nosso rumo e dos nossos objectivos de longo prazo: continuar a crescer, criando continuamente novas e mais oportunidades para todo o universo das empresas SINFIC, procurando sempre e em simultâneo maior eficiência na que fazemos.

A aposta em novos produtos e em novos mercados é, disso, prova evidente. A estratégia de diversificação de produtos e mercados é no nosso entender a solução capaz de reduzir o risco cada vez maior associado aos actuais mercados português e angolano. O último ano consubstanciou os primeiros passos neste sentido de diversificarmos a nossa actividade a outros mercados como o Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Nada é certo e teremos que a cada instante nos adaptar e nos readaptar. Mas todos os colaboradores do Grupo SINFIC têm sempre mostrado ao longo dos tempos, que possuem as competências necessárias para um novo ciclo sem fronteiras.

## DESEMPENHO ECONÓMICO

O Volume de Negócios atingiu 10.438.000 euros, o EBITDA cresceu 16,2% para 2.324.734 EUR, enquanto o Resultado Líquido se situou nos 1.430.756 EUR.

A actividade gerou consumos intermédios de 5.755.297 EUR e um Valor Bruto de Produção de 14.968.281 EUR. O Valor Acrescentado Bruto, em 2010, foi de 9.212.984 EUR, o Excedente Bruto de Produção subiu para 2.421.728 EUR e o Autofinanciamento 1.864.389 EUR.

São resultados positivos e cujo mérito é ainda mais assinalável atendendo ao contexto sectorial e conjuntural em que os mesmos foram obtidos nos mercados onde operamos.

A dimensão económica da SINFIC corresponde a uma capacidade de consolidação da sua presença em três geografias dominantes: Portugal, Angola e Moçambique, sendo que a proporção do volume de negócios obtido fora de Portugal atingiu os 72%.

A geração de resultados associada a esta actividade revela igualmente uma boa capacidade de manter as operações equilibradas e com resultados de exploração positivos, não obstante termos absorvido quer os impactos da recessão económica e dos constrangimentos financeiros a ela associados, quer os custos extraordinários de reestruturação da empresa.

O Activo passou os 28 milhões de euros ao mesmo tempo que o Capital Próprio ultrapassou os 10,8 milhões de euros. O Passivo total teve uma redução de 2% sendo que a conta de fornecedoras desceu 40%.

Neste exercício o endividamento da SINFIC baixou, o que nos permitiu consolidar a capacidade de alavancar os capitais e apresentar melhores rácios de autonomia financeira, que subiu para 38,66% e da Solvabilidade para 63,03%. A Taxa de Endividamento desceu para 61,34%. No entanto, o peso do passivo de curto prazo no passivo total subiu para 82,07%.



O Activo Corrente subiu 5,2% e o Não Corrente 27,0% em grande medida com o peso do Investimentos Financeiros pela participação.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ACCIONISTA

### CAPITAL SOCIAL

Em 2010 concretizou-se a realização integral do aumento do capital social decidido em Assembleia-Geral de accionistas de 28 Dezembro de 2009. O Capital Social da empresa viu-se assim reforçado com um aumento de 4.300.000,00 Euros (passou dos anteriores 700.000,00 EUR para 5.000.000,00 EUR). O aumento concretizou-se com recurso à incorporação de reservas livres no valor de 1.300.000,00 EUR e à entrada proporcional de dinheiro dos principais accionistas no valor de 3.000.000,00 EUR.

Haverá aqui que salientar a importância deste facto que revela de forma cabal a crença que o núcleo duro da estrutura accionista tem quanto ao futuro da organização.

## DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS – RECURSOS HUMANOS

### NOVAS UNIDADES DE NEGÓCIO

Em 2010 fruto das decisões estratégicas tomadas foram criadas 3 novas UEN que resultam da desagregação da UEN Projectos Especiais: UEN Sistemas de Fidelização; UEN Sistemas de Segurança e UEN Identificação e Biometria.

Igualmente relevante foi a formalização da UEN Soluções de Transporte. A unidade em 2010 passou a ter uma actividade plena de desenvolvimento de produtos, em especial: o Quatenus. A Unidade teve a sua origem no final de 2009, mas por razões de estruturação e recrutamento, acabou por só ser formalmente criada no início de 2010.

A UEN Business Intelligence (atendendo à aceitação de transferência do seu Gestor para o mercado Angolano) viu o seu negócio (balanço) integrado na UEN Governança Estratégica.

Também no ano de 2010 criou-se um novo tipo de Unidade de Negócio “Unipessoal”: UEN Consultor Estratégico. Com este tipo de perfil foram criadas 3 Unidades Estratégicas de Negócio.

Ainda no decorrer do ano passado entendeu-se também como oportuna a criação/reactivação da Unidade de Negócio Start Up. Esta Unidade de Negócio incorporou um novo projecto de desenvolvimento de um produto inovador da área da orçamentação inteligente.

## SIGAP – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA AVALIAÇÃO E PERFORMANCE

Após o lançamento da gestão de competências em 2009, demos continuidade à implementação do sistema, nomeadamente com a gestão de objectivos individuais. Digno de destaque são as ferramentas de gestão de objectivos e performance que irão trazer mais transparência aos processos de avaliação e ao mesmo tempo garantir que os objectivos de cada colaborador estão alinhados com os intentos estratégicos definidos pela Administração da SINFIC.



## INVESTIMENTOS REALIZADOS

### INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Internamente a empresa empregou um valor de 1.905.616,72 EUR em despesas de investigação e desenvolvimento, na sua grande maioria no investimento em produtos tecnológicos, sendo ainda 42.330,54 EUR respeitantes à aquisição de imobilizado, 1.202.120,11 EUR relacionadas com despesas com pessoal directamente envolvido nesta área e 661.166,07 EUR respeitantes a despesas de funcionamento.

### INTERNACIONALIZAÇÃO

Continuamos a aguardar a decisão relativa à candidatura entregue em 2007 ao ICEP, actual AICEP, ao abrigo do Código Fiscal do Investimento. A candidatura foi apresentada tendo em vista o aproveitamento dos benefícios fiscais resultantes do Projecto de Investimento Realizado em Angola desencadeado no âmbito do Processo Global de Internacionalização da SINFIC, SA.

### INSTALAÇÕES

#### **Alfragide - Compra das Instalações à Rui Ribeiro - Contencioso**

Considerando que a vendedora não cumpriu com o teor exacto do contrato assinado, o processo de aquisição das instalações em Alfragide anexas à sede estão em processo de contencioso. O que era pretendido pela SINFIC era simplesmente a execução exacta das obrigações emergentes de um contrato promessa de cessão de posição contratual celebrado por ambas as partes em finais de 2008. Ora como tal não foi possível, porque a Rui Ribeiro por iniciativa unilateral decidiu alterar os termos iniciais em que se encontrava o dito imóvel com consequências não acauteladas na empresa promitente compradora foi solicitada a reconvenção do processo pedindo a resolução do contrato.

#### **Linda-a-velha**

Assim sendo, e face ao atraso na aquisição do escritório em Alfragide e à necessidade de dar condições de operacionalidade dos colaboradores alargámos, já em 2010, o espaço disponível com mais 900 m2 com recurso ao arrendamento de instalações em Linda-a-Velha no Largo da Lagoa.

#### **Armazém - Cacém**

Considerando que a Logística tem vindo a tomar um peso importante no apoio à actividade em Angola e à necessidade de obter um espaço para preparação e instalação de equipamentos foi também negociado e adquirido por 365.000,00 EUR em regime de leasing, em Março de 2010, um armazém com 600 m<sup>2</sup> perto do Tagus Park.

No cômputo global, o investimento que realizamos dirige-se à dotação da empresa e dos seus colaboradores de equipamentos e infra-estruturas tecnológicas capazes de contribuir para os elevados padrões de qualidade a que nos impomos aquando da nossa actuação ao serviço dos nossos clientes e parceiros.

## DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS

Entrámos em 2010 com a convicção que iria ser um ano de extremas dificuldades. A crise internacional que vem desde 2008, acentuou-se em 2009 e, tal como prevíamos, agravou-se em 2010 com consequências cujo impacto final ainda estará por determinar mas que já se está a sentir. Na SINFIC houve que tomar decisões que se traduzissem numa melhor rentabilização dos recursos existentes. O impacto da carência de liquidez financeira no mercado impôs restrições ao investimento ao mesmo tempo que se manteve a incerteza de comportamento no mercado angolano, nomeadamente no sector Estado, o que nos levou a reduzir a capacidade de produção em Portugal e, como consequência, gerar uma redução do volume de negócios e simultaneamente amenizar o risco global das operações.

Atendendo ao arrefecimento do mercado angolano, necessariamente que o crescimento em 2010 teve tendência a ser mais moderado e focalizado nos produtos e nas linhas de desenvolvimento que temos vindo a seguir nos últimos anos.

Acreditamos que nos próximos anos a aposta nas aplicações informáticas capazes de funcionar em dispositivos móveis vai dar um novo horizonte de utilização à computação. Pensamos que esta vertente computacional móvel irá antes do final desta década contribuir de forma decisiva para um novo ciclo de prosperidade e de desenvolvimento com perspectivas económicas muito interessantes.

## SDNET - REDE DE TRANSMISSÃO SEGURA DE DOCUMENTOS E MENSAGENS

O Sistema SDNET é um sistema de informação distribuído concebido e desenhado para proteger mensagens e documentos transmitidos utilizando canais de comunicação (eventualmente considerados) inseguros. O sistema tem o intuito de possibilitar a realização de comunicações seguras, confiáveis (autenticadas), confidenciais (encriptadas) e auditáveis (comprobativos certificados).

## GESTÃO E LOCALIZAÇÃO DE ACTIVOS - QUATENUS

Fruto da integração com as ferramentas de informação geográficas e georeferenciação aliado à capacidade de produzir protocolos de comunicação de transmissão de dados entre pontos móveis estruturou-se uma oferta integrada de soluções para o sector dos transportes e da logística integrando este novo eixo estratégico na oferta SINFIC para 2010. A solução QUATENUS é uma plataforma de Gestão de Activos inovadora e totalmente integrada, capaz de satisfazer as necessidades das empresas que possuam bens móveis no exterior da organização com integração nativa com os sistemas centrais da organização.

## BIOCHECKER – ANÁLISE DE DUPLICADOS

O produto consiste numa série de módulos vocacionados para a interacção com sistemas de registo biométrico, que permitirão monitorizar e efectuar todo processo de análise de duplicados, reconhecidos através de características biométricas, não dependentes de informações que poderão não corresponder à realidade. Baseado no registo de impressões digitais e/ou fotos de indivíduos registadas no sistema é feita uma pesquisa de “n” para “n” (todos contra todos) gerando um conjunto de possíveis registos duplicados.

## BAW (BIO ANALYSER WEB)

A aplicação BAW tem como objectivo o desenvolvimento de um sistema que permita a Análise Humana de Duplicados. Mais concretamente, pretende-se com este produto conceber e desenvolver um mecanismo de avaliação humana dos resultados da duplicação Biométrica obtida pelo BioChecker. O processo utiliza ainda ferramentas biométricas visuais para auxiliar o operador na tomada da decisão.

## G-DOC – SECURED DOCUMENTS

O G-DOC é uma aplicação de gestão documental desenvolvida pela SINFIC. Este software permite gerir toda a documentação contabilística, administrativa ou operacional, física ou digital, de forma integrada simples, rápida e sem papel. Os ganhos de eficiência e poupança de custos inerentes a esta ferramenta são de uma enorme mais-valia para qualquer organização e em 2010 foi mais um produto do Portfolio SINFIC a chegar ao mercado.

## IDMS (IDENTITY MANAGEMENT SYSTEM)

No âmbito do desenvolvimento de soluções biométricas, a SINFIC concebeu uma aplicação para responder a uma necessidade do mercado: a Definição e Gestão de Identidades, sob o ponto de vista biométrico. Com este produto, qualquer organização poderá definir quais as identidades e respectivos atributos que necessita de gerir, assim como criar e configurar o respectivo repositório.

## ID & SFR

O objectivo principal desta solução está em desenvolver uma aplicação capaz de interagir com qualquer sistema biométrico disponível no mercado. Nesta solução serão desenvolvidas bibliotecas e interfaces dinâmicas. Esta aplicação irá envolver um estudo de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para desenvolver uma componente georreferenciada de um projecto de mapeamento eleitoral (SME).

## IPDMS (INTEGRATED PROCESS DESIGN AND MANAGEMENT SYSTEM)

A IPDMS é uma ferramenta de gestão de processos de negócio que pode suportar uma ou várias organizações e permite o controlo de processos, entidades, pessoas, documentos, informação e tempo. Esta é uma solução BPMS (Business Process Design and Management System), constituindo assim uma ferramenta flexível, facilmente configurável e adaptável, permitindo às organizações adaptarem-se às constantes mutações dos processos de negócio. A ferramenta representa a visão orientada a processos de negócio, permitindo a gestão e acompanhamento das várias fases do processo: planeamento, execução e gestão.

## GIP – GESTÃO INTEGRADAS POR PROCESSO

SINFIC desenvolveu um conjunto de soluções, cada uma orientada para uma componente de negócio da Administração Pública Central e Local. O objectivo destas soluções é obter ferramentas versáteis, flexíveis, que permitam monitorizar as acções do dia-a-dia das entidades, de forma eficiente e simplificada. Esta é uma solução desenvolvida com o objectivo de ser comercializada internacionalmente. Os GIPS, sendo soluções desenvolvidas sobre o IPDMS®, têm como principal referencial a configuração e parametrização:

- Solução de gestão integrada de programas de investimento público;
- Solução de gestão de fichas de equipamento e cadastro;
- Solução de gestão de balcão único centralizadas na representação de vários canais de acesso à organização;
- Solução de gestão de processos administrativos e financeiros;
- Solução de gestão de processos de urbanismo integrados com soluções geográficas.

## SGF (SISTEMA DE GESTÃO DE FRONTEIRAS)

Desenvolvimento de uma peça de software e outra de hardware, que permitirão fazer uma passagem automática na fronteira, para utentes de passaportes electrónicos. Para lá desta missão, o software permite o registo e passagem de utentes com documentos de identificação não standards, como o bilhete de identidade nacional. Por seu turno, o BCS (Border Control System) fará parte do SGF e será um sistema que lê passaportes, sendo estes biométricos, ou não, e os valida de forma automática e em caso de dúvida permite a um operador fazer uma análise visual mais detalhada.

## DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MERCADOS

Acreditamos que em 2010 o mundo volta a estar na eminência de uma nova vaga de inovação; motivada por duas grandes tendências tecnológicas que são a disponibilização de poder computacional realmente móvel (smartphones e tablets) que permitirá uma revolução nos actuais sistemas e arquitecturas computacionais e organizacionais, uma vez que permite a desmaterialização e extensão das cadeias de valor das empresas de uma forma transformacional.

Os chamados “smartsystems” que processam informação gerada de forma distribuída por milhares, milhões de sensores e instrumentos de telemetria. A emergência do mundo M2M – Machine to Machine e da chamada Internet of Things produzirá uma avalanche de inovação em variedade e volume nunca antes vista.

Paralelamente assistimos a uma autêntica revolução no que concerne à capacidade e disponibilidade de processamento computacional, assim como da capacidade de armazenamento e gestão da avalanche de dados que estamos a gerar.

A emergência dos modelos computacionais e a tendência para que os sistemas computacionais se transformem em utilities facilitam a emergência de modelos computacionais transformacionais da forma como fazemos e gerimos negócios mas também da forma como nos relacionamos e interagimos uns com os outros enquanto sociedade.

Esta avalanche de inovação que surgirá, como sempre em formas e ofertas que excederão em muito a nossa capacidade de absorção (afinal somos apenas humanos), abre um oceano de oportunidades a todas as empresas de matriz tecnológica. Como sempre as revoluções não serão totais, nem abrangentes, mas influenciarão de uma forma generalizada todo o tecido empresarial e social.

Acreditamos também que o epicentro do nosso mundo está a mudar e que por isso o que inevitavelmente mudará na Europa e EUA, mudará muito mais depressa nos chamados países emergentes e na Ásia cujo espaço económico se transformará num novo centro do mundo (recuperando a visão dos antigos filósofos e pensadores chineses).

Seis séculos depois de os portugueses desenharem os primeiros planisférios, colocando Portugal, no centro do Mundo, este começará a deslocar-se na sua centralidade e virar-se inexoravelmente para Este.

E se essa tendência afecta os chamados países desenvolvidos, ainda com maior atracção vemos as chamadas economias emergentes direccionarem-se e serem atraídas pelo espaço geo-político asiático e, em particular, para a China que é hoje

o grande motor de procura para as chamadas “comodities” que são fundamentais para o desenvolvimento dos nossos principais mercados: Angola, Moçambique, Guiné Bissau e sobretudo, Brasil.

## BRASIL

Em 2010, demos os primeiros passos na avaliação do mercado brasileiro, preparando o caminho para a abertura da nossa subsidiária já em 2011.

O potencial do mercado brasileiro para uma empresa com as características da SINFIC, encanta e simultaneamente ofusca, tal é a multiplicidade das oportunidades e potencial do mercado.

A taxa de crescimento média da economia oficialmente esperada será de 5,9% durante os próximos quatro anos, o que, confirmando-se, colocará o governo de Dilma Rousseff com uma performance bem acima dos dois governos anteriores: no de Lula, o crescimento médio do PIB foi de 4% e no de Fernando Henrique Cardoso, 2,6%.

O Brasil tem um mercado livre e uma economia exportadora. Medido por paridade de poder de compra, o seu produto interno bruto ultrapassa 1.6 trilhão de dólares, sendo hoje a oitava maior economia do mundo e a maior da América Latina. É considerado uma das futuras potências do mundo junto à Rússia, Índia e China. Segundo o Fórum Económico Mundial, o Brasil foi o país que mais melhorou em competitividade em 2009, ganhando oito posições entre outros países, superando a Rússia pela primeira vez.

Alguns dos desafios dos governos incluem a necessidade de promover melhor infra-estrutura, modernizar o sistema de impostos, as leis de trabalho e reduzir a desigualdade de rendimentos e sobretudo acelerar a qualificação da sua mão-de-obra insuficiente para garantir sustentabilidade ao seu crescimento (estima-se hoje que exista uma falta de 5 milhões de quadros qualificados, 250.000 nas áreas das TIC).

Proprietário de um sofisticado sector tecnológico, o Brasil desenvolve projectos que vão desde submarinos a aeronaves e está envolvido na pesquisa espacial: o país possui um centro de lançamento de satélites e foi o único país do Hemisfério

Sul a integrar a equipa responsável pela construção do Estação Espacial Internacional (EEI). É também o pioneiro em muitos outros campos económicos, incluindo a produção de etanol.

O Brasil não é um país é uma federação de Estados, na realidade tem uma dimensão continental. Sendo o quinto maior país do mundo com uma população na ordem dos 198 Milhões, a economia brasileira e os fundamentos que a sustentam são positivos e aparentemente auto sustentáveis, constituindo para a SINFIC um enorme desafio.

Acreditamos que os elefantes se comem às fatias e por isso iremos investir na constituição de uma subsidiária com sede (matriz) na Região Sul, no Estado de Santa Catarina, na sua maior cidade industrial – Joinville.

Esta região muito estruturada e dotada de boas infra-estruturas permitir-nos-á fazer a aprendizagem do Sistema Legal e Fiscal de forma controlada.

No Brasil iremos, pela primeira vez na nossa história, abrir uma subsidiária focalizada apenas no desenvolvimento de um dos nossos negócios: a Geolocalização e Gestão de Activos em tempo real.

Até final do primeiro semestre contamos poder finalizar as actividades de prospecção e planeamento de mercado e acreditamos que será possível constituir a empresa e iniciar a actividade ainda em 2011, tendo como objectivo testar os produtos e avaliar a receptividade de forma a validar o modelo comercial em 2012 preparando depois a expansão deste negócio, na Região Sul e Centro-oeste nos cinco anos seguintes. Neste mercado o nosso foco vai ser o de concepção e desenho de novos produtos, mas sobretudo de promoção, comunicação e venda dos produtos/serviços.

O Brasil tem todo o potencial para ser para nós um mercado disruptivo, uma vez que para além da sua enorme dimensão se encontra num ciclo de crescimento que é sempre propício aos esforços de desenvolvimento de novos negócios.

Uma vez estruturado o modelo de negócio do Quatenus é expectável que a internacionalização neste mercado seja operacionalizada em torno de marcas que simbolizem produtos para um dado mercado.

## GUINÉ-BISSAU

A nossa presença neste mercado prende-se com a constatação de um conjunto de factores:

- O país evidencia alguma tendência para a estabilidade (depois do duplo assassinato do CEMFA e Presidente).
- No final de 2010, os países credores confirmaram o perdão da maioria da dívida externa da GB
- A Guiné-Bissau pertence à UEMOA –União Económica e Monetária dos países de África Ocidental. A UEMOA de inspiração francesa, agrega os países da chamada África Francófona e GB. Esta união económica e monetária criou um banco central e uma moeda comum para os 8 países que a constituem e com a tutela do Governo Francês tem conseguido desenvolver um ambiente macro-económico estável e um ambiente financeiro normal no que concerne a recebimentos e pagamentos ao exterior
- Os países da UEMOA têm registado taxas de crescimento sustentáveis tendo a própria Guiné-Bissau observado taxas de crescimento entre os 3% e 4%.
- O Banco Mundial e a UE tem em curso programas de financiamento ao desenvolvimento na Guiné, geridos por equipas localizadas no território
- Angola tem assumido um maior protagonismo na colaboração africana, no âmbito da CPLP e bilateralmente, disponibilizando-se para ajudar este Governo a resolver as questões de segurança e proporcionar uma reforma digna aos militares responsáveis pela libertação do território que na sua maioria ainda se encontram em funções.
- Empresas angolanas têm demonstrado interesse na exploração de algumas riquezas naturais tais como a BAUXITE, ou na participação na construção de infra-estruturas importantes tais como o porto de águas profundas.
- A UE tem proporcionado apoio ao desenvolvimento de programas de modernização administrativa e de consolidação do processo eleitoral,

áreas em que a SINFIC tem soluções adequadas aos objectivos da Guiné-Bissau.

- A UEMOA tem disponíveis linhas de financiamento a projectos de investimento público que tem eixos de desenvolvimento muito alinhados com a nossa oferta de Gestão Integrada do Território, nomeadamente no que concerne à produção de Cartografia e à realização de Estudos Sectoriais e Planos de Ordenamento e Directores Nacionais e Municipais.
- Os dirigentes políticos actuais são responsáveis e genuinamente empenhados na construção dos alicerces necessários ao funcionamento do Estado e Governo

A conjugação destes factores cria um contexto de desenvolvimento empresarial atractivo, mas ainda assim com muito risco, dada a insuficiência de quadros e falta de recursos generalizada com que lutam as principais instituições governamentais.

Acreditamos, assim, que o investimento na criação da subsidiária, será compensador uma vez que:

- a manutenção de uma estrutura local permite-nos detectar em primeira mão oportunidades interessantes.
- Permite reforçar o nosso posicionamento e credibilidade junto dos principais dirigentes e quadros representantes de instituições internacionais (ONU, WB, EU, BAD, ONG...)
- Permite-nos iniciar o processo de recolha de informação e avaliação do mercado da UEMOA e CEDEAO.

A CEDEAO agrega 15 países da África ocidental que no seu todo representam uma extensão de 5.1 milhões km<sup>2</sup> (17% de África) e uma população na ordem dos 280 milhões (cerca de 29% da população Africana) e um produto interno bruto na ordem dos 150 Bilhões USD.

A partir da Guiné-Bissau temos acesso a Cabo-Verde (país com uma ligação umbilical à Guiné) e a São Tomé e Príncipe que são os dois países africanos de língua portuguesa onde a SINFIC não tem ainda presença directa.



A empresa criada em Bissau poderá operar em qualquer país da UEMOA, onde a SINFIC tenciona angariar parceiros que possam promover a sua oferta.

Não existem, à data, qualquer concorrente internacional da SINFIC no local.

## ACTIVIDADES E EVENTOS

### II Jornadas da Modernização Administrativa em Vale de Cambra

No dia 27 de Maio de 2010 realizaram-se as II Jornadas da Modernização Administrativa no Centro Cultural de Macieira de Cambra, onde se debateu e relatou a experiência da solução Município On-line com a presença de mais de 120 participantes, representantes de Câmaras Municipais, Administração Pública Central, ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), Associações Municipais e Governos Cívicos. Neste evento foi apresentado oficialmente pela CM Vale de Cambra o arranque da solução "Guichet Electrónico". Falou-se também da Metodologia de Implementação do SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho) e de uma ferramenta para implementação dessa metodologia - PLATEAU (Solução de Gestão de Talentos).

### Seminário "O Policiamento de Proximidade: um desafio local?"

A SINFIC esteve presente no Seminário "O Policiamento de Proximidade: um desafio local?", organizado pela Revista Segurança e Defesa, no dia 29 de Outubro de 2010 que decorreu em Mafra, com a presença de do Superintendente José Ferreira Oliveira, Director do ISCPSP, do Eng. Ministro dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Mafra e do Dr. Rui Pereira, Ministro da Administração Interna.

### O Sistema Eleitoral de Angola na Biometrics 2010

Decorreu entre nos dias 19 a 21 de Outubro de 2010, em Londres a Biometrics 2010, na qual a SINFIC esteve presente com uma apresentação sobre a forma como decorreu o processo de registo eleitoral em Angola, 2008, onde foi exposto todo o processo de registo, desde os princípios em que este se baseou até às eleições.

### SINFIC ganhou o Prémio de melhor Parceiro Comercial Esi@net 2010

Nos dias 7 e 8 de Junho decorreu em Bilbao, o evento anual ESI @ net da qual a SINFIC é membro da rede desde 2003 e contou com 30 representantes de 21 parceiros da entidade promotora.

Durante o encontro Parceiros ESI@net, a ESI nomeou a SINFIC como o parceiro com maior actividade ao longo do último ano em 2010. Os critérios de avaliação do Parceiro do Ano incidem em: Vendas; Comunicação e feedback das necessidades do mercado local, condições e concorrência; Número de oportunidades comerciais identificadas; Divulgação das actividades e portfólio da ESI.

### Sinfic patrocinou o 1º prémio do concurso inter-escolas Católica Professor Xavier Pintado

A SINFIC patrocinou pelo 6º ano consecutivo o 1º prémio do concurso inter-escolas Católica Professor Xavier Pintado, subordinado ao tema "Ler+, Saber+, Por um Mundo Melhor".

### Infotec na EST

A SINFIC esteve presente no INFOTEC, 3.ª edição do Fórum de Informática e Novas Tecnologias, que decorreu entre os dias 11 a 14 de Maio na Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco. A iniciativa teve como tema "Tecnologias do Futuro, Desafios do Presente".

### SAP distinguiu a SINFIC como Melhor Parceiro de Marketing SAP Business One

A SINFIC foi destacada com o prémio de "Melhor Parceiro de Marketing" para o mercado de SAP Business One, no evento anual de Parceiros da SAP Portugal, realizado no dia 12 de Março de 2010 relativo ao esforço desenvolvido em 2009.

### I Seminário AFCEA Portugal

A SINFIC patrocinou o Seminário "A Segurança da Informação" promovido pela AFCEA Portugal no dia 09 de Fevereiro de 2010, no Auditório Luis Morales, AIP, onde participaram mais de 80 pessoas, pertencentes às Forças e Serviços de Segurança, outras entidades públicas e privadas.



**SINFIC integra Rede PME Inovação COTEC**

A SINFIC desde 2010 integra a Rede PME Inovação COTEC, que conta já com 141 PME associadas.

A Rede PME Inovação COTEC foi criada para o desenvolvimento de competências das PME e tem por objectivos: promover o reconhecimento público de um grupo de PME que, pela sua atitude e actividade inovadoras, constituem exemplos de criação de valor para o País; estabelecer a cooperação em rede entre os Associados da COTEC Portugal e as PME da Rede; e dar apoio específico em fases de crescimento, nomeadamente na atracção de investimento relevante e no suporte à sua internacionalização.

## 04.

### ANÁLISE DE CONTAS



## 04. ANÁLISE DE CONTAS

### ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os resultados obtidos em 2010 permitem encarar o futuro com optimismo redobrado, considerando que foram tomadas medidas de reajustamento da estrutura que tiveram impacto directo no volume de negócios, mas simultaneamente deram força ao projecto empresarial, consolidando uma política clara de investimento em produtos com que se inicia este novo ciclo de vida da companhia após 20 anos da sua fundação.

Se ao nível do volume de negócios se verificou uma quebra, esta foi compensada pela gestão eficaz de custos que permitiu o aumento dos resultados e assim, uma vez mais, consolidar e fortalecer a sua posição competitiva no sector das empresas de tecnologias de informação e comunicação (TIC), situando-se neste sector como uma das empresas mais dinâmicas e com um crescimento sustentado.

A SINFIC, em 2010, alcançou um volume de negócios de 10.438.298,35 EUR (dez milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e oito euros e trinta e cinco cêntimos), o que significa uma variação negativa de 27,04% face a 2009.

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de Cresc. Vol. de Negócios	119,31%	-22,71%	11,18%	0,54%	-27,04%

No âmbito do novo SNC, a análise das contas é necessariamente diferente da realizada no passado havendo algumas comparações que merecem a ressalva relacionada com o facto de terem havido mudanças de critério na classificação de rubricas.

Os Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Imposto tiveram um crescimento de 25,4% fixando-se nos 2.375.581,90 EUR.

### VENDAS

Em 2010, o volume de Vendas em mercadorias situou-se nos 2.064.831,63 EUR face aos 3.145.651.97 EUR de 2009. Esta quebra das vendas é já uma tendência pois o enfoque tem sido na prestação de serviços. Os Serviços, em 2010, pesaram em 80,22% e contribuíram com 8.373.466,71 EUR para o volume de negócios. De qualquer forma, este volume de serviços teve uma quebra de 24,98% face ao alcançado em 2009 de 11.161.883,82 EUR quando representava 78,01% do Volume de Negócios.

A tendência de decréscimo do volume e vendas de mercadorias expressa também a maior autonomia e maturidade da empresa participada de direito angolano (SINFIC.AO) que já detém a capacidade de efectuar as suas aquisições directamente a vários fornecedores internacionais. Nem sempre se justifica um fluxo logístico que envolva a SINFIC em Portugal e a transferência de exportações de materiais estão a ser realizadas pela participada TUAMUTUNGA TRADING,LDA.

O total de Rendimentos ascendeu aos 16.519.731,07 EUR menos 10,82% do que o verificado em 2009 de 18.524.846,27 EUR (SNC).

### ANÁLISE DE RENDIMENTOS E GASTOS

#### RENDIMENTOS

A estrutura de vendas assenta em produtos de software, hardware, consumíveis e, em particular em 2010, em produtos relacionados com energia, através de uma unidade de negócios descontinuada entretanto em 2011.

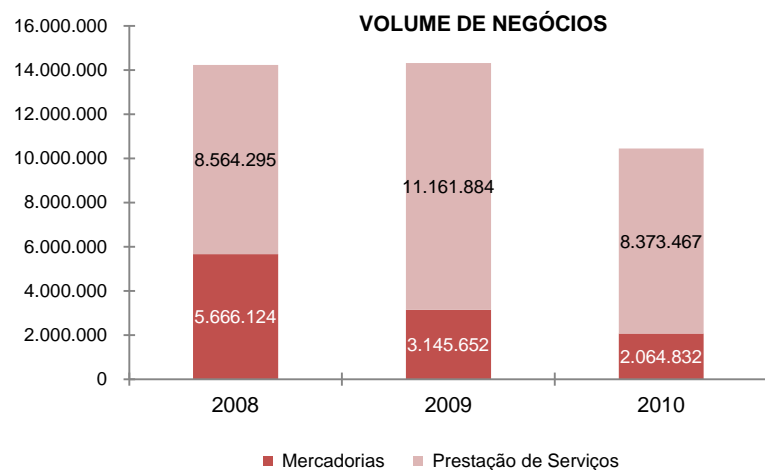
O maior peso continuam a ser os consumíveis, especialmente relacionados com o Registo Eleitoral.

A quebra nas Vendas de Mercadorias tem também a ver com a capacidade que a SINFIC Angola conseguiu obter de adquirir os equipamentos e mercadorias directamente junto dos fornecedores.

VENDAS	2008	2009	2010
711 - MERCADORIAS	5.761.328,21	3.283.568,77	2.134.730,72
71114 - HW - CONSUMIVEIS	724.123,79	827.099,31	984.160,14
71119 - ME - MATERIAL ELECTRICO	0	147.103,82	477.251,10
71125 - PA - LEITORES MOVEIS	428.363,06	315.147,90	214.679,75
71115 - HW - ESTACOES DE TRABALHO	208.675,51	184.941,99	156.306,11
71116 - HW - PERIFERICOS / ACESSORIOS	609.023,06	238.385,96	96.120,17
71117 - HW - SERVIDORES	501.357,44	87.329,83	32.984,80
71132 - SW - LICENÇAS SAP	32.132,89	5.720,25	28.616,10
71134 - SW - FERRAMENTAS	100.482,59	62.039,38	26.495,93
71135 - SW - LICENCIAMENTOS	15.558,69	8.669,14	20.325,90
71113 - GPS - EQUIPAMENTO DE LOCALIZACAO	0	0	15.400,00
71999 - OUTROS	3.141.611,18	1.407.131,19	82.390,72

Em relação aos serviços é claramente a Gestão de Projectos TI que se destaca com 66,86% do volume dos serviços prestados. Os contratos de manutenção de Software representam 954.428,55 EUR e têm vindo a crescer. A implementação de ERP teve uma variação positiva, associada também à introdução do SNC que gerou oportunidades nos actuais clientes. Numa perspectiva contrária temos os contratos de Outsourcing, serviço que cada vez pesa menos no nosso Volume de Negócio e os serviços secundários (transportes relacionados com as exportações de mercadoria) que apenas representam 2,42% do total.

SERVIÇOS PRESTADOS	2008	2009	2010
72 - PRESTACOES DE SERVICOS	8.564.295,44	11.161.883,82	8.373.466,71
721 - PRESTACOES DE SERVICOS	7.951.522,78	10.986.231,81	8.179.883,53
72112 - GESTAO PROJECTOS TI	4.635.834,62	7.396.723,77	5.598.410,63
72105 - CONTRATOS MANUTENCAO SOFTWARE	864.437,22	897.195,12	954.428,55
72103 - IMPLEMENTACAO E.R.P.	566.758,11	373.066,91	437.726,71
72101 - CONSULTORIA/FORMACAO TI	376.632,40	812.824,39	414.750,86
72107 - OUTSOURCING	1.007.604,69	1.201.907,76	395.394,57
72113 - BUSINESS INTELLIGENCE	255.937,80	143.352,00	303.875,66
72123 - ASSISTENCIA TECNICA	82.402,31	87.907,02	53.390,14
72111 - ENGENHARIA SOFTWARE	11.909,89	695	20.803,41
72199 - OUTROS	150.005,74	72.559,84	1.103,00
725 - SERVICOS SECUNDARIOS	697.616,29	181.379,62	202.391,70
728 - DESCONTOS E ABATIMENTOS	-84.843,63	-5.727,61	-8.808,52



Relativamente ao volume de negócios a companhia teve uma quebra de 27,04%.

	2008	2009	2010
<b>7 - RENDIMENTOS</b>	<b>16.774.498,02</b>	<b>18.524.846,27</b>	<b>16.519.731,07</b>
71 - VENDAS	5.666.123,93	3.145.651,97	2.064.831,63
72 - PRESTACOES DE SERVICOS	8.564.295,44	11.161.883,82	8.373.466,71
74 - TRABALHOS PARA A PROPRIA ENTIDADE	0,00	0,00	1.136.800,81
76 - REVERSOES	19.129,61	58.315,43	11.236,61
78 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.493.153,82	4.029.087,86	4.919.468,95
79 - JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	31.284,92	129.907,19	13.926,36

Para além das Vendas e Prestações de Serviços contribuem também para os Rendimentos os Trabalhos para a Própria Entidade referente ao investimento directo realizado em produtos de software, como sejam produtos já prontos para entrarem no mercado em 2011, caso do Quatenus ou o Truly, já numa fase avançada de produção e com previsão para sair em 2012; e na investigação de linha de novos produtos na área da gestão. Em 2010, o volume de Trabalhos para a Própria Entidade foi de 1.136.800,81 EUR.

Na conta de OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS destacam-se os proveitos os **Proveitos Suplementares** que atingiram um valor 3.393.182,60 EUR o que compara com 3.664.870,64 EUR de 2009 (-7,4%). Este valor corresponde à compensação de custos incorridos pela SINFIC Portugal por conta da SINFIC Angola, nomeadamente com pessoal expatriado e a sua quebra prende-se com o facto da SINFIC Angola ter absorvido directamente parte dos colaboradores que estavam no quadro da SINFIC Portugal e obviamente dos respectivos custos que lhe estão inerentes.

Há ainda a destacar os rendimentos obtidos com as empresas participadas que, ao abrigo do SNC, implica realizar a respectiva equivalência patrimonial. Com contribuições positivas num total de 765.978,84 EUR destaca-se a SINFIC Angola com 737.123,19 EUR. Há ainda a registar uma Perda em Associadas no valor de 297.830,98 EUR ligada ao resultado negativo da NOVAGEO

## 2010

SINFIC AO	737.123,19	51,52%
BIOGLOBAL	13.490,93	0,94%
INOVA	15.364,72	1,07%
NOVAGEO	-297.830,98	-20,82%
	468.147,85	32,72%

Na conta Outros Rendimentos e Ganhos esta ano adquiriu peso a rubrica Diferenças de Câmbio com 629.128,36 EUR relacionado com a transfêrencia das perdas relativas à operação financeira para montagem do CAN 2010 para a SINFIC Angola.

No seu global, o total dos Rendimentos de Exploração atingiram a cifra de 16.519.731,07 EUR

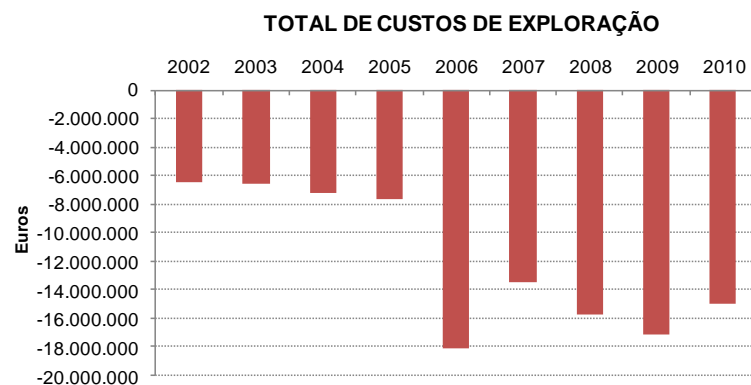
## GASTOS

## ESTRUTURA DE CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
61 - CMVMC	-7.856.916,86	-4.845.058,88	-4.839.730,95	-2.954.862,35	-1.910.616,61
62 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-4.659.397,27	-3.359.410,02	-3.963.680,06	-5.591.224,73	-3.831.473,15
63 - GASTOS COM O PESSOAL	-4.453.726,12	-4.502.639,69	-5.745.865,02	-7.560.741,84	-7.321.163,46
64 - GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-334.475,50	-355.335,80	-373.205,39	-438.185,18	-387.486,70
65 - PERDAS POR IMPARIDADE	-89.230,71	-38.147,87	-240.081,39	-193.473,23	-46.146,25
68 - OUTROS GASTOS E PERDAS	-603.376,86	-241.158,96	-382.136,90	-200.833,81	-1.020.823,34
69 - GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	-96.827,32	-104.757,30	-152.077,86	-172.136,47	-493.283,49
TOTAL DE CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	-18.093.950,64	-13.446.508,52	-15.696.777,57	-17.111.457,61	-15.010.993,00

Durante o ano de 2010, a globalidade dos custos de exploração teve um comportamento favorável. As excepções verificaram-se nas rubricas “Outros Gastos e Perdas” e “Gastos e Perdas de Financiamento” que serão objecto de análise mais adiante com maior detalhe.

A evolução histórica dos custos de exploração tem acompanhado o crescimento da organização. O ano de 2006 foi o ano mais expressivo atendendo ao CMVMC associadas ao projecto Registo Eleitoral em Angola. Depois desse ano os valores estabilizaram e têm oscilado entre os 14 e os 17 milhões de Euros. O ano de 2010 teve um total de custos de exploração de 15.010.993 EUR menos 12,28% do que no exercício anterior.



Face à perspectiva de um ano de dificuldades no âmbito também da grave crise económica vivida no país encetou-se uma redução no valor global dos custos de exploração num esforço de racionalização de custos, tomado em grande medida, como reflexo das medidas estratégicas definidas e postas em prática no início do segundo semestre de 2010.

O contexto económico reconhecidamente desfavorável que atravessou todo o exercício de 2010 exigiu a harmonização conjugada da contenção da despesa da empresa (sobretudo de natureza corrente) com a difícil tarefa de reestruturar a organização sem afectar as condições capazes de prestar serviços de qualidade e assim garantir a continua satisfação das necessidades dos nossos clientes.

Por múltiplas razões, antecipámos dificuldades e procurámos adoptar medidas que fossem ao encontro do reequilíbrio financeiro e organizacional. O impacto da carência de liquidez financeira no mercado impôs restrições ao investimento que não o investimento no desenvolvimento de produtos, ao mesmo tempo que se manteve a incerteza de comportamento no mercado angolano, nomeadamente no sector Estado, o que nos levou a reduzir o risco global das operações pela redução da capacidade de produção em Portugal e, como consequência, do volume de negócios.

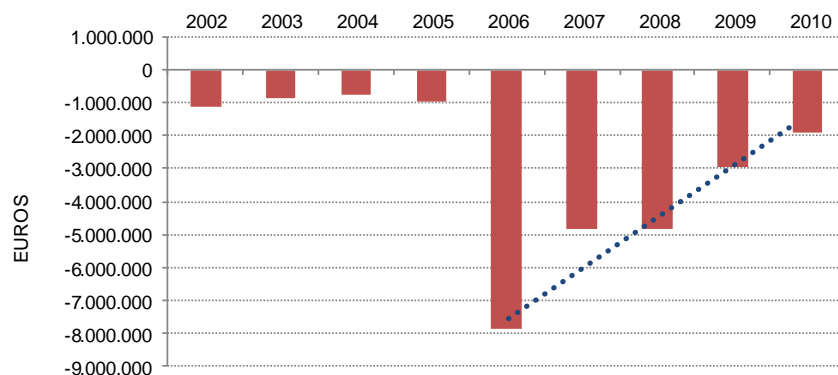
Sendo 2010 um ano difícil, tornou a SINFIC numa empresa mais robusta e coesa. Se existe um lado positivo relativamente a 2010 ele reside no facto de ser um ano

que reuniu as condições adequadas à adopção de princípios de reengenharia que permitiram racionalizar a organização / custos que se traduziram numa melhor rentabilização dos recursos existentes.

Analizando rubrica a rubrica e começando pelo Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, a tendência de redução mantém-se. O ano de 2006 foi o início de um ciclo de crescimento alicerçado no mercado angolano e na construção da capacidade para abraçar projectos de grandes dimensões e para o qual foi necessário todo o empenho de construção/adaptação que isso possa representar para as pessoas/organização mas, em especial, ao esforço desenvolvido pela empresa como um todo para dar resposta à concretização do projecto do Registo Eleitoral dos Cidadãos da República de Angola. Sem dúvida alguma, o maior e mais complexo desde a sua fundação. Em 2010, o custo da Mercadorias teve uma quebra de 35,34% situando-se nos 1.910.616,61.EUR.

Esta quebra justifica-se com o fim de um ciclo no Projecto do Registo Eleitoral e com o facto das vendas do Projecto do COCAN terem sido feitas pela participada BIOGLOBAL.



**61 - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS**

A evolução da rubrica de fornecimento e serviços externos ao longo dos últimos anos tem sido proporcional ao crescimento da organização. Mais uma vez o marco que determina a mudança de paradigma foi o ciclo iniciado em 2006 onde o processo de internacionalização se consolidou e contribuiu de forma decisiva para o expressivo incremento desta rubrica.

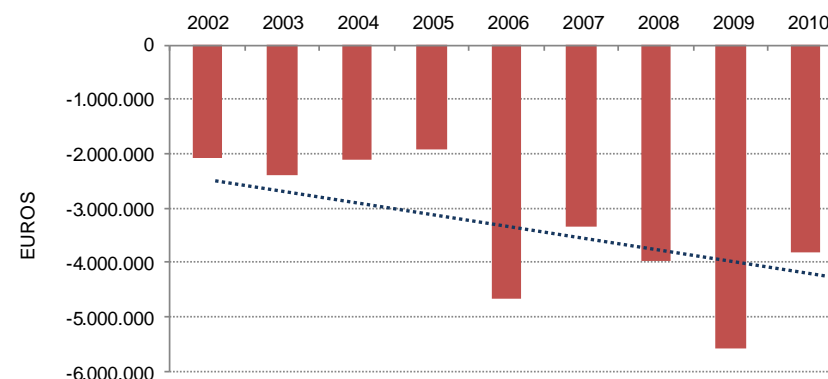
**62 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A sua evolução é directamente proporcional ao forte incremento do número de colaboradores, bem como ao significativo aumento do número de viagens e de estadias que anualmente são suportadas pelo facto de existirem colaboradores do quadro expatriados e que naturalmente se deslocam com frequência a Angola.

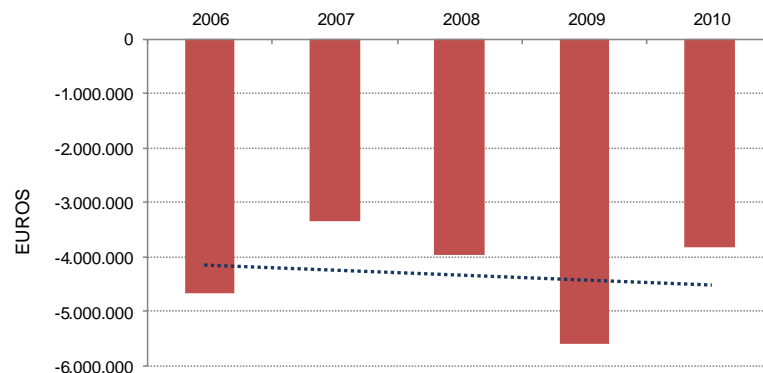
A análise temporal dos últimos 3 anos é fortemente influenciada pelo esforço de contenção de custos já mencionado atrás e que levou em 2010 a uma redução de 31,47% dos custos face a 2009 para 3.831.473,15 EUR.

Aliás se olharmos de forma sequencial para as rectas de regressão dos três gráficos apresentados, constatamos que sua inclinação se vai invertendo.

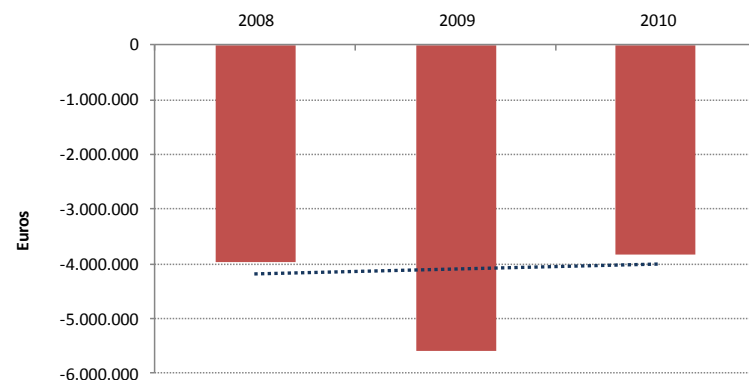
A recta associada ao gráfico que traduz os últimos 3 anos, apresenta uma redução ligeira de custos que vem corroborar o esforço de racionalização da organização.

**FSE 2002/2010**

### FSE 2006/2010



### FSE 2008/2010



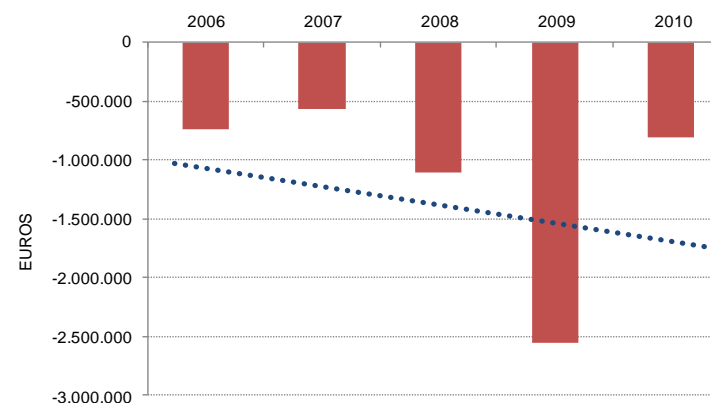
### CONTA 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

#### Análise da Estrutura de Custos de Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	VAR
621 - SUBCONTRATOS	-745.015,92	-568.106,23	-1.109.255,96	-2.559.945,01	-803.471,67	69%
622 - FORNECIMENTOS E SERVICOS	-1.840.068,91	-1.671.227,67	-1.270.248,66	-1.104.012,09	-1.334.273,52	-21%
623 - MATERIAIS	-76.399,25	-49.021,67	-86.957,44	-123.330,97	-60.305,00	51%
624 - ENERGIA E FLUIDOS	-81.322,72	-73.815,01	-91.564,68	-100.796,11	-110.225,79	-9%
625 - DESLOCACOES, ESTADAS E TRANSPOR	-747.491,30	-636.551,79	-980.172,33	-1.199.732,14	-976.701,00	19%
626 - SERVIÇOS DIVERSOS	-1.169.099,17	-360.687,65	-425.480,99	-503.408,41	-546.496,17	-9%
<b>TOTAL DE CUSTOS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>-4.659.397,27</b>	<b>-3.359.410,02</b>	<b>-3.963.680,06</b>	<b>-5.591.224,73</b>	<b>-3.831.473,15</b>	<b>31%</b>

Numa análise em maior detalhe, a decomposição desta rubrica (apresentada na tabela), verifica-se que a maior contribuição no decréscimo de custos desta rubrica está na conta de Subcontratos (- 69%). Esta redução deve-se em grande medida ao facto dos dados de 2009 estarem muito condicionados pela subcontratação no Brasil da ALTIS para apoio ao projecto SMPN – Sistema de Monitorização do Plano Nacional e pela subcontratação da BIOGLOBAL no âmbito do projecto CAN2010 e, em 2010, com a conclusão do projecto no primeiro quadrimestre do ano, essa subcontratação se ter reduzido significativamente.

### 621 – SUBCONTRATOS



## 622 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

	2008	2009	2010	Variação	(%)
622 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	-1.270.248,66	-1.104.012,09	-1.334.273,52	-230.261,43	20,86%
6227 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	-30.730,18	-42.635,04	-26.920,01	15.715,03	-36,86%
6221 - TRABALHOS ESPECIALIZADOS	-935.808,95	-679.083,94	-1.017.189,71	-338.105,77	49,79%
6222 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	-160.367,10	-236.489,61	-179.830,03	56.659,58	-23,96%
6223 - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	-8.148,75	-8.003,56	-8.355,26	-351,70	4,39%
6224 - HONORÁRIOS	-77.349,41	-87.456,84	-72.103,78	15.353,06	-17,56%
6225 - COMISSÕES	0	0	-1.376,04	-1.376,04	#DIV/0!
6226 - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	-57.844,27	-50.343,10	-28.498,69	21.844,41	-43,39%

Nos **Fornecimentos e Serviços** houve um aumento de 20,86% relativo à subcontratação de Trabalhos Especializados no âmbito do Projecto CCAN 2010. Nas restantes rubricas verificou-se uma redução com destaque para o desinvestimento em publicidade com menos 56.659,58 EUR que no exercício anterior.

## 623 – MATERIAIS

	2008	2009	2010	Var	Var%
623 - MATERIAIS	-86.957,44	-123.330,97	-60.305,00	63.025,97	-51,10%
6231 - FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	-17.333,25	-72.228,83	-18.725,88	53.502,95	-74,07%
6232 - LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	-21.229,53	-13.209,65	-5.048,43	8.161,22	-61,78%
6233 - MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-23.997,38	-10.294,69	-13.287,66	-2.992,97	29,07%
6234 - ARTIGOS PARA OFERTA	-24.397,28	-27.597,80	-23.243,03	4.354,77	-15,78%

Relativamente à conta de Materiais houve uma redução de 51,10% essencialmente devido ao corte de 53.502,95 EUR verificado nos consumos de Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido

## 624 – ENERGIA E FLUIDOS

	2008	2009	2010	Var	Var%
624 - ENERGIA E FLUIDOS	-91.564,68	-100.796,11	-110.225,79	-9.429,68	9,36%
6241 - ELECTRICIDADE	-20.199,78	-34.553,43	-29.325,36	5.228,07	-15,13%
6242 - COMBUSTÍVEIS	-70.453,50	-64.114,90	-76.983,43	-12.868,53	20,07%
6243 - ÁGUA	-911,4	-2.005,59	-3.132,69	-1.127,10	56,20%
6248 - OUTROS	0	-122,19	-784,31	-662,12	541,88%

Os custos com energia agravaram-se em 9,36% para 110.225,79 EUR. Este aumento do consumo justifica-se o incremento dos custos com combustíveis em mais 20,07%. A abertura mais um escritório em Linda-a-Velha já em Dezembro não teve ainda impactos significativos nas contas de energia.

## 625 – DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES

	2008	2009	2010	Var	Var%
625 - DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	-980.172,33	-1.199.732,14	-976.701,00	223.031,14	-18,59%
6251 - DESLOCAÇÕES E ESTADAS	-473.108,55	-855.404,20	-805.944,12	49.460,08	-5,78%
6252 - TRANSPORTE DE PESSOAL	-2.860,75	-2.978,90	-3.026,55	-47,65	1,60%
6253 - TRANSPORTE DE MERCADORIAS	-504.203,03	-341.349,04	-167.730,33	173.618,71	-50,86%

Esta rubrica teve um decréscimo de 18,59% para 976.701,00 EUR de onde se destacam os custos com deslocações e estadas no valor de 805.944,12 EUR, 4,78% inferior ao ano anterior. No entanto, esta redução nas contas da SINFIC justifica-se pela compra de viagens feitas directamente pelas outras participadas. Mas a maior contribuição para a redução desta conta deve-se ao facto das exportações de mercadorias terem sido inferiores e ter havido uma redução de 50,86% dos custos de transportes.

## 626 – SERVIÇOS DIVERSOS

	2008	2009	2010	Var	Var%
626 - SERVICOS DIVERSOS	-425.480,99	-503.408,41	-546.496,17	-43.087,76	8,56%
6261 - RENDAS E ALUGUERES	-179.787,32	-216.864,11	-283.703,31	-66.839,20	30,82%
6262 - COMUNICACAO	-115.248,47	-128.797,81	-121.394,38	7.403,43	-5,75%
6263 - SEGUROS	-54.815,48	-59.679,27	-38.566,53	21.112,74	-35,38%
6265 - CONTENCIOSO E NOTARIADO	-20.493,74	-13.224,37	-7.854,23	5.370,14	-40,61%
6266 - DESPESAS DE REPRESENTACAO	-33.206,40	-43.766,51	-43.894,60	-128,09	0,29%
6267 - LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	-19.745,46	-37.565,95	-44.539,40	-6.973,45	18,56%
6268 - OUTROS SERVICOS	-2.184,12	-3.510,39	-6.543,72	-3.033,33	86,41%

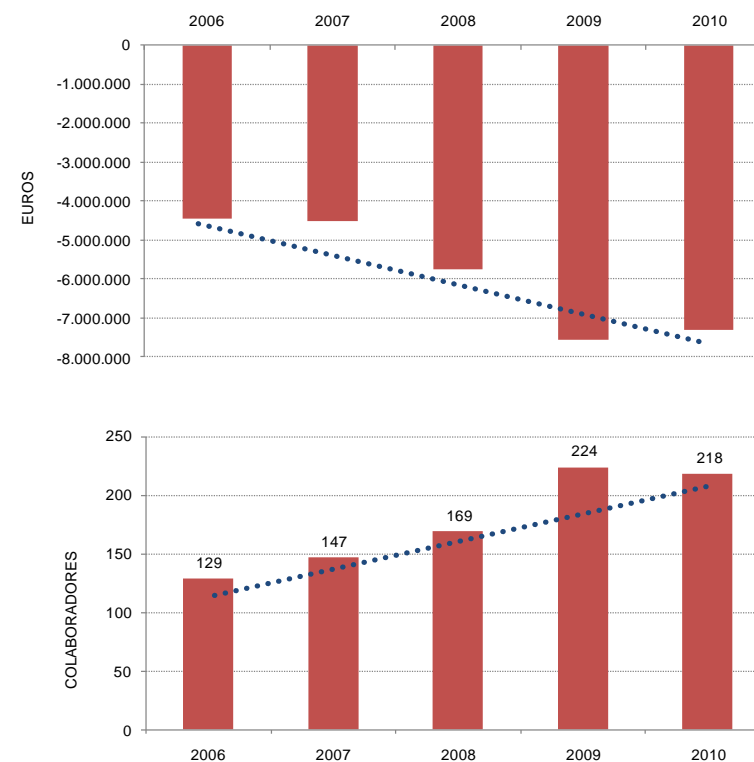
A compra de Serviços Diversos contribuíram com 546.496,17 EUR para o total dos Gastos, tendo tido um agravamento de 8,56%. A maior variação em termos absolutos verificou-se nas Rendas e Alugueres com mais 66.8398,20 EUR justificados pelo custo com o Armazém do Cacém, pelo arrendamento de um apartamento usado como Guest House para colaboradores que estão deslocados e, já com efeito do arrendamento, do escritório em Linda-a-Velha. Fruto destes novos pólos também os custos com Limpeza, Higiene e Conforto tiveram um agravamento de 18,56% para 44.539,40 EUR.

## 63 - Gastos com o Pessoal

Na rubrica “Gastos com o Pessoal”. O primeiro gráfico apresenta a evolução da estrutura global de custos suportado pela empresa e o segundo apresenta a evolução do número médio anual de pessoas que se encontra no quadro.

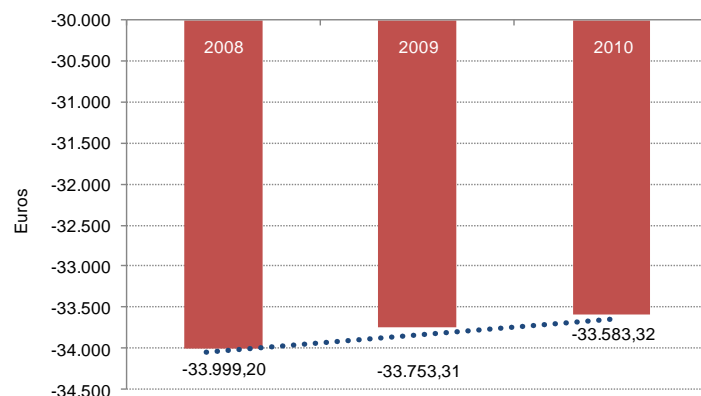
Existe uma relação directa entre a evolução do número médio anual de pessoas e os gastos globais com o Pessoal. De 2009 para 2010 houve uma redução do número médio de pessoas que foi acompanhado por uma redução de gastos com pessoal (-239.578 EUR)

### Gastos com o Pessoal



Para melhor se perceber a evolução desta rubrica haverá que dividir os gastos com o pessoal pelo número médio de pessoas do quadro obtendo-se assim uma remuneração anual média. Essa oscilação dos últimos 3 anos varia entre os 34 mil e os 33,5 mil euros de remuneração anual média por colaborador.

## Remuneração Média dos últimos 3 anos



	2008	2009	2010	Var	Var%
63 - GASTOS COM O PESSOAL	-5.745.865,02	-7.560.741,84	-7.321.163,46	239.578,38	-3,17%
636 - SEGURO ACID. TRABALHO E DOENÇAS PROF.	-43.935,29	-38.457,51	-97.414,64	-58.957,13	153,30%
631 - REMUNERACAO DOS ORGAOS SOCIAIS	-95.887,27	-140.913,72	-158.512,10	-17.598,38	12,49%
632 - REMUNERACAO DO PESSOAL	-4.429.376,97	-5.841.477,42	-5.567.577,04	273.900,38	-4,69%
634 - INDEMINIZACOES	-74.702,27	-48.089,14	-204.245,01	-156.155,87	324,72%
635 - ENCARGOS SOBRE REMUNERACOES	-827.043,22	-1.077.395,76	-1.042.823,08	34.572,68	-3,21%
637 - GASTOS DE ACCAO SOCIAL	-2.328,53	-3.020,44	-1.574,41	1.446,03	-47,87%
638 - OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	-272.591,47	-411.387,85	-249.017,18	162.370,67	-39,47%

Os custos com o PESSOAL tiveram uma redução de 3,17% face ao ano transacto. Esta redução terá uma maior expressão em 2011 pois o esforço de reorganização foi realizado no segundo semestre de 2010.

O esforço de adequação da capacidade de produção ao mercado teve um impacto directo nesta conta tendo sido alocados 156.155,87 EUR para indemnizações por rescisões de contratos de trabalho. Por outro lado, os custos com seguros de acidentes de trabalho tiveram um agravamento para 97.414,64 EUR mais 153,5% do que no ano anterior.

A Remuneração do PESSOAL com 5.567.577,04 EUR tem o maior peso nesta conta e teve um comportamento positivo no sentido em que contraiu 4,69% face a 2009.

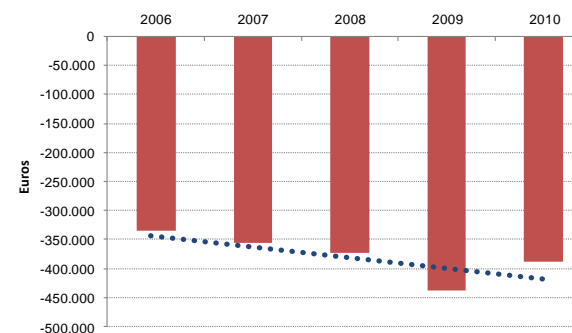
De igual forma obteve-se uma redução nos Outros Gastos com PESSOAL de 39,47%.

Os encargos sobre remunerações ultrapassaram novamente o milhão de EUR, situando-se em 1.042.823,08 EUR, no entanto, 3,21% abaixo de 2009.

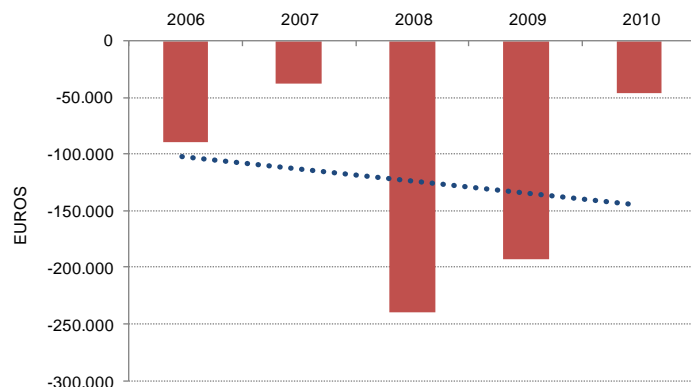
Quando comparado com os últimos 5 anos os “Gastos de Depreciação e de Amortização”, bem como as “Perdas por Imparidade” não apresentam flutuações dignas de destaque. O decrescimento dos gastos de depreciação e de amortização verificado em 2010 para 387.486,70 EUR resultam da estratégia de contenção adoptada na renovação do parque de máquinas e equipamentos.

Quanto às perdas por imparidade apresentam uma redução de custos que se deve à inexistência do cálculo do Goodwill associado às participadas que não foi realizado, transitando para 2011.

## 64 - Gastos de Depreciação e de Amortização



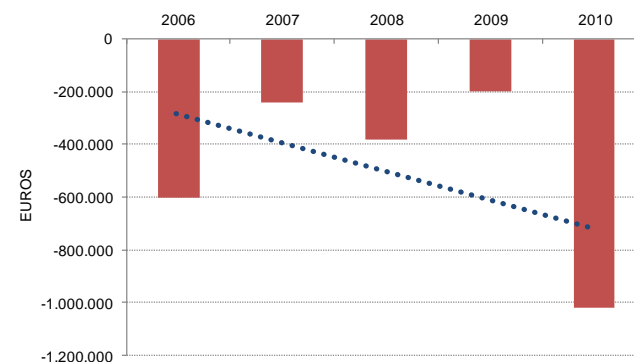
## 65 - Perdas por Imparidade



No que se refere à conta “Outros Gastos e Perdas” o desvio tão expressivo deve-se essencialmente a duas situações completamente distintas:

- À incorporação na contabilidade da SINFIC Portugal da quota-parte (percentagem de participação no capital social) dos resultados negativos das empresas participadas (equivalência patrimonial),
- Ao não recebimento da SINFIC Angola em tempo da verba associada ao projecto CAN 2010 A operação financeira para suportar este projecto traduziu-se numa diferença cambial desfavorável. De salientar que esta diferença cambial desfavorável para a SINFIC Portugal traduzia uma diferença cambial favorável para a SINFIC Angola, pelo que no final do projecto foi emitida uma nota de débito que regularizou este custo nas contas da SINFIC Portugal.

## Outros Gastos e Perdas

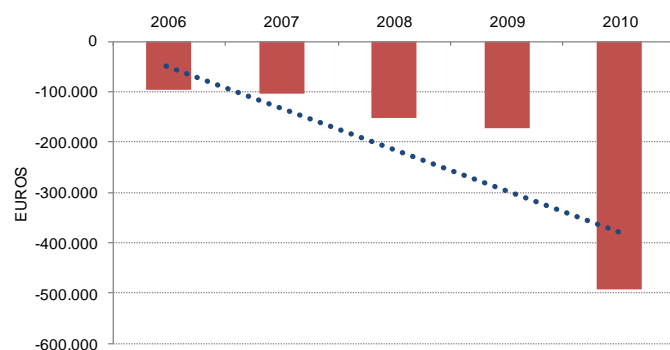


A generalidade das empresas envolvidas no tecido financeiro português atravessou em 2010 um período muito difícil. O mercado financeiro não apresenta liquidez e as empresas precisam de dinheiro para investir ou, simplesmente, para cobrir a sua tesouraria. A manutenção desta situação nos últimos meses induziu no mercado um diferencial generalizado em termos de pagamento a fornecedores versus recebimento de clientes. A acrescer a este enquadramento haverá a salientar que a actividade da SINFIC nos últimos anos foi fortemente alavancada pelo mercado angolano e a dificuldade de saída de divisas conjugado com a contracção da economia angolana durante o ano de 2009 e parte de 2010 não nos ajudaram a atenuar a actual situação.

Os Gastos e Perdas de Financiamento representaram em termos de custos 493.283,49 EUR dos quais 381.621,92 EUR dizem respeito a Juros Suportados pela necessidade de termos de recorrer ao crédito bancário para ajustar as necessidades de financiamento da actividade e isso induziu em 2010 a um natural incremento da conta de “Gastos e Perdas de Financiamento”.



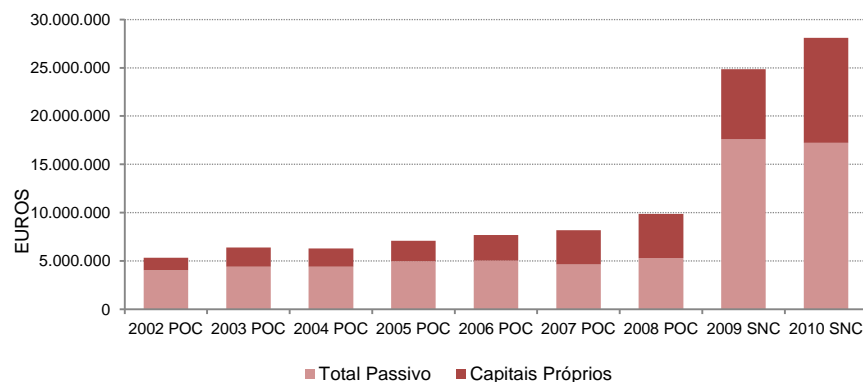
### Gastos e Perdas de Financiamento



## ANÁLISE BALANÇO

### ANÁLISE DAS GRANDES RUBRICAS DO BALANÇO

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos dois últimos anos, reflecte um expressivo incremento nas principais rubricas – Activo, Capital Próprio e Passivo.



O Activo teve em 2009 um aumento superior a 152% e, em 2010, superior a 13%. Esta evolução é uma consequência do processo de internacionalização e ao correspondente incremento de actividade desenvolvido pela empresa nos últimos anos.

Com a entrada no mercado angolano a empresa teve um crescimento expressivo e necessitava (face às oportunidades de negócio) de adequar a sua estrutura organizacional à dimensão das operações / projectos que neste momento tem em carteira.

A empresa tinha de ganhar dimensão financeira capaz de, com base nos seus recursos próprios, solver / pagar os potenciais compromissos já assumidos e que no futuro irá assumir perante terceiros. O objectivo último consiste em proporcionar aos clientes uma empresa com a grandeza adequada e o grau de conforto necessário à dimensão dos projectos e aos desafios em que está envolvida.

O fraco crescimento da economia portuguesa, associado ao sucesso de expansão da SINFIC e ao potencial inquestionável do mercado angolano, tornou este esforço de crescimento da organização uma necessidade premente.

Foi com este intuito, que em 2009 o Conselho de Administração da SINFIC PT propôs a realização não só do aumento de capital social da SINFIC Angola de 500.000,00 USD para 5.000.000,00 USD, mas também da SINFIC PT de 700.000,00 EUR para 5.000.000,00 EUR.

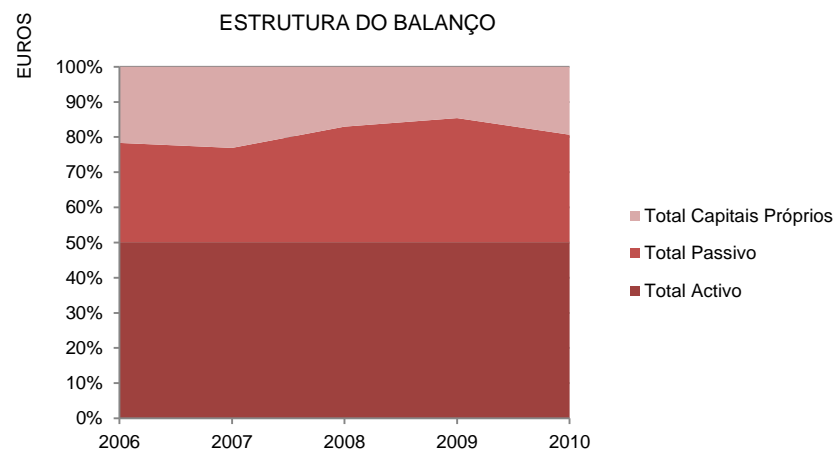
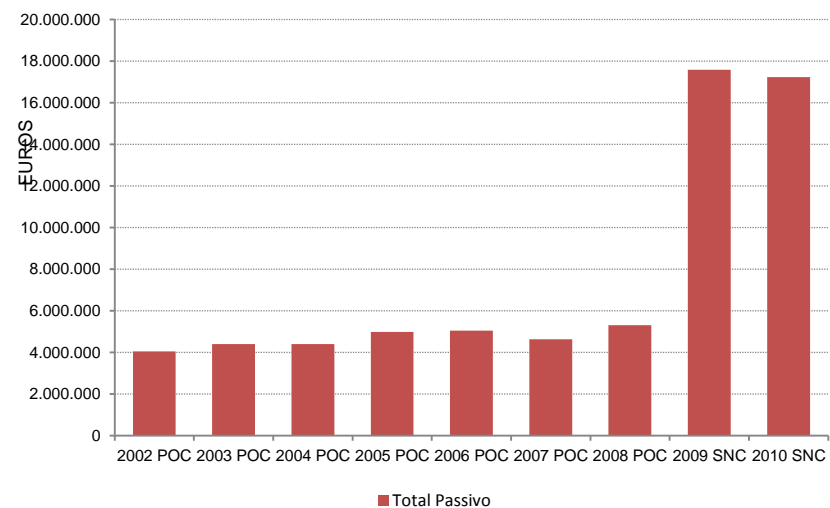
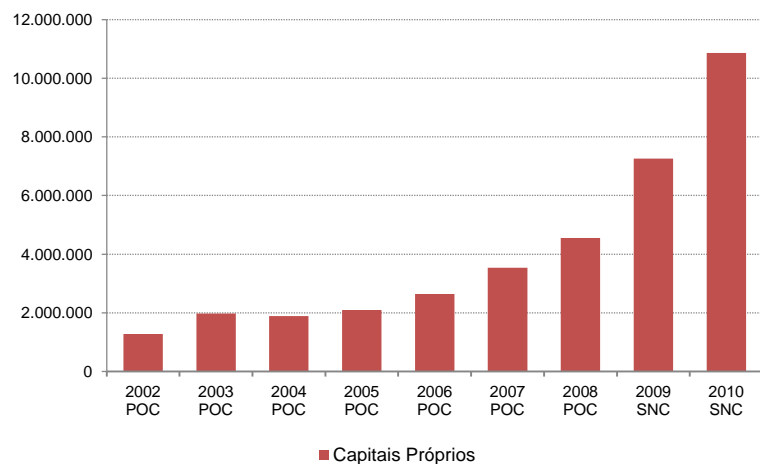
O aumento de Capital Social da SINFIC PT no valor de 4,3 milhões de euros foi composto por entradas em dinheiro no valor de 3 milhões de euros (subscrito e entretanto já realizado - 2009 e 2010) e por incorporação de reservas livres no valor de 1,3 milhões de euros.

Decidida a forma e a dimensão do aumento de Capital Social das duas empresas haveria que adequar a estrutura do Passivo à dimensão dos Capitais Próprios mantendo a sua rentabilidade equilibrada, ou seja, seria desejável (entenda-se dentro de determinados parâmetros: Autonomia Financeira/Solvabilidade) aumentar de forma equilibrada a dimensão do Passivo capaz de proporcionar as

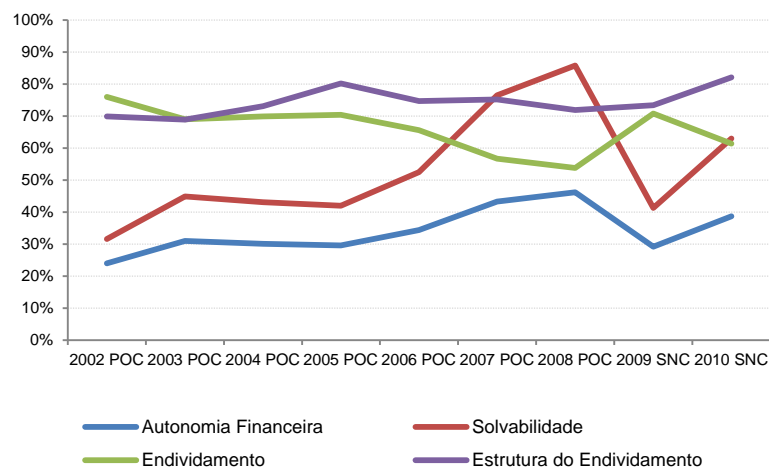
condições necessárias para, por um lado, diluir o risco dos accionistas e, por outro, aumentar a dimensão/capacidade da própria empresa e assim, por efeito desta última intenção, alavancar a médio/longo prazo a Rendibilidade dos Capitais Próprios e a capacidade de investimento no desenvolvimento de novos produtos.

Como consequência entendeu-se oportuno aproveitar os benefícios ao financiamento disponibilizados às PME's Líder (PME Investe - QREN). O incremento da dimensão das duas organizações foi assim alcançado por via do aumento de capital social e do aumento do passivo de médio/longo prazo através de obtenção de créditos bancários que apresentavam um "pricing" de financiamento em Portugal (inferior a 5%) face ao existente em Angola (superior a 25%).

Ainda sobre estas rubricas do balanço, convém salientar o contínuo incremento do Capital Próprio (50% em 2010 e 59% em 2009) e a pequena, mas importante redução do Passivo em 2010 no valor de -359.407 Euros (-2%).



Em valores absolutos, os registos de 2010 evidenciam que o Activo passou de 24.844.490 Euros para 28.085.827 Euros. Em termos desagregados, os Capitais Próprios passaram de 7.257.956 Euros para 10.858.700 Euros e o Passivo de 17.586.534 Euros para 17.227.126 Euros.



Há que salientar que este incremento das fontes de financiamento teve sempre associado a preocupação de preservar o equilíbrio financeiro da empresa. Se analisarmos o gráfico verificamos que os rácios de autonomia financeira (39%) e de solvabilidade (63%) tiveram uma pequena quebra em 2009, mas entretanto recuperaram e estão bem acima dos valores teóricos de referência, respectivamente 33% e 50%.

Ainda sobre este ponto, e por efeito das primeiras constatações mencionadas nesta secção, haverá que destacar o excelente desempenho verificado ao nível do endividamento. Num ano tão difícil como o de 2010, conseguiu-se uma redução próxima dos 10%. O indicador passou de 71% para 61%, o que representa uma importante redução do peso do Passivo no Activo da empresa.

Quanto à estrutura de endividamento, historicamente o indicador tem-se mantido estável entre os 70% e os 80%. O valor de 2010 encontra-se próximo do limite superior deste intervalo e deve-se não só às contingências do mercado financeiro, mas também à dificuldade de recebimento dos nossos clientes, em especial de Angola.

Descrição	2006 POC	2007 POC	2008 POC	2009 SNC	2010 SNC
Capitais Próprios	2.645.746,78	3.538.003,74	4.555.509,20	7.257.956,18	10.858.700,13
Total Passivo	5.042.139,50	4.628.570,69	5.312.590,25	17.586.533,70	17.227.126,38
Activo Total Líquido	7.687.886,28	8.166.574,43	9.868.099,45	24.844.489,88	28.085.826,51
Autonomia Financeira	34,41%	43,32%	46,16%	29,21%	38,66%
Solvabilidade	52,47%	76,44%	85,75%	41,27%	63,03%
Endividamento	65,59%	56,68%	53,84%	70,79%	61,34%
Estrutura do Endividamento	74,73%	75,20%	71,87%	73,43%	82,07%

Olhando para a outra face do Balanço, mantém-se o problema referido no ano transacto relacionado com o crescimento da conta de clientes sobretudo da SINFIC Angola. O impacto da crise internacional e em especial Angola reflecte-se na estrutura financeira da empresa sobretudo em virtude da dificuldade de transferência de divisas de Angola para Portugal a partir de 2009. Nota-se que ultrapassada a crise, as condições estão a mudar e, a pouco e pouco, as transferências vão sendo mais fáceis e céleres.

Todavia importa salientar que o crescimento do Activo se deve muito mais a factores relacionados com o activo não corrente que passou dos 8.974.144 Euros para os 11.397.512 Euros (27%) do que ao Activo Corrente que apenas cresceu 5,2%.

## BALANÇO

RUBRICAS	2009	2010	Var (%)
<b>ACTIVO</b>			
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>8.974.143,50</b>	<b>11.397.511,50</b>	<b>27,0%</b>
1.1 Activos Intangíveis	142.370,19	1.216.166,78	754,2%
1.2 Activos Fixos Tangíveis	2.879.388,81	3.114.597,25	8,2%
1.4 Investimentos Financeiros	5.952.384,50	6.853.747,47	15,1%
1.5 Outros Activos Financeiros	0,00	213.000,00	

Relativamente ao Activo Não Corrente o incremento deve-se à contabilização como Activos Intangíveis em Curso dos trabalhos para a própria empresa desenvolvidos em 2010, à compra do armazém do Cacém e valorização da participação detida na SINFIC Angola.

Os activos fixos tangíveis tiveram um incremento de 8,2% e os Investimentos financeiros, que reflectem a posição accionista nas empresas participadas teve um incremento de 15,1%

De realçar ainda um investimento de 213.000 EUR referente a um depósito a prazo como contra-garantia de um aval bancário prestado pelo MillenniumBCP a uma empresa do grupo.

<b>ACTIVO CORRENTE</b>	<b>15.870.346,38</b>	<b>16.688.315,01</b>	<b>5,2%</b>
2. Inventários	413.415,18	322.509,61	-22,0%
2.1 Mercadorias	413.415,18	322.509,61	-22,0%
3. Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	14.135.881,64	15.574.659,36	10,2%
3.1 Clientes C/C e C/ Letras	10.470.830,65	11.853.797,72	13,2%
3.2 Estado Outros Entes Públicos	620.754,44	128.454,39	-79,3%
3.3 Outros Contas a Receber	3.044.296,55	3.592.407,25	18,0%
4. Caixa e Depósitos	1.086.737,64	568.650,26	-47,7%
5. Diferimentos	234.311,92	222.495,78	-5,0%

5.1 Gastos a Reconhecer	234.311,92	222.495,78	-5,0%
<b>6. TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>24.844.489,88</b>	<b>28.085.826,51</b>	<b>13,0%</b>

A conta de Clientes representa a maior rubrica do Activo Corrente com 11.853,797 EUR dos quais o maior devedor é a SINFIC AO. Esta conta sofreu um incremento de 13,2% e representa em 2010 mais de um ano do volume de negócios. A necessidade de reforçar os capitais tem aqui também uma razão de peso.

A conta de mercadorias teve uma quebra de 22% tendo sido feita uma actualização de stocks.

A conta de Estado teve uma quebra de 79,3% em parte porque no ano anterior havia IVA a receber que foi regularizado em Outubro de 2010.

A conta Outros Contas a Receber apresenta também um saldo significativo de 3.592.407 e cresceu 18% face ao ano anterior. Esta conta absorve das empresas participadas relativas a débitos não operacionais e a SINFIC AO é a principal devedora.

## CAPITAL PRÓPRIO

7. Capital Social	3.025.130,67	5.000.000,00	65,3%
8. Prémio de emissão de acções	100.000,00	100.000,00	0,0%
9. Reservas	210.100,67	272.610,77	29,8%
10. Resultados Transitados	2.256.704,68	3.431.270,93	52,0%
11. Ajustamentos em Activos Financeiros	318.376,55	616.699,85	93,7%
12. Outras Variações no Capital Próprio	8.949,80	7.362,00	-17,7%
13. Resultado Líquido do Exercício	1.338.693,81	1.430.756,58	6,9%
IRC	-74.694,85	-77.981,49	4,4%
<b>14. TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>7.257.956,18</b>	<b>10.858.700,13</b>	<b>49,6%</b>

A variação do capital social reflecte a realização do capital subscrito pelos accionistas ainda no primeiro semestre.

Como não houve distribuição de resultados aos resultados transitados cresceram 53% para 3.431.270 EUR.

Total do Capital Próprio teve um incremento de 49,6% neste período.

<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>4.980.438,91</b>	<b>4.318.974,24</b>	<b>-13,3%</b>
15. Financiamentos Obtidos	4.977.455,65	4.316.520,25	-13,3%
16. Passivos por Impostos Diferidos	2.983,26	2.453,99	-17,7%

O Passivo Não Corrente teve um decréscimo de 13,3% essencialmente devido à amortização dos empréstimos obtidos.

<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>12.606.094,79</b>	<b>12.908.152,14</b>	<b>2,4%</b>
17. Fornecedores	3.916.061,59	2.318.380,48	-40,8%
18. Estado Outros Entes Públicos	249.656,31	525.458,81	110,5%
19. Financiamentos Obtidos	6.016.153,32	6.284.678,13	4,5%
20. Outras Contas a Pagar	2.004.843,03	2.279.936,65	13,7%
21. Diferimentos	419.380,54	1.499.698,07	257,6%
<b>22. TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>17.586.533,70</b>	<b>17.227.126,38</b>	<b>-2,0%</b>
<b>23. TOTAL DO PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>24.844.489,88</b>	<b>28.085.826,51</b>	<b>13,0%</b>

O Passivo Corrente teve um crescimento de 2,4% apesar da conta de fornecedores ter sofrido uma redução de 40,8%.

Os Financiamentos de Curto Prazo, nomeadamente Contas Correntes Caucionadas e Livranças tiveram um aumento de 4,5%.

A conta Diferimentos constitui um activo no valor de 1.499.698 EUR e tem como principal factor a facturação feita relativa ao Projecto do Registo Eleitoral em 2010

e que apenas vai ser executada e reflectida no proveito em 2011.

O equilíbrio do Balanço dá-se assim por via do aumento do Capital Social que se sobrepôs à redução do Passivo para financiar o Activo.

Numa outra óptica, o Fundo de Maneio subiu para 3.777.708 EUR suportado no aumento dos Capitais Permanentes que subiu 24% para 15.175.220 EUR que assim compensou o aumento do Activo Fixo.

<b>Descrição</b>	<b>2006 POC</b>	<b>2007 POC</b>	<b>2008 POC</b>	<b>2009 SNC</b>	<b>2010 SNC</b>
Capitais Próprios	2.645.746,78	3.538.003,74	4.555.509,20	7.257.956,18	10.858.700,13
Capital Alheio Estável	1.059.249,29	924.990,50	1.161.541,55	4.977.455,65	4.316.520,25
Capitais Permanentes	3.704.996,07	4.462.994,24	5.717.050,75	12.235.411,83	15.175.220,38
Activo Fixo	2.429.444,58	2.436.436,76	4.070.699,70	8.974.143,50	11.397.511,50
Fundo de Maneio	1.275.551,49	2.026.557,48	1.646.351,05	3.261.268,33	3.777.708,88

## ANÁLISE DO PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS

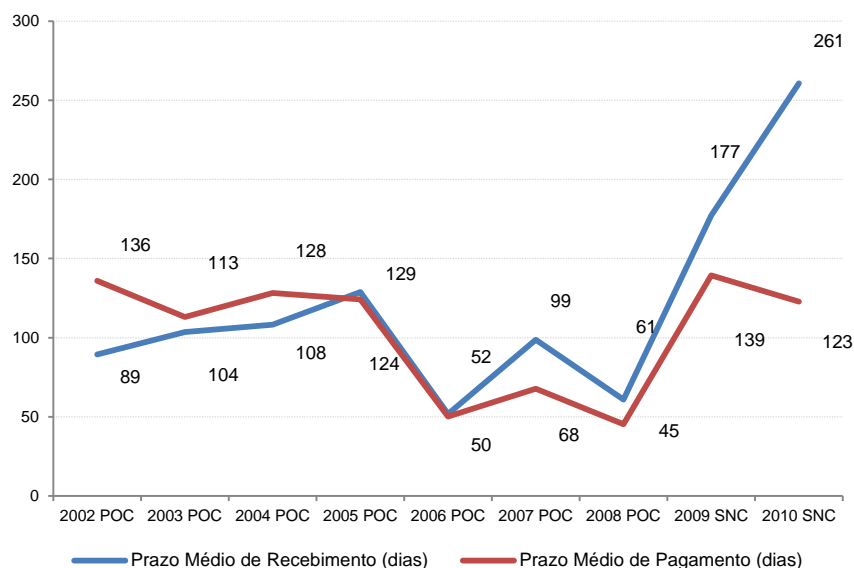
A situação referida no relatório e contas de 2009 mantém-se e a dificuldade de cobrança dos projectos em Angola levou a que o prazo médio de recebimentos tivesse galopado nos dois últimos anos de 61 dias para 261 dias, o que se traduz em mais 200 dias.

A forte exposição ao mercado angolano, em especial ao sector público, teve este revés. Contudo, medidas foram tomadas e esperamos este ano melhorar este indicador. A crescer a este facto, deverá destacar-se que o mercado angolano começa de novo a ganhar uma nova dinâmica que em breve terá o seu retorno.

No que se refere aos pagamentos, também aqui houve necessidade de adequar / manter os prazos de pagamentos à maturidade da dívida de clientes para fazer face às necessidades de tesouraria.

Descrição	2006 POC	2007 POC	2008 POC	2009 SNC	2010 SNC
Prazo Médio de Recebimento (dias)	52	99	61	177	261
Prazo Médio de Pagamento (dias)	50	68	45	139	123
Liquidez Geral	1,41	1,72	1,55	1,23	1,18
Liquidez Reduzida	1,28	1,65	1,47	1,19	1,15
Descrição	2006 POC	2007 POC	2008 POC	2009 SNC	2010 SNC

Procurou-se não causar transtornos excessivos junto dos nossos fornecedores pelo que o Prazo Médio de Pagamento teve uma pequena redução de 139 para 123 dias. Conseguiu-se este esforço mediante a redução do valor das compras e recorrendo ao financiamento bancário.



## ANÁLISE DE RENDIBILIDADE

Descrição	2006 POC	2007 POC	2008 POC	2009 SNC	2010 SNC
Volume de Negócios	16.560.447,53	12.799.113,42	14.230.419,37	14.307.535,79	10.438.298,34
Resultado Líquido	551.207,34	892.256,96	1.017.505,46	1.338.693,81	1.430.756,58
Redibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	20,83%	25,22%	22,34%	18,44%	13,18%
Rendibilidade do Activo (ROA)	7,17%	10,93%	10,31%	5,39%	5,09%
Rendibilidade Líquida das Vendas	3,33%	6,97%	7,15%	9,36%	13,71%

Como se pode ver na tabela, o resultado líquido de 2010 conservou a tendência positiva dos anos anteriores (1.430.757 Euros). O ano embora difícil manteve a evolução favorável e é em grande medida resultado do esforço global da organização.

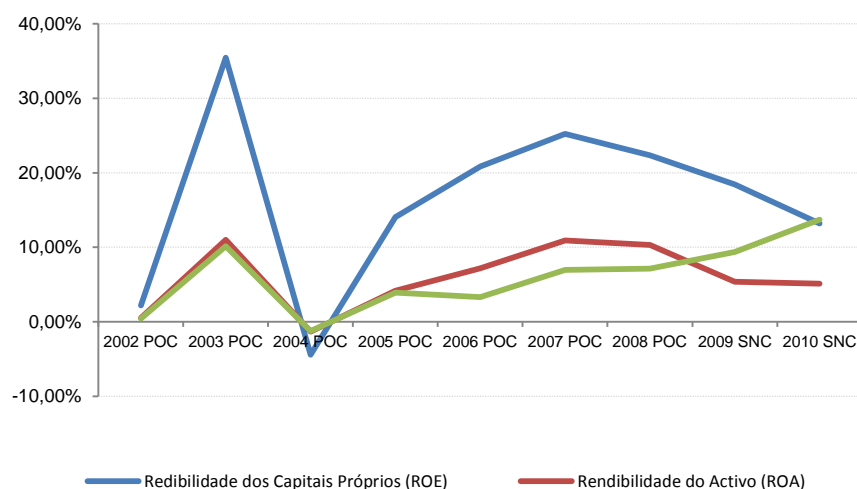
A rendibilidade líquida das vendas traduz uma melhoria importante na racionalização dos recursos disponíveis, bem como a implementação de mecanismos de gestão que permitem uma melhor rentabilização das vendas.

Exemplo disso reside na utilização dos benefícios fiscais instituídos pelo programa SIFIDE. O valor pago de IRC corresponde essencialmente ao pagamento da Derrama e das Tributações Autónomas. O valor da colecta é totalmente suportado pelo benefício fiscal que nos tem sido atribuído em resultado das candidaturas entregues no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial referente a projectos de inovação.

No que se refere à rendibilidade dos capitais próprios, embora se tenha verificado um aumento dos resultados líquidos (6,88%) o aumento do capital próprio foi proporcionalmente superior (49,61%) ocasionando uma redução do rácio de 18,44% verificado em 2009 para 13,18% em 2010. Quanto à rendibilidade do Activo, como esperado, o rácio manteve-se relativamente estável em redor dos 5%.



Descrição	2006 POC	2007 POC	2008 POC	2009 SNC	2010 SNC
Volume de Negócios	16.560.447,53	12.799.113,42	14.230.419,37	14.307.535,79	10.438.298,34
Emprego Total (Nº Médio)	129	147	169	224	223
Valor Acrescentado Bruto	6.308.254,50	6.120.755,31	7.901.782,93	9.374.316,76	9.212.984,19
Custos com Pessoal	4.453.726,12	4.502.639,69	5.745.865,02	7.560.741,84	7.321.163,46
VAB / Emprego Total	48.901,20	41.637,79	46.756,11	41.849,63	41.313,83
VAB / Volume Negócios	38,09%	47,82%	55,53%	65,52%	88,26%
Volume Negócios / Emprego Total	128.375,56	87.068,80	84.203,66	63.872,93	46.808,51
Custos c/ Pessoal / Emprego Total	34.525,01	30.630,20	33.999,20	33.753,31	32.830,33



O cash flow operacional e líquido tiveram em 2010 uma pequena quebra na ordem dos 5% e representam em termos absolutos 1,942 milhões de euros e 1,864 milhões de euros respectivamente. Este ano registou-se a manutenção da tendência e o cash flow líquido já representa 18% do volume de negócios.

Descrição	2006 POC	2007 POC	2008 POC	2009 SNC	2010 SNC
Cash-Flow Operacional	1.222.313,67	1.289.471,39	1.742.071,07	2.045.047,07	1.942.371,02
Cash Flow Líquido	974.913,54	1.285.740,63	1.630.792,24	1.970.352,22	1.864.389,53
Cash Flow Líquido / Volume negócios	5,89%	10,05%	11,46%	13,77%	17,86%

No que diz respeito ao Valor Acrescentado Bruto, em 2010 o valor foi de 9.212.984 Euros. O valor ficou um pouco abaixo dos 9.374.317 Euros registados em 2009 (-1,72%).

À semelhança dos anos anteriores o rácio VAB / Volume de Negócios continua a apresentar valores bastante interessantes e novamente registou uma subida. O rácio subiu dos 66% para 88% o que se justifica com o incremento dos serviços. Na composição dos proveitos é cada vez mais evidente a maior percentagem de volume de serviços e menores vendas de mercadorias.

A empresa continua, como sempre, a ter como prioridade os mercados de elevado valor acrescentado, mas oferecendo uma panóplia integrada de produtos e serviços através da criação de marcas próprias que garantam soluções melhores que as existentes no mercado.

05.

PRODUTOS



## 05. PRODUTOS

### EVOLUÇÃO DA OFERTA – PRODUTOS /MERCADOS

A empresa nasceu como uma software-house, tendo como projecto inicial o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão (actualmente denominado ERP) em tecnologia UNIX/INFORMIX destinado ao segmento das médias empresas portuguesas. Hoje, fruto deste investimento inicial já apresenta no seu currículo a implementação de centenas de ERP's em diferentes organizações.

A partir de 1992, a SINFIC desenvolveu um conjunto de parcerias tecnológicas e acordos estratégicos de distribuição, visando a aquisição de conhecimento especializado em tecnologias de informação, para assim deixar de ser uma empresa mono produto. Este esforço de diversificação foi acompanhado por uma mudança na estrutura organizacional desenvolvida a partir da constituição de UENs - Unidades Estratégicas de Negócio.

A partir de 1996 opta por uma maior focalização na sua oferta de serviços, visando, por um lado minorar o grau de exposição e dependência em relação aos seus parceiros tecnológicos e, por outro, melhorar o seu valor acrescentado por trabalhador.

Como referimos, a oferta da empresa foi evoluindo ao longo do tempo, passando inicialmente pelo desenvolvimento de um software de marca própria (S4), depois pela revenda de diversos softwares de referência no mercado e em seguida, pela integração de diferentes softwares e sistemas de informação de acordo com as necessidades de cada cliente.

Assim, a lógica de oferta foi evoluindo ao ponto de se basear no desenvolvimento de projectos à medida de cada cliente, fornecendo as ferramentas, os modelos de implementação e de integração dessas ferramentas e os serviços necessários à sua implementação, testes e acompanhamento da execução dos projectos.

Para além disso, dentro da lógica de oferta integrada, a empresa realiza actualmente um esforço elevado de inovação tecnológica, através da criação de marcas próprias na forma de produtos verticais (ver páginas seguintes) de georeferenciação, biometria, gestão de activos e passivos e telecomunicações, entre outros, representando os mercados de Angola e Moçambique, duas referências fundamentais.

A estratégia nos últimos 2 anos tem-se centrado no desenvolvimento de novos produtos e num investimento claro da companhia em soluções viradas para mercados exigentes e com capacidade para serem replicadas em diversas geografias.

Fruto dessa estratégia foram considerados como trabalhos para a própria empresa o investimento em linhas de produtos completamente novos que totalizou 1.136.800 EUR

#### BIOMETRIA

A identidade é um dos pilares fundamentais para qualquer sistema que envolva pessoas e vista tradicionalmente, tem um enorme potencial para a existência de erros e potencia a utilização fraudulenta. A única forma de criar uma identidade segura é pela utilização de mecanismos biométricos eficientes. A Biometria funciona, muito claramente, como a garantia da unicidade da identidade e para suporte a mecanismos de autenticação/verificação de identidade.

A Biometria é constituída por uma suite de produtos de nome genérico BioTools e inclui as seguintes ferramentas, cada uma com a sua especificidade:

#### BIOCHECKER

- Produtos biométricos. Tem o funcionamento típico de uma gateway de disponibilização de serviços biométricos e disponibiliza uma interface única para diferentes subsistemas biométricos.
- Inclui todas as primitivas, disponibilizadas por interface aplicacional ou Web Services para as operações usuais sobre sistemas biométricos (AFIS e afins).
- Inclui serviços Básicos – operações CRUD e serviços de operações massivas. Possui ainda um interface de controlo operacional.

#### BAW

- Produto criado com o objectivo de complementar as operações biométricas automáticas com a análise complementar por operadores.
- Providencia um mecanismo de análise por etapas que permite que vários operadores juntem as suas análises até uma decisão final de envio para a Justiça.
- Utiliza os resultados dos processos de análise do BioChecker e envia os pedidos de cancelamento de registos para a Entidade Registadora.

#### ABIS

- Subsistema AFIS fornecido pela L1 (Identix) que é utilizado nos produtos como core do processamento de enrollment/pesquisa biométrica.

#### MEGAMATCHER

- Subsistema AFIS fornecido pela NeuroThecnologica que é utilizado nos produtos como core do processamento de enrollment/pesquisa biométrica.

#### ELEIÇÕES

Um sistema eleitoral é sempre complexo dado o elevado número de eleitores a gerir. O processo eleitoral só se pode definir como livre quando é executado de acordo com as normas eleitorais e todos os participantes estão plenamente informados. Foi por este motivo que foi desenvolvido o núcleo dos sistemas eleitorais que compreende um conjunto completo de ferramentas para suportar as várias vertentes do processo eleitoral. Os produtos dos sistemas eleitorais apoiam-se maioritariamente nos sistemas de gestão de identidade e biometria.

#### MAPEAMENTO

- Sistema que permite, com suporte georreferenciado, a gestão das divisões político-administrativas de um país.
- Permite ainda efectuar o agrupamento dos eleitores por círculos eleitorais, com definição dos equipamentos de votos, agrupamento de povoações em locais de voto e outras operações que definem de forma completa o panorama eleitoral.

#### CADERNOS ELEITORAIS

- Produto que utiliza os resultados do Mapeamento para efectuar uma gestão integral dos dados das assembleias de voto de forma a garantir que os cadernos eleitorais são impressos sem falhas.
- Permite uma análise visual ou através de reports que permite identificar rapidamente que cadernos falta imprimir e em que formato.
- Permite imprimir os cadernos em PDF, impressoras com gestão das várias impressoras disponíveis, com ou sem foto.
- Permite ainda extrair os dados para o Sistema de Votação Eleitoral.

#### PEIE

- Sistema de Informação Eleitoral, permite que qualquer cidadão, com o seu cartão, possa identificar o seu local de voto e validar os seus dados. Tem o formato de um kiosk de informação.
- Permite ainda analisar os resultados das eleições, fazer pedidos de alterações e possui informação genérica sobre o processo eleitoral.

#### PORTAL

- Portal operacional, que permite ao eleitor efectuar pedidos de renovação do cartão, alterações de morada, correcções de dados, pedidos de informação e outros.
- Permite divulgar toda a informação relevante para o processo eleitoral.
- Permite ainda ao eleitor saber onde é o seu local de voto.

#### SISTEMA DE VOTAÇÃO ELEITORAL

- Sistema completo que permite gerir a mesa de voto, identificando os eleitores com auxílio do seu cartão ou nome, registar a sua presença e ainda carregar um cartão com a permissão de votar (opcional).
- O eleitor pode utilizar o cartão para ir a uma urna electrónica, com touch screen, e votar.
- No final do dia, são recolhidos os dados das urnas de voto e enviados para a mesa, onde é feita a contabilidade integral dos votos.
- Nenhuma informação é registada que possa identificar o eleitor.

#### SMS ELEITOR

- Produto que permite ao eleitor, através de uma mensagem de SMS, pedir a informação sobre o seu local de voto.
- Permite analisar toda a informação relevante acerca dos SMS, quantidades, distribuição, análise de erros, etc.

#### TELECHAMADA ELEITOR

- Produto que permite ao eleitor, através de chamada telefónica, pedir a informação sobre o seu local de voto.
- Permite analisar toda a informação relevante acerca das chamadas, quantidades, distribuição, análise de erros, etc.

#### MOVELELEITOR

- Sistema móvel que permite que o eleitor se dirija a um local de voto e, apenas pela leitura da sua impressão digital, possa ser identificado e dessa forma, possa exercer o seu direito de voto.

#### SISTEMA DE ESCRUTÍNIO

- Sistema baseado em sistemas Web, que permite descentralizar a recolha de informações sobre o resultado eleitoral.
- Os elementos da assembleia de voto dirigem-se à sede do município, entregam os resultados das votações a um operador que os regista e envia como provisórios para a base de dados central. De seguida, os elementos da mesa de voto analisam os dados registados e se não existirem incoerências, validam-nos assinando digitalmente e tornando os dados definitivos.
- Após a validação, os resultados aparecem de imediato nos painéis eleitorais.
- Os jornais, televisões e outros operadores, podem então ler os resultados de imediato via Web Services e incluí-los nos seus respectivos suporte de informação.
- Os dados são transmitidos de forma segura.

#### SISTEMA DE VOTAÇÃO ELEITORAL

- Sistema que permite a um eleitor, através dos seus dados e de uma chave, exercer o seu direito de voto.
- Para além do mecanismo usual de segurança por chave, inclui autenticação por voz.
- Possui uma consola que permite a análise da evolução do processo eleitoral, após o fecho das urnas.

#### QUATENUS

Sendo que qualquer activo móvel com valor é passível de ser localizado e processado de uma forma automática, foi desenvolvido o QUATENUS, plataforma de controlo de activos em tempo real, totalmente integrada, capaz de satisfazer as necessidades das organizações na gestão de bens fixos/móveis através recolha de informação, localização (LBS-Location Based Services) e controlo remoto em tempo real (RTS – Real Time System) com processamento da informação de forma automática (telemetria). Esta tecnologia permite o rastreio e comunicação bidireccional com bens móveis:

#### EYE PEAK

O Eye Peak é um sistema completo de gestão de armazéns que é composto por três grandes ramos: Warehouse Management; Distribution Management; Sales for Automation.

O Eye Peak é um software concebido para integrar soluções de gestão de redes de fornecimento com uma abrangência de 360º, para que, desde a recolha, passando pelo armazenamento até à entrega no destino final, tudo seja seguro e eficaz.

O Eye Peak é um sistema de gestão integrado que administra todas as funcionalidades necessárias para a gestão eficiente de um armazém.

## GESTÃO DE IDENTIDADE

A identidade é um dos pilares fundamentais para qualquer sistema que envolva pessoas e como a base de todos os sistemas que de certa forma as envolvam (Segurança; Registo Civil; Sistemas Eleitorais; Sistemas de Gestão de Cartas de Condução. Etc)

A Gestão de Identidade é uma suite que inclui vários produtos, cada um com a sua especificidade:

### IDMS

- Gestão das 3 vertentes da identidade
  - i) Biográfica;
  - ii) Biométrica;
  - iii) Histórica.
- O sistema permite definir a estrutura de uma identidade e todas as operações sobre a mesma, incluindo pesquisa biométrica.

### ENTIDADE REGISTRADORA

- Permite o registo de pessoas e seus dados biográficos e biométricos em postos móveis ou fixos. Indicado para zonas de grande dispersão geográfica na sua versão para postos móveis e para inclusão em postos fixos. Permite uma gestão centralizada (com mecanismos seguros de transferência de informação) dos dados e impressão dos cartões de identificação (local ou centralizadamente).

### REGISTO CONSULAR

- Permite o registo de pessoas e seus dados biográficos e biométricos em postos fixos (incluindo a assinatura). Inclui a verificação e aceitação de dados através da assinatura digital com a impressão digital (verificada).

### BeUnique / Ficare Móvel

- Aparelho Móvel para verificação de identidade “oncard”. Lê os cartões emitidos pelos produtos anteriores e valida-os contra a impressão digital recolhida.
- Permite a validação central dos dados.

## GIP MUNICIPIUM

O GIT MUNICIPIUM oferece às Administrações Municipais a possibilidade de efectuarem a gestão de todo os seus processos municipais, em especial os processos de obras municipais, bem como os processos de concessão de terreno.

O GIP Municipium é uma suite que inclui vários produtos, cada um com a sua especificidade:

### URBANISMO

- Gestão de processos urbanismo;
- Gestão integrada orientada por processo e por prédio;
- Integração com SIG;
- Integração/Interoperabilidade com entidades externas.

### CONCESSÕES

- Gestão de processos de concessão de terreno;
- Integração com SIG;
- Gestão integrada orientada por processo e por prédio.

### IPDMS

O IPDMS é um sistema de gestão de processos de negócio sobre uma plataforma electrónica, possibilitando a definição de regras de negócio, o controlo de tempo e de etapas, bem como a gestão de documentos e informação. O IPDMS sendo um BPMS (Busines Process Management Suite) representa um nova categoria de software que permite qualquer organização definir, implementar e gerir os seus processos.



## KAVULA

O KAVULA é uma plataforma de Gestão de Reservas, com um core comum, que contempla funcionalidades básicas de todos os Operadores do sector do turismo.

É um sistema que permite Agilizar a gestão do negócio; criar uma rede de distribuição e ligar o negócio à rede de distribuição de informação já existente no desenvolvido mercado do Turismo. É um sistema único integrado que agrega todas as funções principais que um Operador necessita (Gestão da Organização; de Produtos; de Preços; de Cliente; revendedores e de Vendas) e com interfaces directas aos maiores canais de distribuição existentes na actualidade (distribuição via GDSs).

## TRULY PLUS

Sistema de gestão de comunidades e de fidelização.

06.

INTENTO ESTRATÉGICO



## 06. INTENTO ESTRATÉGICO

### VISÃO

Colocar as tecnologias de informação, gestão e qualidade, ao serviço das organizações visando o reforço da sua competitividade e a sustentabilidade do desenvolvimento social e económico das nações.

Ser, no mercado das TI's, um referencial de excelência e um parceiro: de Confiança, Credível, Competente e Competitivo.

Que assume Compromissos com os clientes e parceiros, com a sociedade e a comunidade, com o capital humano, a inovação e com o futuro

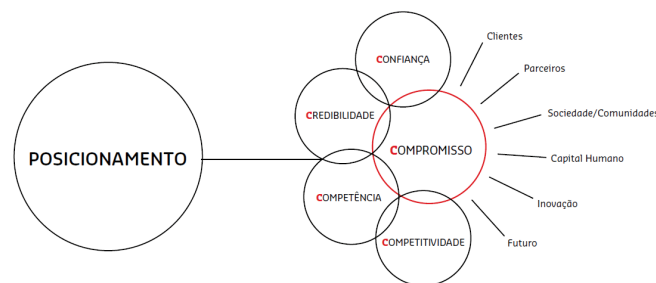
### MISSÃO

Manter uma orientação clara na formação e sustentabilidade do Capital Intelectual, demonstrando vantagem competitiva numa perspectiva de transportar inovação e qualidade aos clientes nas diferentes áreas geográficas e num enquadramento de partilha de valor com as suas equipas e parceiros.

### VALORES

- Aprender mais com o futuro do que com o passado
- Desenvolver a equidade
- Ser solidário no risco
- Ser ético e ter espírito cívico
- Promover a autonomia e partilhar o conhecimento
- Ser compreensivo e cooperativo
- Promover a responsabilidade social
- Construir inovação
- Estar próximo das comunidades do futuro

## POSICIONAMENTO



## MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O Capital Intelectual de uma organização é Constituído pelo seu Capital Humano e pelo Capital Estrutural. A SINFIC aposta no Capital Humano, valorizando e investindo nos seus Recursos Humanos para potenciar o crescimento do Capital Intelectual, e assim, gerar valor.

Os conhecimentos e competências adquiridos (Capital Humano) pelos seus colaboradores são a principal fonte de valor da organização. É através dos seus colaboradores e da eficiência do seu desempenho que poderá prestar melhores serviços ou oferecer melhores produtos, e assim alargar a sua influência (Capital Estrutural).

O modelo de negócio da SINFIC visa o desenvolvimento sustentado do seu Capital Intelectual em prol do desenvolvimento sustentável das sociedades

Num mundo onde é essencial que as organizações tirem o melhor partido dos recursos e rentabilizem os seus investimentos, acreditamos que há uma diferença entre quem faz e quem sabe e garante o que faz e por isso temos os nossos sistemas de gestão e realização certificados e alinhados com os referenciais ISO 9001, CMMI nível 3 e DGERT, dando aos nossos clientes a garantia de qualidade

em todas as nossas entregas.

Queremos ser para os nossos clientes e parceiros uma empresa de Confiança, Credível, Competente e Competitiva que aposta em estabelecer e manter Relações de Compromisso.

A SINFIC é actualmente uma referência sólida no mercado, graças à sua postura de inovação em termos de ideias e soluções apresentadas ao mercado. Isto tem sido conseguido através do concurso de pessoal técnico altamente qualificado, da utilização das melhores metodologias de desenvolvimento de software e da adopção de ferramentas comprovadas pela indústria.

A oferta da SINFIC está actualmente estruturada em torno de grandes eixos estratégicos de negócio:



A busca permanente do alinhamento entre as competências dos nossos técnicos e as estratégias de Tecnologias de Informação e Comunicação dos nossos clientes levou-nos a estruturar a SINFIC em Unidades de Negócio.

Cada unidade de negócio está centrada num núcleo de competências tecnológicas e de soluções de negócio, que garante aos clientes que serve a

competitividade e a qualidade dos serviços que presta.

A cadeia de valor da SINFIC está estruturada num conjunto de Unidades Estratégicas de Negócio:

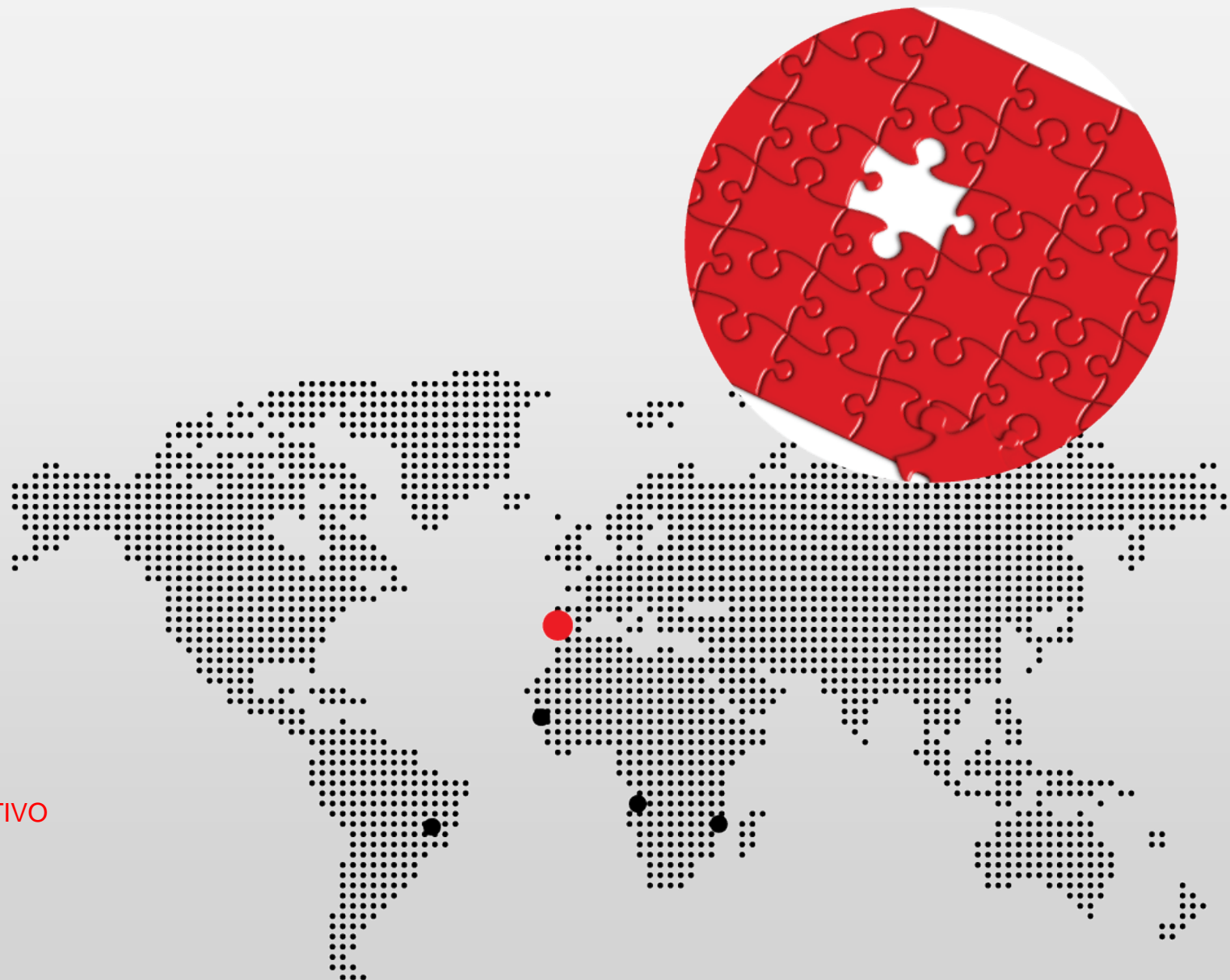
- Governação, Estratégia e Operações;
- Integração e Desenvolvimento;
- Sistemas e Aplicações;
- Infra-estrutura e Serviços;
- Modernização Administrativa
- Distribuição de Software;
- Soluções de Mobilidade
- Identificação e Biometria.
- Sistemas de Fidelização

A SINFIC disponibiliza um conjunto de serviços de apoio às suas Unidades Estratégicas de Negócio através das seguintes Unidades de Suporte ao Negócio:

- Compras e Logística;
- Recrutamento e Selecção;
- Administração da empresa;
- Marketing;
- Administrativa e Contabilística;
- Financeira e Risco;
- Infra-estruturas;
- Gestão da Qualidade.

07.

PERFIL CORPORATIVO



## 07. PERFIL CORPORATIVO

### GOVERNAÇÃO

O modelo de governação da SINFIC é baseado num Conselho de Administração de seis elementos nomeados pela assembleia-geral em mandatos de 4 anos; em gestores de unidade de negócio com autonomia executiva e em gestores de suporte ao negócio.

As empresas participadas têm por sua vez um Conselho de Administração próprio ou de gerência autónomo e com autonomia para a gestão dos negócios.

RCA = Reunião do Conselho de Administração

- O Conselho de Administração reúne-se mensalmente para análise do negócio e acompanhamento da actividade.

Ao nível dos Gestores de Unidade de Negócio existem 3 momentos de gestão com a realização de:

- Reunião de Acompanhamento de Negócio com todos os gestores com a periodicidade trimestral,
- Kick-off de gestores anual onde são programados e aprovados os planos de negócio
- Kick-Off técnico que tem como objectivo a passagem de conhecimento entre diferentes unidades, promovendo as potencialidades e posicionamento do mercado das diferentes famílias de produto da SINFIC e o estabelecimento de uma base de conhecimento na organização de componentes, interfaces, padrões, roadmaps de produtos e estratégias de expansibilidade a nível de mercado promovendo a reutilização, sinergias de esforço e possibilitar ofertas combinadas para o mercado externo

### ÓRGÃOS SOCIAIS

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando José Henriques Feminim dos Santos

Eurico Manuel Robim Santos

Luís Filipe da Conceição Nobre

Carlos Manuel Santos Silva

José Luís Alves Pereira

Paulo Cardoso do Amaral

#### MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

José Miguel Moreira Lima

#### CONSELHO FISCAL (FISCAL ÚNICO)

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados SROC, representado por Amável Alberto Freixo Calhau

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estruturação das competências detidas pela SINFIC está na base do sucesso, nas respostas que damos aos desafios que os nossos clientes nos apresentam e que constituem o garante do valor que acrescentamos na sequência da nossa intervenção.

A SINFIC estruturou a sua organização e sistemas de realização a partir do conceito de especialização da cadeia de valor; ou seja, a partir da ideia simples de criar equipas auto-dirigidas com o objectivo de conseguirem uma eficácia auto-sustentada nos seus nichos, proporcionando às comunidades que servem uma oferta especializada e única. Cada unidade de negócio está centrada num núcleo

de competências tecnológicas e de soluções de negócio, que garante aos clientes que servem a competitividade e a qualidade dos serviços que presta.

A estrutura da SINFIC em 2010 é composta por 8 UEN e USN

Cada UEN consubstancia uma cadeia de valor e um programa de acções que visa obter a sua sustentabilidade estratégica e o sucesso da comunidade que serve.

Cada UEN tem um líder, com uma visão, objectivos, uma equipa e os recursos necessários à entrega de soluções que servem o sucesso de uma comunidade de clientes.

O líder é o responsável pelo desenvolvimento dos seus sistemas produtivos e pela sustentabilidade do seu negócio, ou seja, pelo desenvolvimento da mesma

As USN desenvolvem actividade de apoio às UEN numa óptica de serviço tendo igualmente de elaborar orçamento e estabelecer um contrato de prestação de serviços (à USN SP – Serviços Partilhados ou directamente às UEN) onde são definidas as suas responsabilidades e as entregas/serviços que prestam. Estas entregas são valorizadas e o cumprimento do SLA permite às UEN facturar os serviços prestados.

A SINFIC replica o seu modelo de negócio noutras geografias tendo a SINFIC Angola um conjunto de UEN que estruturam a acção táctica da empresa no local.

## REDE DE UNIDADES ESTRATÉGICAS DE NEGÓCIO

A SINFIC estruturou a sua organização a partir do conceito de especialização da cadeia de valor; ou seja, a partir da ideia simples de criar equipas auto-dirigidas com o objectivo de conseguirem uma eficácia auto-sustentada nos seus nichos, proporcionando às comunidades que servem uma oferta especializada e única. Cada unidade de negócio está centrada num núcleo de competências tecnológicas e de soluções de negócio, que garante aos clientes que servem a competitividade e a qualidade dos serviços que presta.

Cada UEN consubstancia uma cadeia de valor e um programa de acções que visa obter a sua sustentabilidade estratégica e o sucesso da comunidade que serve.

Cada UEN tem um líder, com uma visão, objectivos, uma equipa e os recursos necessários à entrega de soluções que servem o sucesso de uma comunidade de clientes.

O líder é o responsável pelo desenvolvimento dos seus sistemas produtivos e pela sustentabilidade do seu negócio.

## UNIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO

As USN desenvolvem actividade de apoio às UEN numa óptica de serviço tendo igualmente de elaborar orçamento e estabelecer um contrato de prestação de serviços (à USN SP – Serviços Partilhados ou directamente às UEN) onde são definidas as suas responsabilidades e as entregas/serviços que prestam. Estas entregas são valorizadas e o cumprimento do SLA permite às UEN facturar os serviços prestados.

Este modelo apresenta a vantagem de permitir medir a eficiência das mesmas e, desta forma, a criar um Sistema de Incentivos alinhados com o resultado.

A SINFIC replica o seu modelo de negócio noutras geografias tendo a SINFIC Angola um conjunto de UEN que estruturam a acção táctica da empresa no local.





## RECURSOS HUMANOS

A gestão dos Recursos Humanos é, principalmente neste sector, um factor essencial e crítico para o sucesso das organizações. A capacidade de atrair e manter os melhores e mais capazes colaboradores constitui um foco de atenção e investimento permanente na SINFIC, sendo tal evidenciado pela existência de um Unidade de Suporte ao Negócio de Recrutamento e Selecção de Recursos Humanos.

Num sector que tradicionalmente se caracteriza pela dificuldade na retenção dos colaboradores, a SINFIC tem, mercê do empenho continuado na implementação do sistema de Cultura e Valores (entre muitos outros mecanismos orientados para a valorização pessoal e profissional de todos os que connosco trabalham), conseguido assegurar equipas coesas e manter competências internas que permitem abraçar os projectos com a confiança de anos de experiência.

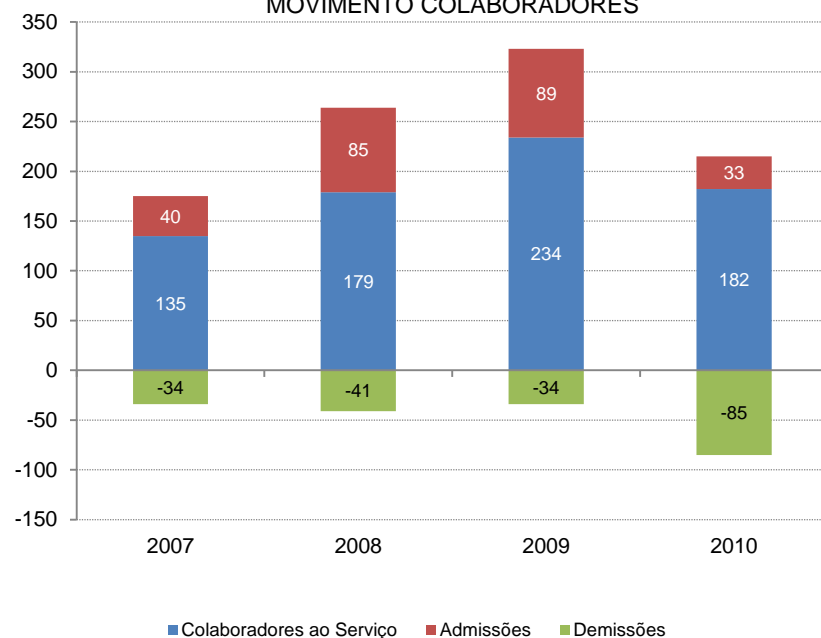
### EMPREGO TOTAL (Nº MÉDIO)

	224	223
Valor Acrescentado Bruto	9.374.317	9.212.984
V.A.B. / Emprego	41.849,63	41.313,83
V.A.B. / Volume Negócios	66%	88%
Volume Negócio / Emprego	63.873	46.809
Custos c/ pessoal / Emprego	33.753,31	32.830,33

O ano de 2010 ficou marcado pela redução no número de colaboradores fruto da estratégia de adequar a capacidade de produção da empresa ao mercado. Também, fruto da reorganização e da maior autonomia da SINFIC ANGOLA, alguns dos quadros ficaram apenas com vínculo com esta participada tendo deixado de estar registados no quadro de pessoal da SINFIC em Portugal. Houve também a transferência de um conjunto de técnicos que estavam afectos a actividades que não fazem parte do core business em Angola e que se transferiram para uma empresa de trading criada em Portugal em 2010.

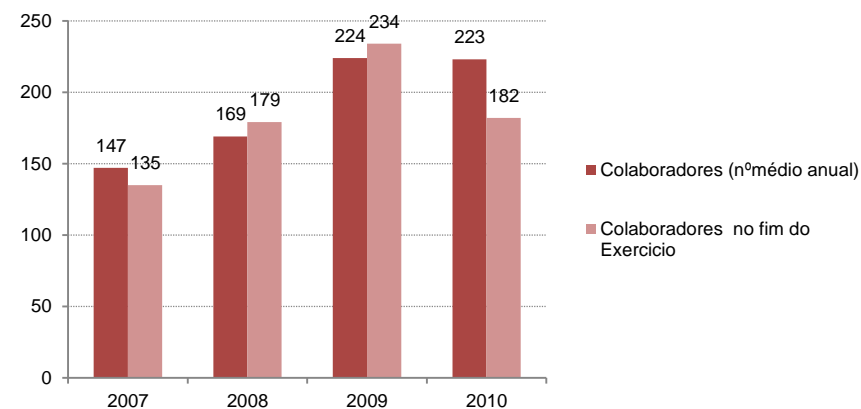
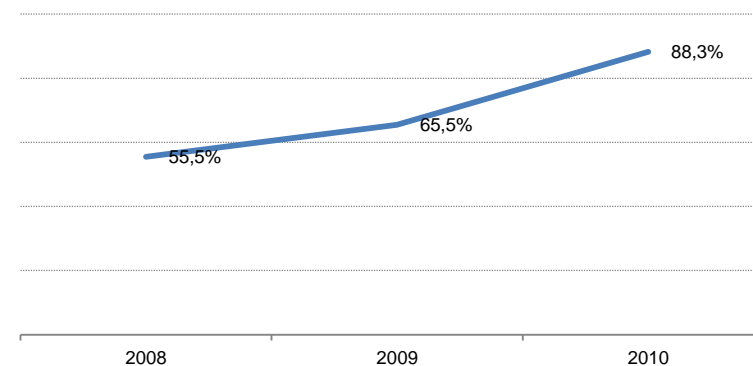
O número de colaboradores no final de 2009 era de 234 e em 2010, no contexto de contracção da economia (nacional e no mercado angolano), houve a necessidade de redução de recursos sendo o número de colaboradores no final de 2010 igual a 182 colaboradores. Contabilizando as entradas e saídas ao longo do ano, o número médio de colaboradores fixa-se nos 223, menos um do que em 2009.

MOVIMENTO COLABORADORES



Os indicadores de produtividade mostram que o Volume de Negócios por colaborador teve uma quebra face em 2009 explicada pelos colaboradores expatriados que têm contribuição praticamente nula para o VAB da empresa em Portugal. Também se verifica que a redução do quadro de pessoal em termos médios tem outra leitura do que a contabilização dos quadros no fim do exercício onde a redução já se fez sentir. Esta redução também se explica com o investimento em produtos e nos trabalhos para a própria empresa e que por esta via não contribuiu para o volume de negócios.

VAB / VOLUME DE NEGÓCIOS



## FORMAÇÃO

	ACÇÕES INTERNAS	ACÇÕES EXTERNAS	TOTAL
JAN	2	1	3
FEV	0	2	2
MAR	5	0	5
ABR	2	1	3
MAI	2	3	5
JUN	1	2	3
Total do Semestre			21

	ACÇÕES INTERNAS	ACÇÕES EXTERNAS	TOTAL
JUL	2	0	2
AGO	0	0	0
SET	0	2	2
OUT	1	0	1
NOV	1	3	4
DEZ	0	0	0
Total do Semestre			9

Foram realizadas 30 acções de formação em 2010, das quais 16 internas e 14 externas.

No primeiro semestre foram ministradas no total 3533 horas de formação, com 98% de assiduidade, o que representa uma boa marca. Este valor de horas de formação ministradas corresponde a um aumento de 1242 horas, em comparação com igual período no ano anterior. Já no segundo semestre foram ministradas no total 995 horas de formação, também com 98% de assiduidade.

No total do ano ministraram-se 4528 horas de formação.

Nota-se em 2010 a continuidade de uma significativa aposta na formação à medida, o que mostra a crescente sensibilidade para as necessidades de formação das Organizações, por parte dos clientes da SINFIC, contudo, e apesar do crescente interesse na formação à medida, verificou-se uma diminuição no número de propostas adjudicadas, Notou-se também que a aposta em novas áreas de formação não tão direccionadas à tecnologia teve bastante adesão por parte dos clientes, nomeadamente nas formações da área comportamental (isto é válido quer na formação de calendário como na formação intra-empresa).

O calendário planeado para 2010, não se cumpriu na sua totalidade, com maior incidência na área de Gestão de Projecto, pois parte dos recursos desta área mostraram-se indisponíveis para ministrar esta formação focados que estavam noutros projectos.

Estão, no entanto, já a ser tomadas medidas no sentido de renovar esta competência com Gestores de Projecto certificados PMP, de forma a podermos retomar a actividade normal de formação neste campo.

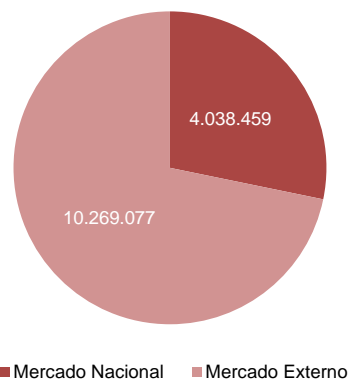
No que respeita à formação exclusiva a colaboradores da SINFIC, tem-se apostado de forma consistente na formação dos novos recursos e na reciclagem de conhecimentos para os colaboradores de todas as unidades. Além da formação nos processos do SGQ, houve também aposta forte na Formação Pedagógica de Formadores e na área das línguas (Inglês) e tem-se apostado de forma consistente na formação dos novos recursos e na reciclagem de conhecimentos para os colaboradores de todas as unidades.

## SEGMENTAÇÃO DE MERCADO

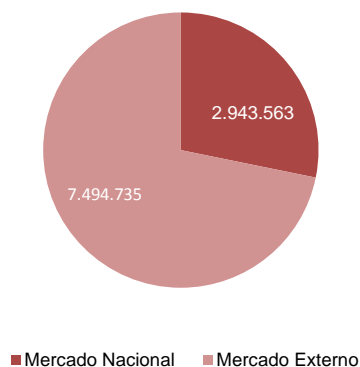
A SINFIC trabalha em vários mercados e sectores o que tem contribuído para um reduzido risco de exposição, no entanto, fruto dos excelentes resultados em Angola esse equilíbrio pende novamente este ano mais uma vez para o lado do mercado angolano, que já tomou um peso estruturante e estratégico.

O mercado externo manteve-se inalterado em 2010 face ao ocorrido em 2009, pesando 72% do volume de negócios

2009



2010



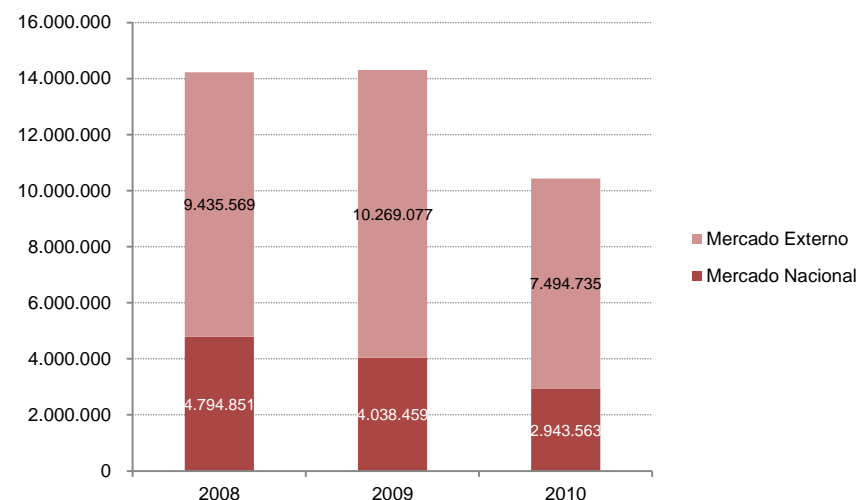
A necessidade de manter a dispersão de mercados prende-se com a abordagem ao mercado enquanto consultora especializada em TIC e Integradora de Soluções, onde a mesma oferta é transversal a muitos mercados. De igual modo dentro da estratégia de desenvolvimento de produtos os mercados tenderão a ser transversais e globais não restritos apenas a um espaço geográfico ou a um sector específico.

Os segmentos “Banca e Seguros”, “Telecomunicações” e “Softwarehouses”

continuaram a verificar tendência de redução do seu contributo para os negócios da SINFIC em Portugal sendo, no entanto, segmentos de potencial elevado em Angola (sobretudo os sectores de Telecomunicações e o Financeiro).

Nos últimos 5 anos a SINFIC tem efectuado um esforço consistente de construção de um portfolio de produtos/sistemas alinhados com os Eixos Estratégicos estabelecidos tendo chegado a altura de agilizar e reforçar as actividades de promoção e vendas e de distribuição, nos mercados alvo.

Em suma, uma análise sobre os mercados alvo da SINFIC, leva-nos a concluir que a empresa tem actualmente a sua actividade fortemente vocacionada para os países africanos onde possui subsidiárias, designadamente Angola e Moçambique, que no seu conjunto representam em 2010 cerca de 72% do volume de negócios da empresa.



## CERTIFICAÇÕES TÉCNICAS

O esforço de melhoria contínua, também tem sido realizado ao nível do desenvolvimento de competências individuais e organizacionais. Nesse sentido, a empresa tem a certificação de qualidade no âmbito da norma ISO 9001:2008 e a certificação nível 2 de acordo com o modelo de referência mundial CMMI no âmbito das tecnologias de informação, estando alguns processos já certificados com o nível 3.

A certificação de nível 3, irá permitir à empresa competir em mercados de elevada exigência profissional, com especial enfoque para os mercados externos e em particular para o sector da administração pública, da defesa, da saúde e do turismo (por exemplo, serve de referência à NATO e ao departamento de defesa americano, na contratação de fornecedores de TI / SI).

Para além disso, o esforço na certificação de colaboradores é constante, havendo uma forte iniciativa para motivar os recursos humanos na sua formação contínua em áreas específicas das tecnologias de informação assim como, em áreas genéricas da gestão através da concretização de mestrados e doutoramentos.

De seguida, apresentamos os diversos referenciais nacionais e internacionais que a empresa se baseia na realização dos seus processos de trabalho:

- SM3 - Metodologia SINFIC de desenvolvimento dos trabalhos;
- NP EN ISO 19011:2003 - Linhas de orientação para auditorias a sistemas de gestão da qualidade e/ou de gestão ambiental;
- NP EN ISO 9001:2000 – Sistemas de gestão da qualidade;
- NP EN ISO 9004:2008 - Sistemas de gestão da qualidade. Linhas de orientação para a melhoria do desempenho;
- EFQM – European Foundation for Quality Management;
- CAF – Common Assessment Framework: 2002 – Estrutura Comum de Avaliação – Edição Portuguesa;
- COSO – Risk Management;
- COBIT – IT Governance;
- CMMI – Capability Maturity Model;
- PMI – Project Management Institute;

- PMBOK – Project Management Book of Knowledge;
- MAIS – Metodologia de Avaliação de Investimentos em SI/TI na Administração Pública;
- BS ISO/IEC 17799:2005 - Code of practice for information security management;
- BS ISO/IEC 27001:2005 - Information security management systems – Requirements;
- BS ISO 20000-1:2005 – IT Service Management – Specification for service management;
- BS ISO 20000-2:2005 - IT Service Management – Code of practice for service management;
- BS 7858:2004 – Security Screening of Individuals employed in a security environment - Code of practice;
- NP 4397:2001 – Sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho – Especificações.

Para além do desenvolvimento interno de competências, a SINFIC celebrou um protocolo de cooperação com a Universidade Nova, para a realização de projectos conjuntos de investigação no domínio da engenharia informática, estando este protocolo abrangido pelo Estatuto do Mecenato Científico.

Ainda relativamente ao capital intelectual e, assumindo que os recursos humanos qualificados são a base do sucesso das organizações que se pretendem assumir como competitivas através do desenvolvimento de competências únicas, a gestão estratégica dos recursos humanos tornou-se vital. Por isso, são várias as iniciativas que visam garantir o acesso aos melhores profissionais e o seu consequente desenvolvimento na organização. Temos como exemplos:

- Profissionalização das áreas de recrutamento e selecção, levando também ao aumento da reflexão sobre as competências críticas associadas ao desenvolvimento de cada negócio. Em simultâneo, tem sido também prática crescente, a constituição de bolsas de candidatos com o perfil desejado, que vão sendo recrutados à medida do crescimento da empresa;
- Acordos entre a SINFIC e escolas do ensino superior (por exemplo, a Escola de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal) que visam garantir o acesso a recursos humanos qualificados e alinhados

com as necessidades da empresa. Para tal, organizam diversas acções conjuntas: colocação progressiva de alunos através de estágios profissionais que finalizam com o recrutamento definitivo; elaboração de conteúdos programáticos de unidades curriculares e de cursos, com a participação de profissionais da empresa, aproximando cada vez mais o ensino à prática empresarial; leccionação de unidades curriculares por profissionais das empresas, garantindo, a transmissão do conhecimento e o respectivo alinhamento das competências dos alunos face às necessidades da empresa;

- Assumir que a formação contínua é um pilar para o sucesso das empresas a médio e longo prazo. Por isso, a capacidade de obtenção de certificações da empresa e colaboradores, como são os casos do CMMi (capability maturity model integration) e do ITIL (Information Technology Infrastructure Library), que representam as best practices no desenvolvimento de software e de serviços, garantem aos clientes que a empresa detém as competências necessárias para a realização dos projectos de maior complexidade, contribuindo para aumentar os seus níveis globais de diferenciação e o acesso aos mercados de maior valor;
- Alteração da lógica da remuneração, tornando variável uma parte dos custos com pessoal, em função da contribuição dos colaboradores para os objectivos estratégicos. Deste modo, as remunerações estão articuladas com o desenvolvimento das carreiras, que supostamente estarão em sintonia com o crescimento da organização. Por isso, para além da componente fixa do salário, existem incentivos que são pagos de acordo com a realização de objectivos nas mais diversas áreas estratégicas: cumprimento de objectivos comerciais ou de rentabilidade, capacidade para trabalhar em equipa e contribuição para o valor dos projectos globais da empresa, capacidade de inovação e de satisfação dos clientes, etc.

## ÂMBITO

## ENTIDADES CERTIFICADORAS

### PROCESSOS

Cadeia de Valor	APCER
Desenvolvimento de Software	ESI - Engineering Software Institute
Formação	IQF - Instituto para Qualidade da Formação

### Produtos

IPDMS - Plataforma Integrada por processos para Administração pública GIP – Municipium - Sistema de Gestão Urbanística GIP PIP - Plataforma de Gestão de programas de investimento público Módulo Risk Manager Gestão do Risco e Auditoria	Comissão Nacional Tecnologias de Informação AO
--	--

Microsoft

SAP

### PESSOAS [COMPETÊNCIAS]

Instalação e manutenção de equipamentos Gestão e Administração de Sistemas Instalação e Utilização de software Técnicas, Práticas e Experiência de Trabalho Comercialização de Sistemas (HW e/ou SW)	IBM; HP; Fujitsu – Siemens; Microsoft; SAP; ORACLE; AUTODESK; ESRI; SUN; PMP – Project Management Professional
--	--

## MARCAS REGISTRADAS

- S4
- SINERGOS
- TIM PLAYER
- YOU ARE A TIM PLAYER
- RH ONE
- KCMS
- BERILIO
- UX USER EXPERIENCE
- MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA
- BIO MS BIOMETRIC IDENTIFY & MANAGEMENT SYSTEMS
- LOJAS NA.NET
- SINPROJ
- EASYSTOCK
- G - DOC SECURED DOCUMENTS
- GIP MUNICIPIUM GESTAO INTEGRADA DE PROCESSOS
- IPDMS
- SDOC - SECURED DOCUMENTS
- GIPURB - GESTÃO INTEGRADA DE PROCESSOS URBANÍSTICOS
- GIPPIP - GESTÃO INTEGRADA DE PROCESSOS PROGRAMA DE INVESTIMENTO PUBLICO
- GIPEXPEDIENTE - GESTÃO INTEGRADA DE PROCESSOS DE EXPEDIENTE
- GIPARQUIVO - GESTÃO INTEGRADA DE PROCESSOS DE ARQUIVO
- GIP - GESTÃO INTEGRADA DE PROCESSOS
- BIOSTAMP
- SELO BRANCO DIGITAL
- SINFIC
- QUATENUS
- MEDICAL OBSERVATION VEHICLE EQUIPMENT – MOVE
- EYE PEAK

## EMPRESAS PARTICIPADAS

### INOVA (2005)

- INOVA – ENGENHARIA DE SISTEMAS, SA

**INOVA, SA:** garante competências no âmbito do mercado da administração pública e da modernização administrativa;

### SINFIC MOÇAMBIQUE (2006)

SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, LDA - **SINFIC MOÇAMBIQUE, Lda:** garante a presença em todas as províncias de Moçambique.

### BIOGLOBAL (NOV' 08)

BIOGLOBAL – BIOMETRIA E COMUNICAÇÕES GLOBAIS, SA

**BIOGLOBAL, SA:** garante competências mais alargadas na área da biometria, de modo a reforçar o eixo estratégico da segurança e defesa;

### NOVAGEO (DEZ' 09)

**NOVAGEO Solutions, SA:** garante competências na área dos sistemas de informação geográficos e na cartografia;

Dando corpo à estratégia de desenvolvimento de novos negócios e competências foi adquirido 70% do capital social da NOVAGEO SOLUTIONS SA, empresa de desenvolvimento de software para os mercados de Sistemas de Informação Geográfica Consultoria e Formação em SIG e controlo de qualidade e produção de cartografia temática.

O aumento do capital social da NOVAGEO para 600.000 EUR em dezembro de 2010 foi aprovado e realizado.



## SINFIC ANGOLA

SINFIC ANGOLA, SA: garante a presença em todas as províncias de Angola;

## TUAMUTUNGA TRADING (2010)

Atendendo a um critério de especialização da actividade e à necessidade de separar a venda de produtos TIC de outros de apoio à actividade em Angola foi criada em 2010 a TUAMUTUNGA TRADING, LDA empresa que assegura a exportações de mercadorias não TIC para Angola



08.

POLÍTICA DA QUALIDADE



## 08. POLÍTICA DA QUALIDADE

### MUDANÇA ORGANIZACIONAL E GESTÃO DA QUALIDADE

A Administração é a primeira responsável por assegurar a implementação, o funcionamento, o desenvolvimento e aprofundamento do Sistema de Gestão da Qualidade no sentido de proporcionar condições para o envolvimento de toda a organização no processo de melhoria contínua, através:

- Da comunicação da importância das expectativas e necessidades dos clientes e dos requisitos regulamentares e legais aplicáveis;
- Do estabelecimento de uma Política da Qualidade;
- De assegurar o estabelecimento dos Objectivos da Qualidade, que traduzem a concretização de uma Política da Qualidade;
- Da condução das revisões de gestão;
- Da avaliação dos recursos disponíveis.

Na SINFIC, a Qualidade é entendida como parte integrante e nuclear dos sistemas de gestão e de desenvolvimento do nosso projecto empresarial, quer no que concerne ao desenvolvimento dos nossos sistemas de aprendizagem, de produção e de gestão; quer, na gestão das relações com a sociedade, com os nossos parceiros e, em particular, com os nossos clientes a quem dirigimos os frutos do nosso trabalho e cuja satisfação norteia toda a nossa acção e intento. A Política (da Qualidade) da SINFIC consubstancia-se nas seguintes orientações:

#### Satisfação dos Clientes

A estrutura organizacional da SINFIC, a sua cultura e valores o seu sistema de gestão e as competências dos seus colaboradores, visam assegurar a máxima flexibilidade e eficácia dos nossos produtos, soluções e serviços no serviço das necessidades e expectativas dos nossos clientes.

#### Orientação ao Resultado

Na SINFIC existe uma política clara de orientação ao resultado, pois este é entendido como a melhor expressão da satisfação dos nossos clientes, colaboradores, parceiros e accionistas. O Resultado é o custo do nosso futuro e o garante da sobrevivência sustentada do nosso projecto empresarial.

#### Desenvolvimento de Colaboradores, de Competências e Conteúdos

A SINFIC assume um compromisso claro com o desenvolvimento das competências dos seus colaboradores e das suas equipas e acredita que estas devem ser consubstanciadas em entregas (conteúdos) colocadas ao serviço das comunidades que servimos com o objectivo de elevar o contexto dos desafios que o mercado nos coloca.

#### Qualidade e Melhoria Contínua

Sensibilizamos activamente todos os nossos colaboradores para a importância que a Gestão da Qualidade assume na construção do nosso futuro e em particular as responsabilidades de todos na melhoria e evolução dos sistemas e das infra-estruturas internas, que devem assegurar a nossa máxima capacidade de satisfação actual e futura das necessidades e expectativas dos nossos clientes.

#### Inovação

A SINFIC assume uma política de Inovação e Desenvolvimento de novos produtos e serviços que consolidem a diferenciação competitiva dos seus clientes actuais, mas que também possibilitem servir novos clientes e novos mercados. Acreditamos que a Investigação e o Desenvolvimento de produtos e soluções inovadoras são determinantes para a velocidade e sucesso do nosso projecto de Internacionalização e sustentação estratégica.

#### Avaliação do Desempenho e Risco

A SINFIC implementa uma política de melhoria permanente dos seus Sistemas de Avaliação de desempenho, de forma a conseguir gerir mais risco e reagir mais rapidamente a alterações de contexto, desenvolvendo as iniciativas de mitigação eficazes e com custo mais eficiente que os nossos concorrentes directos.

A SINFIC com a implementação do seu Sistema da Qualidade, implementou um sistema de aprendizagem que lhe permite hoje, gerir projectos de muito maior complexidade e risco; ou seja que lhe permite hoje desenhar, construir, validar e implementar Sistemas de muito maior complexidade e risco, entregando hoje muito mais valor aos seus clientes e alcançando níveis históricos de rentabilidade se bem que ainda longe do nosso objectivo). Esta capacidade é evidenciada pelo crescimento da sociedade e pela capacidade de internacionalização que tem demonstrado nos últimos anos.

A combinação entre o clima recessivo que se vive no mercado nacional, com as fortes mudanças nas linhas de orientação estratégica da empresa, em particular, o sucesso do seu processo de Internacionalização, induziu a necessidade de continuar o esforço de adequação da estrutura da SINFIC tanto a nível das competências, como no aumento da capacidade produtiva e na mudança da topologia das Unidades de Negócio.

O desenvolvimento do SGQ da SINFIC, conseguiu canalizar a energia criativa e inovadora das suas Unidades Estratégicas de Negócio (UENs) e Unidades de Suporte (USN) para que se pudessem maximizar sinergias melhorando substancialmente a eficiência uma vez que a nossa prospectiva estratégica apontava para a redução forte da procura de novas tecnologias/ inovação em Portugal, assim como uma redução forte no valor dos serviços, prestados sobretudo em regime de time & materials (T&M); ou seja, uma diminuição da procura sustentada em Portugal, contrabalançada felizmente por uma forte procura do mercado Internacional que oferece uma maior valorização do Capital Intelectual da SINFIC.

O crescimento da procura Internacional da SINFIC deslocou a empresa de uma estrutura produtiva centrada na prestação de serviços para uma estrutura e sistema de realização orientado à integração de sistemas (projectos de grande complexidade e valor) e ao desenvolvimento da nossa capacidade de engenharia de produto, ou seja uma orientação com maior incorporação de valor acrescentado.

Por todas estas razões o SGQ da SINFIC é o instrumento de operacionalização das mudanças organizacionais que são necessárias face à alteração do contexto estratégico da empresa.

A adopção do SGQ, relevou-se fundamental num primeiro estágio, enquanto veículo indutor de aprendizagem necessária ao alargamento da nossa capacidade de realização de projectos de maior complexidade e dimensão, e hoje enquanto instrumento de gestão de mudança da nossa estrutura de UEN de forma a ganharmos uma maior orientação ao desenvolvimento de produtos o que obriga a uma maior especialização de funções e uma maior exigência de conformidade com os processos de realização, permitindo uma maior facilidade na

operacionalização das mudanças necessárias da empresa de forma a assegurar o seu sucesso nos novos palcos competitivos que tem pela frente.

Pensamos que foi um sucesso e hoje, passados 20 anos da fundação da SINFIC, mais do que um factor de redução de risco, o nosso SGQ é um instrumento de aprendizagem e geração de sinergias, facilitando a interoperabilidade de recursos e melhorando as sinergias internas. Mas sabendo que mais do que a ISO, para ter o respeito do mercado, no que concerne ao fabrico de sistemas, a empresa precisava de iniciar um novo desafio que consistia no estabelecimento da maturidade nível 3 nos processos de realização CMMI (modelo de referência do DoD, NATO, ESA, entre outras) e brevemente incorporação da metodologia ágil SCRUM (para alguns contextos de projectos) e na NP 4457:2007

Por essa razão reforçámos a nossa aposta em Angola e em Moçambique e, sobretudo em Angola, vimos as nossas operações crescer de forma vertiginosa... e se em 2003 África representaria 30% do nosso negócio, hoje África representa mais de 70% do nosso negócio e com perspectivas de continuação de crescimento, agora directamente a partir da nossa subsidiária.

O caminho traçado é o da sistemática consolidação dos passos dados:

- SIMPLIFICAR a formalização do SGQ tendo em conta a sua exequibilidade e eficácia (leia-se maior facilidade e velocidade de aprendizagem/adopção) no contexto dos projectos de desenvolvimento de sistemas e de produtos;
- MELHORAR A CAPACIDADE DE CONCEPÇÃO DE SISTEMAS e de GESTÃO INTEGRADA DE PROJECTOS/ PROGRAMAS de-PROJECTOS;
- REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS NA CONCEPÇÃO E DESENHO DE PRODUTOS;
- AUMENTAR A MATURIDADE DOS SISTEMAS DE SUPORTE E DE GESTÃO;

Ou seja, gerir mais complexidade e risco e alargar a cadeia de valor, ambicionando um incremento da eficiência, da eficácia e da maturidade da empresa.

Este ano será seguramente de consolidação de práticas (modelo CMMI, nível 2 e 3 de maturidade) e de incorporação da metodologia SCRUM e NP 4457:2007. Será com certeza mais um ano pleno de desafios para todos nós.

### ANÁLISE DA EFICÁCIA DO SISTEMA DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão da Qualidade da SINFIC ao obter a sua certificação através de auditoria de renovação pela Associação Portuguesa de Certificação, responde a todos os requisitos da norma de referência.

O sistema permitiu uniformizar procedimentos, criar espírito de trabalho de equipa, no entanto, quanto às mais-valias sobre os resultados do negócio, estes só poderão ser medidos a médio prazo.

A USN Gestão da Qualidade tem como principais responsabilidades, a endogeneização e suporte às UEN de todo o conhecimento, competências e serviços, necessários à correcta implementação do SGQ; ou seja, conhecimentos e serviços na área da Engenharia de SW e conhecimentos na área da implementação do SGQ (auditorias; actividades de suporte, ...).

Tendo em conta o aumento da maturidade organizacional no que respeita aos processos de realização, a agilização dos processos é um passo natural a ser seguido, permitindo uma melhor contextualização no ambiente de projecto e concepção de produto.

A incorporação de metodologias ágeis (nomeadamente SCRUM), cruzando-a com a ISO 9001:2008 e o modelo CMMI permite criar uma flexibilidade e uma adequação dos modelos e referenciais no contexto da gestão de complexidade e riscos dos projectos, identificando-se com o DNA da Sinfic.

A utilização e dinamização de estruturas como os Círculos da Qualidade, constituídos por colaboradores com experiência diária na aplicação das práticas e espírito crítico, tem sido um dos factores de endogeneização e de apoio à gestão da mudança dos processos na organização.

A Administração da SINFIC e os quadros de uma forma geral, compreendem que o SGQ é determinante para o aumento das “forças de coesão” da empresa, para o

desenvolvimento do seu Sistema de Aprendizagem e Desenvolvimento de Competências, para a melhoria da flexibilidade da empresa e no compute global um forte contributo para a sua orientação ao Capital Intelectual e para a capacidade de gestão de maiores níveis de complexidade e risco e para a capacidade de desenvolver produtos ao serviço da estratégia de Internacionalização. Acrescem ainda todas as vantagens inerentes ao desenvolvimento da nossa capacidade de gestão da qualidade entregue e da satisfação dos seus clientes, colaboradores e parceiros.

09.

EIXOS ESTRATÉGICOS





## 09. EIXOS ESTRATÉGICOS

### GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

No eixo Gestão Integrada de Território (GIT) de Modernização e Capacitação Administrativa (MA) contribuímos em 3 eixos de acção fundamentais para a prossecução das políticas públicas nesta área:

- O alinhamento da orgânica, capacidades e competências dos Municípios para efeitos da monitorização das políticas de ordenamento do território na aproximação aos munícipes;
- Definição de um modelo de referência geo-espacial e respectivo Regulamento que permita a integração da informação da informação pertinente dos Planos de Ordenamento e dos Sistemas de Gestão do Cadastro que permitirá uma visão e gestão integrada do Território;
- Desenvolvimento de programas de combate à pobreza, baseadas no cruzamento da informação Geográfica do Território com a informação predial e a identificação civil (registo eleitoral), assim como a interoperabilidade com outros organismos e entidades que beneficiarão deste enorme activo e pilar de soberania.

As principais referências da SINFIC neste eixo dizem respeito à elaboração de Estudos e Planos Estratégicos ao nível provincial, Estudos Sectoriais; levantamentos cartográficos, Planos Directores, Planos Urbanísticos, Planos de Pormenor, Definição de Regulamentos e Procedimentos de Trabalho, Implementação de Sistemas Informáticos para a gestão de operações urbanísticas, Implementações de Sistemas para a gestão de Programas de projectos e Eixos de desenvolvimento; Sistemas Informáticos para a gestão de Operações Urbanísticas e Licenciamento ao nível municipal, entre muitos outros projectos.

A visão da SINFIC para a GIT reflecte a nossa crença no enorme potencial socioeconómico do país, razão pela qual desenvolvemos instrumentos e

capacidades para a base da pirâmide, estratégias e conceitos para novos produtos, serviços e negócios capazes de gerar desenvolvimento económico sustentável nos musseques urbanos, nas zonas rurais, pesqueiras para criar as condições para o desenvolvimento sustentável que não está focada em soluções baseadas na caridade, mas no aproveitamento do espírito empreendedor latente nos musseques urbanos acoplado ao suporte financeiro e à energia do investimento privado.

Fruto desta experiência e capacidade de viver as especificidades do Território, somos hoje uma das entidades com reconhecidas competências nesta área, e talvez a única com um leque de competências tão alargado, desde a topografia aos modernos Sistemas de Processamento de Informação.

Na área dos estudos estratégicos a SINFIC tem demonstrado ter capacidade para entender a realidade multidisciplinar e sectorial de um país como Angola onde este eixo tem mais impacto, granjeando a confiança de inúmeros decisores em variados projectos e realizações.

Ao nível dos estudos sectoriais realizados para a realização de Planos Estratégicos da Província, ou Planos Directores de Cidade, a SINFIC realiza inúmeros estudos Sectoriais, onde intervém com especialistas em desenvolvimento sustentável, com especialistas em áreas técnicas, com agrimensores e técnicos de recolha de informação, para além do processamento de imagens de satélite e cartografia de base.

Os Planos Estratégicos representam um modelo de desenvolvimento para o território em estudo e este futuro é implementado a partir de programas de projectos estruturados em linhas programáticas (que casam com orientações políticas).

A SINFIC idealiza os resultados e impactos destes investimentos de forma a poder propor a sua priorização e calendarização.

A monitorização dos programas de investimento faz-se pela gestão da execução de realização e financeira dos PIP - Programa de Investimentos Públicos – tendo a SINFIC desenvolvido uma solução de gestão integrada de processos que



implementa um programa de modernização dos serviços públicos. Este sistema informático permitiu, a partir do regulamento estabelecido, definir procedimentos e operações para a execução programática dos programas de investimento, integrando a gestão processual com os Sistemas de Informação Geográfica e assegurando o controlo e visualização on-line e em tempo real das políticas de investimento e ordenamento do Território.

De igual forma, ao nível Municipal a oferta, contempla para além da realização dos instrumentos de planeamento e ordenamento como os Planos Directores Municipais, os Planos de Urbanísticos ou Planos de Pormenor, os serviços de consultoria e de Assistência Técnica ao nível da sua implementação, assim como os sistemas de suporte à realização e gestão dos procedimentos que asseguram o cumprimento do regulamento e da missão dos Municípios.

O Sistema de Gestão Urbanística está estruturado por processos e permite a sua parametrização de forma rápida e eficaz. A gestão de operações urbanísticas é realizada em integração com os SIG; ou seja, os instrumentos de ordenamento são atualizados automaticamente permitindo desta forma a sua monitorização em tempo real.

A SINFIC desenvolveu em Angola inúmeros trabalhos na área da cartografia e levantamento de temas de Sistemas de Informação Geográfica, casando em pleno as suas valências no contexto das TIC com as de ordenamento e gestão do Território.

## MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No início do século XXI, é defendido pelo governo a necessidade de uma administração pública centralizada no cidadão. Perante esta linha governativa a administração pública central, local e regional tem actualmente como grande desafio a actualização e a inovação do seu funcionamento.

Nos dias de hoje, existe uma necessidade premente por parte de todas as pessoas de ter acesso à informação de uma forma rápida, fácil e controlada. Esta mudança de paradigma faz-se reflectir na Administração Pública, pois cada vez mais o cidadão tem menos tempo para despende em deslocações às instituições,

recorrendo a meios alternativos como a Internet, fax, SMS,...

Assim, as instituições têm realizado verdadeiras revoluções internas, otimizando procedimentos de trabalho, definindo e gerindo processos, sempre com o objectivo de prestar cada vez mais um melhor serviço. A melhoria e optimização do serviço prestado ao cidadão passam ainda pela optimização dos processos, pela redução de tempos de execução das actividades e por melhoramentos nos circuitos internos realizados pelos processos. Torna-se, portanto, fundamental a implementação de projectos de interoperabilidade entre sistemas de informação, estando estes numa mesma organização ou inter-organizações.

A SINFIC, em parceria com INOVA - Engenharia de Sistemas, SA desenvolveu uma metodologia de modernização administrativa direccionada para a capacitação e modernização de organismos e entidades da Administração Pública.

Esta metodologia que é certificada ISO:9001 tem permitido a realização de inúmeros casos de sucesso há já mais de cinco (5) anos quer em projectos de reestruturação e reorganização quer de optimização e melhoria continua. Em qualquer dos casos a metodologia apresentada, mais do que a implementação de sistemas, permite o estabelecimento ou modernização dos FAZER MAIS com MENOS RECURSOS”, o desafio da Administração Pública mecanismos de governação “estatuto orgânico” e “regulamento” e a partir destes detalha e estabelece os manuais de procedimentos ou tramitação processual que a organização deve seguir de forma a garantir o cumprimento da sua missão.

A realização dos processos é normalmente acompanhada de forte mudança no contexto dos sistemas de suporte, onde a SINFIC propõe uma moderna solução de Gestão Integrada de Processos que é suportada pela plataforma IPDMS – “Integrated Process Design Management System”. Este sistema informático orientado para o suporte aos processos, assegura a integração e o controlo da informação manipulada pelos processos (instrução do processo), da informação de controlo da tramitação (workflow), e com a informação de suporte documental à execução do processo (documentos, minutas, ofícios, ...) tendo uma visão completa e integrada do ciclo de vida dos processos; desde a entrada de correspondência ao arquivo.

O IPDMS assegura ainda uma gestão flexível dos procedimentos de trabalho, permitindo a sua alteração a partir da gestão da orgânica, da gestão da segurança da informação e das alterações na própria tramitação processual e foi desenvolvido para assegurar a interoperabilidade com outros sistemas departamentais ou governamentais e assegurar a disponibilização de canais de comunicação electrónicos com os utentes da instituição (cidadãos ou empresas).

O IPDMS implementa os conceitos de Guichet do Cidadão e Guichet do Serviço, permitindo ainda a automatização do envio de notificações por sms (ou e-mail) ou a integração com serviços de call-center.

Por ser totalmente orientada a processos e à gestão de fluxos de natureza documental, o IPDMS está também preparado para a mudança contínua dos processos através de mecanismos de fácil parametrização, na procura da melhoria contínua da organização.

No domínio da Modernização Administrativa a SINFIC assegura ainda a entrega de serviços e produtos de trabalho, de acordo com os requisitos estabelecidos pela norma NP EN ISO 9001:2000, sendo a metodologia, assim como as suas entregas e produtos, certificadas ISO 9001:2000.

Esta experiência acumulada permite deter a capacidade para efectuar consultoria nos seguintes domínios:

- Modernização da Administração Pública
- Diagnósticos
- Gestão da Qualidade e Ambiental
- Reengenharia dos Processos
- Gestão da Mudança

## SEGURANÇA E DEFESA

Este eixo tem como mercados preferenciais a administração pública, central e local, as forças de segurança e defesa e os serviços financeiros.

A Segurança e Defesa integra soluções de gestão de identidade recorrendo a tecnologia biométrica associando a cada indivíduo uma identidade, direitos, privilégios e acesso a serviços, respondendo assim ao aumento das necessidades de segurança, identificação e autenticação das sociedades e mobilidade de cada indivíduo.

A SINFIC começou a desenvolver a sua oferta na área da Biometria e Segurança no ano 2000, quando a desenvolveu uma base de dados biométrica de pensionistas do Instituto Nacional de Segurança Social de Angola que permitiu a sua associação a um cartão de identificação que passou a permitir a autenticação biométrica para efeitos de pagamento de pensões.

Este sistema de autenticações foi implementado de forma distribuída, facultando às entidades pagadoras – neste caso instituições bancárias – a autenticação dos pensionistas a partir da recolha de informação biométrica lida por sensores de impressão digital.

O desenvolvimento deste sistema, que ainda hoje é extremamente actual e avançado, permitiu à SINFIC incorporar competências e capacidade de desenvolvimento e de Integração de componentes Biométricos que acabaram por levar ao desenvolvimento da marca BIO-MS (Biometric Identification & Authentication management Systems).

O objectivo é desenvolver soluções de gestão de identidade de forma a dar a cada indivíduo uma identidade associando-lhe direitos, privilégios e acesso a serviços.

## Credenciação e Identificação Civil

- BIO-MS ID ENROLLMENT KIT
- BIO-MS STANDARD CHECK
- BIO IDMS
- BIO-MS CHECKER
- BIO-MS FACES
- BIO FINDER
- BIO IPDMS

## Autenticação e Identificação

- BIO-MS DOC
- BIO IDREADER
- BIO IDMOBILE
- BIO ID-CHECK
- BIO-MS ID eVOTING

## Gestão de Fronteiras

- BIO-MS BORDER CONTROL
- BIO TRAVELER VISA-CARD
- BOKIOSK
- BIO IDMS GATE

## Segurança e Defesa

- BIO KCMS
- BIO IDMS CHECKPOINT
- BIO-MS SECURITY & SURVEILLANCE
- BIO-MS MILITAR PROTECTION
- BIO-MS CRIMINAL ID STATION
- BIO-MS CRIMINAL INVESTIGATION
- INFORMATION SECURITY MANAGEMENT

## SOLUÇÕES DE NEGÓCIO

O eixo de desenvolvimento Soluções de Negócio foi o primeiro a ser desenvolvido na SINFIC e integra hoje toda a oferta referente aos chamados Sistemas Integrados de Gestão e Sistemas conexos ou complementares: tais como os Portais corporativos, a gestão de fornecedores, a gestão de sistemas de qualidade, enfim, soluções de negócio.

### SISTEMAS DE SUPORTE À DECISÃO (BUSINESS INTELLIGENCE)

Os sistemas de controlo e de reporting, são hoje consideradas indispensáveis para assegurar os níveis de conformidade e de redução do risco de gestão inerente à existência de informação inadequada ou desadequada ou incorrecta.

### CAPITAL HUMANO

Soluções de aprendizagem e Infra-estruturas e sistemas de suporte a ensino à distância e de certificação de competências, incluindo a produção de recursos didácticos, os sistemas de gestão de ambientes de formação a distância (LMS), a gestão de conteúdos, os sistemas de avaliação; os sistemas de comunicação síncrona; ou seja, uma oferta integrada e completa no domínio do e-learning.

Os serviços de e-learning da SINFIC têm dois grandes objectivos:

- Pretende apoiar as organizações na análise das suas características específicas;
- Proceder à definição, estruturação e implementação da solução de formação mais adequada à realidade de cada caso.

### SOLUÇÕES MÓVEIS

Soluções para a gestão de armazéns, gestão de frotas, rastreabilidade, de gestão de forças de vendas, de gestão de serviços de assistência, de controlo de inventários, Sistemas integrados de recolha de dados em campo (leitura de contadores, por exemplo); a informatização e controlo de empresas de segurança; a gestão e controlo de soluções de etiquetagem. etc. ...

As soluções móveis libertam o poder dos sistemas de informação directamente às equipas que estão no terreno assegurando desta forma maior eficácia e eficiência ao seu trabalho.

O eixo estratégico procura sedimentar vantagem competitiva através do conhecimento detalhado da cadeia de valor dos seus clientes, procurando através das tecnologias de informação assegurar diferenciação aos seus clientes.

A SINFIC trabalha neste eixo desde a sua fundação granjeou ao longo deste período competências sedimentou conhecimento e obteve a confiança de inúmeros clientes dos mais variados sectores empresariais.

### SOLUÇÕES INTEGRADAS DE NEGÓCIO (ERP)

No eixo estratégico da Gestão de Sistemas Corporativos, a SINFIC para além da solução nativa (S4) que beneficia de duas décadas de conhecimento consolidado sobre mercados e especificidades dos mercados alvo, a SINFIC tem ainda soluções desenhadas com outros fabricantes de ERP, tais como a SAP, tendo também realizado projectos com integração de outras plataformas ERP/SIG.

Fruto desta experiência consolidada, ganhámos hoje a capacidade de providenciar um serviço de excelência com grande ajuste às especificidades do sector económico e do contexto e, em particular, a capacidade de respondermos às especificidades inerentes aos mercados dos países emergentes. As nossas soluções internacionais implementam o princípio do registo dual de moeda através do registo das transacções simultaneamente em duas moedas, o que permite uma maior clareza na análise económica das empresas.

Mais do que implementar sistemas, a SINFIC fornece serviços e soluções de engenharia de processos e de implementação de sistemas de acordo com os requisitos específicos e complexidade de cada negócio - por exemplo, a necessidade de maior automatização da contabilidade, a elaboração de relatórios ou um maior controlo a nível da logística e das equipas de vendas.

Estas soluções de gestão corporativa, alinhadas com os processos de gestão da empresa, disponibilizam ferramentas que possibilitam maior controlo dos custos, uma gestão mais adequada dos recursos e a padronização dos procedimentos e

também a formulação de indicadores que permitem um maior controlo e monitorização da empresa tendo em vista a sua melhoria contínua.

## GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA E OPERAÇÕES

A UEN GO – Governança, Estratégia e Operações tem o mercado africano como foco essencialmente. Transportando a experiência acumulada de anos noutras geografias, conta já hoje com clientes de referência nas áreas da banca, na defesa, na administração pública e na energia.

A relação de confiança conquistada e que estabelecemos com os clientes, permite olhar para o futuro com grande optimismo mas também com grande sentido de responsabilidade. A nossa oferta centra-se em ajudar as pessoas dentro das organizações, transportando para o seu seio, de forma adequada e contextualizada o que de mais actual as melhores práticas e referenciais internacionais<sup>3</sup> podem aportar, dando respostas concretas aos seus desafios, no curto prazo, no médio e longo prazo (iniciativas estruturantes). De entre outras, destacam-se as seguintes principais iniciativas:

(a) Planeamento Estratégico de SI/TIC; (b) Plano de Continuidade de Negócio; (c) Diagnósticos e Auditorias Estratégicas e de SI/TIC; (d) Gestão de Risco de Negócio e de SI/TIC; (e) Planeamentos de Arquitecturas Organizacionais; (f) Reengenharia de Processos de Negócio e de SI/TIC; (g) Implementação de Estratégias BSC, PMO, SixSigma, SLA's, SIADAP, CAF; (h) Mentoring na Gestão da Mudança; (i) Implementação de Modelos Organizacionais e de Manuais de Processos.

---

<sup>3</sup> Cobit; COSO; ITIL; CAF; TOGAF; Sarbannes Oxley; Basel II; PMBOK; SIADAP; CMMI; ISO 9001:2000; ISO 20000; ISO 27000;

## CONCEPÇÃO, DESENV. E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS

Este eixo (CDIS) desenvolve soluções à medida promovendo a criação de produtos alinhados estrategicamente com o mercado. São exemplo disso, o desenvolvimento da solução tecnológica de registo eleitoral, da gestão dos Programas de investimento Público e a Loja do Município

Loja do Município - é uma estrutura capaz de acolher lojas que implementam e disponibilizam serviços da Administração Central e Local aos utentes.

A Loja disponibiliza uma infra-estrutura de serviços de suporte: Operadores (Registo, segurança, assiduidade e salários), Tesouraria (receitas, pagamentos e reembolsos), Impressão (papel, cartões, etc), Stocks de economato e consumíveis, Gestão de equipamentos, etc.

Os processos e actividades associadas ao Desenvolvimento da Solução, encontram-se certificados à luz da Norma ISO: 9001:2000. Todos os passos e entregas para cada uma das actividades, são alvo de especificação rigorosa e controlo quanto à sua qualidade e prazos de entrega, bem como também, ao nível das respectivas tarefas, participantes envolvidos e suas responsabilidades e técnicas e práticas associadas.

## HOTELARIA E TURISMO

Este eixo é uma aposta da SINFIC para criar uma linha de produtos e serviços para hotéis ao nível do melhor que se faz no mundo.

Pretende-se uma oferta de serviço integrado para hotéis nas áreas das tecnologias de informação, comunicações e entretenimento. A oferta inclui consultoria em termos de especificação de projecto para os hotéis até à exploração de sistemas em regime de concessão.

O leque de soluções disponibilizado é bastante vasto e abrange áreas que vão desde a gestão hoteleira às comunicações em rede, passando pelos controlos de acessos e sistemas de automação de edifícios. Com o sistema de Gestão

Hoteleira, a SINFIC fornece um sistema informático totalmente integrado para unidades de várias dimensões, contemplando alimentos e bebidas, SPA e health centers, convenções e eventos, golfe e sectores relacionados. Esta solução responde às necessidades de qualquer hotel, nomeadamente, no que toca a reservas e gestão de hóspedes, contratos e tarifas, relatórios e estatísticas, housekeeping, ofertas, pacotes e facturação

No âmbito do Turismo, a SINFIC desenvolveu já dezenas de sistemas de informação baseados em tecnologia Internet, sites e portais para várias entidades, de que se podem citar Pousadas de Portugal, SONAE Turismo, Amazónia Hotéis, entre muitos outros; para companhias de aviação, como a Alitalia (site português); para Regiões de Turismo em Portugal (nomeadamente a Associação Nacional das Regiões de Turismo e a Região de Turismo do Algarve) e o FUTUR - Fundo de Turismo, em Moçambique.

A abordagem holística da empresa para a Indústria Hoteleira é assegurada através de uma equipa de gestores, quadros, colaboradores e técnicos altamente competentes; de uma rede de parcerias e alianças cuidadosamente seleccionadas e trabalhadas e de uma capacidade de concretização e conhecimento de causa sem paralelo no mercado.



10.

PERSPECTIVAS PARA 2011





## 10. PERSPECTIVAS PARA 2011

### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

A expectativa para o crescimento económico mundial em 2011 é positiva. No entanto, existe alguma incerteza sobre a sustentabilidade e o dinamismo da actual recuperação da procura e da actividade económica em geral.

Não é claro que tenham sido criadas ainda as condições necessárias à substituição dos estímulos de natureza monetária e orçamental pela dinâmica sustentada da procura privada num contexto em que persistem situações de tensão nos mercados financeiros internacionais, bem como a necessidade de correcção de situações de desequilíbrio orçamental em diversos países. É importante relembrar que foram os pacotes de estímulos das diferentes economias que evitaram o colapso da procura, e que quando estes forem retirados, mesmo que gradualmente, a procura terá que demonstrar sinais de robustez para garantir um crescimento sustentável.

Adicionalmente, e tendo em conta a fraca evolução da procura interna privada em algumas economias, a qual reflecte, por um lado a correcção dos excessos cometidos antes do período de recessão e, por outro, o receio da própria recessão, é necessário apostar fortemente nas exportações para estimular e promover o crescimento. Desta forma, nas economias desenvolvidas, apesar de se assistir a alguma melhoria nas exportações, com os baixos níveis de consumo e de investimento, o crescimento expectável para 2011 é de cerca de 2,5%. Aliado a esta lenta recuperação, é importante destacar o problema do desemprego, o qual permanece em níveis bastante elevados apesar de apresentar alguns decréscimos, ainda que residuais.

Nas economias emergentes, onde os excessos anteriores à recessão foram limitados e onde os receios desta recessão são bastante inferiores, é estimado um crescimento na ordem dos 6,5% em 2011, tendo em conta os níveis muito positivos de desempenho do consumo, do investimento e das exportações. Encontra-se neste grupo o Brasil, actualmente já a 8ª economia mundial e que

abre um mercado de 200 milhões de consumidores.

No que diz respeito ao sistema financeiro, apesar de se ter recuperado alguma confiança, espera-se que em 2011 se continue a assistir a:

i. grande volatilidade; ii. diversas questões relacionadas com os riscos das dívidas soberanas; iii. problemas de financiamento; iv. diminuição/ retirada dos incentivos fiscais e políticos; e v. implementação de regulação específica para o sector bancário.

A maturidade da dívida soberana das economias mais vulneráveis da Zona Euro poderá originar algumas tensões, uma vez que estas poderão enfrentar problemas de refinanciamento. Qualquer sinal de turbulência nos mercados de dívida soberana poderá originar novamente instabilidade no sistema financeiro, o que poderá afectar o ritmo da recuperação.

Relativamente às matérias-primas, em 2011 é expectável que sejam fixados novos máximos históricos. Os receios em torno das dívidas soberanas teriam de agravar-se muito mais ou o crescimento da China teria de abrandar muito mais depressa do que o previsto para a tendência de subida dos preços não se confirmar. Nalguns casos, como o do cobre, esperam-se novos máximos históricos. O mesmo é esperado para o petróleo, dado que o patamar dos 100 dólares foi já ultrapassado. O ouro, além de beneficiar do seu estatuto de valor-refúgio, será também sustentado pela diversificação das reservas por parte dos bancos centrais. Os preços dos cereais dispararam nos últimos meses de 2010, aproximando-se dos recordes atingidos em 2008 no pico da crise alimentar e em 2011 deverão continuar a subir.

O cenário desenhado no Programa Nacional de Reformas - Portugal 2020 apresenta perspectivas para os anos 2011 a 2014 que apontam, globalmente, para um crescimento do PIB mundial na ordem dos 4,5%, em termos médios reais, fundamentado na recuperação acentuada das economias emergentes e em desenvolvimento, num contexto em que a retoma nas economias avançadas deverá ocorrer de forma mais lenta. A recuperação gradual da economia mundial deverá ser acompanhada por uma aceleração dos preços num horizonte temporal de médio prazo, devido sobretudo ao aumento esperado dos preços dos combustíveis e das matérias-primas nos mercados internacionais.

No que se refere ao mercado monetário, prevê-se um aumento das taxas de juro, em resultado, quer da tendência inflacionista associada à aceleração esperada dos preços dos combustíveis e das matérias-primas, quer da recuperação da economia mundial.

Neste contexto, prevê-se para os próximos anos uma desaceleração da procura externa relevante para Portugal e um aumento das taxas de juro.

Antecipa-se, igualmente, (i) o aumento do preço do petróleo, (ii) a apreciação do euro face ao dólar e (iii) o aumento da taxa de inflação, em linha com o aumento dos preços das matérias-primas e do petróleo.

De referir, porém, que o momento actual é marcado por um elevado grau de incerteza e riscos significativos que poderão afectar a evolução das principais variáveis macroeconómicas. Como potenciais riscos são destacados os seguintes:

1. Evolução da procura externa relevante para as exportações portuguesas condicionada pelo crescimento económico dos principais parceiros comerciais especialmente num contexto em que se espera que as exportações sejam o motor do crescimento económico em Portugal, atendendo às fracas expectativas referentes à procura interna. Adicionalmente, o aumento da instabilidade em alguns países para onde as nossas exportações aumentaram significativamente nos últimos anos (designadamente no Magrebe) traduz-se, igualmente, num maior nível de incerteza;
2. Efeitos do terramoto no Japão na economia mundial: numa primeira fase,

o impacto esperado repercute-se numa revisão em baixa dos preços do petróleo e outras matérias-primas; contudo, a médio prazo, com o esforço da reconstrução, será de esperar uma subida dos mesmos. Importante será também o impacto na evolução do iene e no mercado de dívida soberana;

3. Evolução do preço do petróleo e das matérias-primas: o preço do petróleo tem vindo a subir, mas a forte instabilidade existente no Norte de África e no Médio Oriente e a evolução da procura mundial introduzem um elemento de incerteza adicional. O crescimento que se tem verificado nos países emergentes e a alteração no seu padrão de consumo coloca, igualmente, pressão sobre os preços das matérias-primas;
4. Alterações na orientação da política monetária do Banco Central Europeu (BCE): a política actual tem-se caracterizado por uma tendência complacente com a disponibilização de liquidez adicional para fazer face ao impacto da crise na economia; porém, as pressões inflacionistas existentes poderão levar a uma alteração da mesma com subidas da taxa de referência do BCE. De notar que o aumento das taxas de juro terá não só um impacto nos custos de financiamento, como também na apreciação do euro;
5. Condições de financiamento mais restritivas na economia portuguesa (Administrações Públicas, Sector Empresarial do Estado, Sector Bancário e, consequentemente, famílias e empresas): face à volatilidade e incerteza existentes no mercado de dívida soberana, não é de excluir que os prémios de risco se mantenham elevados, o que, atendendo às necessidades de financiamento da economia portuguesa, representará um elevado custo adicional.

## ECONOMIA ANGOLANA

Prevê-se que 2011 seja um ano de consolidação da recuperação económica desenhada ao longo de 2010. O governo prevê um crescimento de 7.6% e o FMI de 7.5%, o que significa que se retomaram taxas de crescimento acima da média da região. Para tal contribui a esperada recuperação do sector petrolífero, mas particularmente a recuperação do sector não-petrolífero, que, em 2011, deverá acentuar o seu contributo para o crescimento da economia, afirmando-se como motor alternativo de crescimento e reflectindo também um cenário positivo com a esperada melhoria da receita fiscal e, simultaneamente, uma maior contenção da despesa pública, depois de, em 2010, o saldo orçamental ter ficado aquém do previsto.

Sendo fortemente dependente da receita fiscal associada à actividade petrolífera, o equilíbrio das contas públicas nos últimos dois anos foi fortemente abalado. Em 2009, o saldo das contas públicas registou um défice de 515,5 mil milhões de kwanzas, mais acentuado que as expectativas, o que se explica por uma redução acentuada no preço e nos níveis de produção petrolífera face ao orçamentado. O que significa que pela primeira vez em mais de 5 anos o saldo foi deficitário, correspondendo a -9.1% do PIB.

Entretanto, as reformas estruturais lançadas ao abrigo do acordo com o FMI deverão prosseguir. Nomeadamente, a introdução de medidas de fortalecimento da capacidade administrativa ao nível dos órgãos com responsabilidade de monitorização de projectos que envolvem as finanças públicas e gestão da dívida pública, bem como lançar um programa fiscal claro. A introdução de instrumentos que permitam o reforço da gestão da liquidez é outra medida importante em agenda

### Produção de Petróleo

Ao longo de 2010, verificou-se um aumento da procura mundial de petróleo e para os próximos meses ganham expressão as expectativas de aumento da procura futura. Para 2011, a AIE Agência Internacional Energia prevê uma procura média de 88.5 mb/d, que corresponde a uma variação anual de +1.2 mb/d ou +1.4%.

Este cenário tem permitido que o preço do crude volte a transaccionar em níveis

máximos do ano (tanto a cotação do WTI como o Brent). O WTI terminou o ano em USD 91/barril, o correspondente a uma valorização de 8% no ano. E já em 2011, o preço ultrapassou o patamar dos USD 100/barril.

A generalidade das previsões aponta para que os preços irão continuar suportados pela consolidação da retoma económica e pela crescente maior procura da China (apesar das medidas

### Política Fiscal

Para 2011, o desafio que se coloca às autoridades angolanas consiste em assegurar uma política fiscal, que permita caminhar no sentido da promoção do equilíbrio do saldo orçamental não-petrolífero, sem descurar a aposta no investimento em infra-estruturas e unidades produtivas que permitam reforçar o sector não petrolífero; mas simultaneamente assegurar que se mantém uma tendência de acumulação das reservas internacionais e que se prossegue com o plano de pagamentos das dívidas às empresas estrangeiras privadas a operar no país. Para tal, as autoridades angolanas poderão contar com perspectivas favoráveis para o mercado internacional de petróleo, já que a procura mundial dirigida ao petróleo angolano deverá manter-se. Apesar das incertezas que prevalecem relativamente à recuperação das economias desenvolvidas, Angola beneficia das perspectivas de crescimento económico favoráveis das economias emergentes, na Ásia e na América Latina (Brasil), para onde actualmente se dirigem cerca de 40% das exportações de petróleo angolanas.

### POLÍTICA CAMBIAL

A política monetária, centrada no Banco Nacional de Angola, tem tido como principal objectivo o controlo da inflação. Nessa tarefa, tem recorrido à taxa de câmbio como principal instrumento na promoção da estabilidade dos preços, bem como à emissão de Títulos do Banco Central (TBC) para gerir os níveis de liquidez no sistema financeiro. A passagem da responsabilidade pela orientação da política monetária do BNA para o Governo poderá levar a alterações nas orientações agora conhecidas, no entanto a alteração do governo do banco nacional de Angola pressupõe um novo reforço das competências de política monetária do BNA.

### **TAXA de Câmbio**

O desempenho mais estável da moeda reflecte a política de estabilização prosseguida pelo BNA, que passa pela utilização de reservas internacionais para controlar o valor da moeda, o que tem sido possível na medida em que as reservas internacionais têm vindo a aumentar.

A estabilidade da taxa de câmbio tem sido possível através do recurso às reservas internacionais, que o forte desempenho do sector petrolífero tem permitido acumular nos últimos anos. Nos últimos dois anos, os efeitos da crise internacional provocaram uma pressão sobre o kwanza que levou a que as autoridades angolanas encetassem um conjunto de medidas em termos de política monetária com vista a travar o ataque à moeda e desta forma desequilíbrios com implicações ao nível da inflação. Estas medidas, que incluíram, por exemplo, o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias, tiveram um efeito restritivo nos agregados de crédito e na economia real via uma diminuição do crédito disponível para as actividades produtivas. Manter esta política ao longo de 2011 dependerá da capacidade de manter níveis elevados de reservas internacionais e com isso manter o ritmo de pagamentos das importações recuperando parte do atrasado em 2009 e parte de 2010.

### **TAXAS JURO**

As autoridades angolanas voltaram a emitir Bilhetes do Tesouro, cujas colocações haviam sido interrompidas no final de 2009. Esta decisão deverá estar relacionada com as maiores necessidades de financiamento do estado que decorrem do OGE10 revisto e com o compromisso de regularização das dívidas a empresas privadas.

## **ECONOMIA NACIONAL**

De acordo com as projecções mais recentes do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá registar uma contracção de 1,3% em 2011, após um crescimento de 1,3% em 2010. Esta evolução resultará da conjugação de uma contracção da procura interna (que traduz a queda das despesas em consumo tanto das famílias como das Administrações Públicas e de uma nova redução da FBCF), com um crescimento das exportações, em linha com o crescimento da procura externa dirigida às empresas portuguesas (insuficiente para compensar o efeito negativo da procura interna).

A evolução da economia portuguesa deverá também ser fortemente condicionada pelo processo de consolidação orçamental, bem como por alguma dinâmica de desalavancagem do sector privado.

O consumo privado deverá cair 2,7% em 2011, traduzido numa redução acentuada do consumo de bens duradouros, bem como no abrandamento do consumo de bens não-duradouros.

O comportamento do consumo privado reflecte em larga medida as limitações impostas pelas condições de solvabilidade das famílias, num contexto com condições de financiamento especialmente restritivas.

A redução projectada da FBCF em 6,8% em 2011 reflecte uma contracção tanto do investimento público como do investimento privado. À semelhança do consumo privado, esta projecção é também afectada pela prevalência de condições de financiamento restritivas dos bancos nos mercados financeiros internacionais, o que se traduz no aumento do grau de exigência dos critérios aplicados na concessão de novo crédito. Adicionalmente, a incerteza das famílias em relação ao seu nível de rendimento permanente, nomeadamente no que respeita às condições no mercado de trabalho, bem como o impacto das perspectivas de evolução da procura sobre as decisões das empresas, deverão também condicionar a evolução do investimento privado.

A projecção para as exportações aponta para um crescimento de 5,9% em 2011. Esta evolução reflecte um crescimento tanto das exportações de mercadorias, como de serviços, nomeadamente de turismo. Relativamente às importações, antecipa-se uma contracção de 1,9% em 2011. Esta evolução é essencialmente determinada pela procura interna, em particular em componentes com maior conteúdo importado. A situação no mercado de dívida soberana continuará a condicionar o acesso do sistema bancário nacional aos mercados internacionais de dívida. Desta forma, espera-se um agravamento dos custos de financiamento, tanto pelo aumento dos spreads como pela adopção de critérios mais exigentes na aprovação de novos créditos.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, a contracção da actividade económica deverá implicar uma redução de 1,0% do emprego em 2011. Esta evolução reflecte a contracção do emprego no sector privado, bem como a redução do número de efectivos da Administração Pública.

Após um crescimento de 1,4% da taxa de inflação em 2010, perspectiva-se um crescimento de 2,7% em 2011, num contexto influenciado pelos aumentos da tributação indirecta. Assim, os preços no consumidor deverão evoluir em linha com os custos salariais e os preços de importação.

#### Cenário de Médio Prazo (2011-2014)

Ainda nos cenários traçados pelo governo, tendo em vista reforçar a segurança e a confiança das instituições económicas internacionais nas metas orçamentais para o corrente ano de 2011, foi considerado um cenário macroeconómico que assenta em pressupostos que reflectem hipóteses adoptadas nas previsões de outras entidades, entretanto divulgadas. Nestes termos considera-se, em 2011, uma contracção do PIB em termos reais de 0,9% (outras estimativas prevêem uma contração de 1,3%) associada a uma redução da procura interna, atenuada por um contributo positivo da procura externa líquida de 2,1 p.p.

No **consumo privado**, e fruto de um ajustamento do padrão do consumo das famílias, com especial enfoque nos bens duradouros (cujo consumo aumentou significativamente em 2010), espera-se uma quebra de 1,1% para 2011.

Por sua vez, as medidas de consolidação orçamental que têm de ser adoptadas pelo Governo, levam a que, em 2011, se preveja uma redução de 6,8% no consumo público.

#### Previsão Economia Portuguesa 2011 – 2014

Taxa de variação, (%)	2010	2011	2012	2013	2014
PIB e Componentes da Despesas					
PIB	1,40	-0,90	0,30	0,70	1,30
Consumo Privado	2,00	-1,10	-0,30	-0,10	0,30
Consumo Público	3,20	-6,80	-4,90	-2,60	-0,90
Investimento (FBCF)	-4,80	-4,20	-2,70	-0,80	2,10
Exportações	8,70	5,60	5,20	5,00	4,00
Importações	5,30	-1,10	-0,40	1,20	1,60
Evolução dos Preços					
IPC	1,40	2,70	2,10	2,10	2,10
Evolução do Mercado de Trabalho					
Emprego	-1,50	-0,60	0,10	0,70	1,00
Taxa de Desemprego (%)	10,80	11,20	10,80	10,40	9,80
Produtividade Aparente do Trabalho	3,00	-0,30	0,20	0,00	0,30
Saldo das Balanças de Correntes e de Capital					
Necessidades líquidas de financiamento face ao Exterior	-8,40	-8,30	-7,00	-5,80	-4,90
Saldo da Balança Corrente	9,70	-9,50	-8,30	-7,00	5,90
Saldo da Balança Capital	1,30	1,20	1,30	1,30	1,00

Fonte: INE e Ministério das Finanças e Administração Pública

As **exportações de bens e serviços** deverão apresentar um comportamento favorável (crescimento de 5,6%), com ganhos de quota de mercado associados, beneficiando do crescimento previsto para a procura global e reflectindo, nomeadamente, os ganhos de competitividade associados à evolução dos custos unitários de trabalho, as políticas de apoio às exportações e a redução dos custos de contexto.

O crescimento das exportações, associado à redução prevista das importações em 1,1%, deverá reflectir-se numa redução mais intensa do défice da balança comercial em 2011 (-5,3% face a -7,3%, em 2010).

Para a **formação bruta de capital fixo** prevê-se uma quebra de 4,2% (-4,8% no ano transacto), em resultado de condições mais restritivas ao financiamento do sector privado e, também, às perspectivas menos optimistas dos empresários quanto à evolução da economia. Para esta contracção contribuirá, também, a diminuição do investimento público previsto para 2011.

Espera-se, ainda, que as necessidades de financiamento da economia se reduzam, beneficiando da redução do défice comercial que mais do que compensa o agravamento previsto do défice da balança de rendimentos primários.

A **inflação** em 2011 deverá aumentar para 2,7%, reflectindo as pressões inflacionistas anteriormente referidas, bem como o aumento do IVA verificado em Julho de 2010 e em Janeiro de 2011.

Já no que respeita ao **mercado de trabalho**, espera-se, para 2011, uma contracção de 0,6% do emprego total e um aumento da taxa de desemprego para os 11,2%.

O quadro de consolidação orçamental e a gradual correcção dos desequilíbrios macroeconómicos previstos no horizonte temporal do PEC resultarão numa melhoria significativa do saldo orçamental e numa desalavancagem do sector privado. Estes dois factores levam a que as exportações continuem a ser o principal motor de crescimento da economia portuguesa no período compreendido entre 2012-2014. Desta forma, prevê-se que o PIB apresente um crescimento em termos reais de 0,3%, 0,7% e 1,3% em 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

No que toca ao **consumo privado**, prevê-se a continuação de uma quebra por força do reajustamento esperado por parte das famílias. O crescimento do consumo público, atendendo às metas de contenção orçamental estabelecidas, deverá manter-se negativo em todo o horizonte de projecção, mas em tendência de recuperação. Espera-se, ainda, uma estabilização da inflação em torno dos 2%.

O melhor desempenho da economia, associado também às reformas estruturais no mercado de trabalho, deverá gerar aumentos do **emprego** no período 2012-2014, acompanhados de uma redução da taxa de desemprego.

Por fim, as **necessidades de financiamento** da economia portuguesa face ao exterior deverão continuar a diminuir, em grande parte devido à melhoria do défice da balança de mercadorias e ao processo de consolidação orçamental em curso.

## PERSPECTIVAS PARA OS NEGÓCIOS

Estabelecida a opção por um modelo estratégico que assenta a sustentabilidade da nossa diferenciação competitiva no desenvolvimento de soluções e produtos de software cabe às Unidades Estratégicas de Negócio operacionalizar do ponto de vista táctico as melhores formas para rentabilizar este potencial de criação de valor, escolhendo os caminhos de menor custo marginal em cada um dos mercados em que operam.

Desta forma para cada UEN haverá em primeiro lugar que maximizar os benefícios decorrentes da proximidade do mercado nacional que será sempre o mais próximo do ponto de vista da gestão.

Esta proximidade assegura, a cada gestor, uma melhor leitura de contexto e a vantagem de poder, caso a caso, apresentar maior elasticidade no factor preço em função da resposta que estamos a receber do mercado.

O facto de a SINFIC manter a sua aposta no desenvolvimento de sistemas e produtos de software próprios, assegura-lhe a possibilidade de, a prazo, tornar os seus produtos facilmente diferenciáveis da concorrência, em funcionalidade e preço. Acresce que a cada uma das UEN é colocado o desafio de dinamizar a sua oferta através das suas subsidiárias e parceiros, desafio estará longe de ser fácil.

Em 2011 a topologia de UEN da SINFIC espelha de forma clara a aposta na nossa capacidade de desenvolvimento de serviços /sistemas que potenciem o desenvolvimento do nosso capital intelectual alinhado com os eixos estratégicos da empresa.



Desta forma as diferentes UEN em função da maturidade dos seus negócios apresentam expectativas diferentes; que se podem sumariar na seguinte tabela:

[illegible]

Sistemas & Aplicações	1
Soluções de Mobilidade	1
Management Organizacional	1
Distribuição de Software	0,5
Identidade & Biometria	2
Modernização Administrativa	2,5
Sistemas de Fidelização	0,5
Infra-estruturas TIC	0,5
Compras & Logística	0,5
Projectos Partilhados	3

No entanto, a resposta é clara os novos gestores, que na sua maioria são hoje quadros de formação superior com fortes competências de liderança e um cariz mais técnico



11.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



# 11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			
VALORES ACUMULADOS		UNIDADE MONETÁRIA (€)	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-Dez-2010	31-Dez-2009
ATIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		3.114.597,25	2.879.388,81
ATIVOS INTANGÍVEIS		1.216.166,78	142.370,11
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		6.780.426,57	5.898.503,60
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS		73.320,90	53.880,90
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		213.000,00	
		11.397.511,50	8.974.143,50
ACTIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS		322.509,61	413.415,11
CLIENTES		11.853.797,72	10.470.830,60
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		128.454,39	620.754,44
OUTRAS CONTAS A RECEBER		3.592.407,25	3.044.296,55
DIFERIMENTOS		222.495,78	234.311,92
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		568.650,26	1.086.737,64
		16.688.315,01	15.870.346,38
TOTAL DO ACTIVO		28.085.826,51	24.844.489,88
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL REALIZADO		5.000.000,00	3.025.130,67
PRÊMIOS DE EMISSÃO		100.000,00	100.000,00
RESERVAS LEGAIS		272.610,77	210.100,67
RESULTADOS TRANSITADOS		3.431.270,93	2.256.704,68
AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS		616.699,85	318.376,55
OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO		7.362,00	8.949,80
		9.427.943,55	5.919.262,37
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO		1.430.756,58	1.338.693,81
		10.858.700,13	7.257.956,18
INTERESSES MINORITÁRIOS			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		10.858.700,13	7.257.956,18
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		4.316.520,25	4.977.455,65
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		2.453,99	2.983,26
		4.318.974,24	4.980.438,91
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES		2.318.380,48	3.916.061,59
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		525.458,81	249.656,31
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		6.284.678,13	6.016.153,32
OUTRAS CONTAS A PAGAR		2.279.936,65	2.004.843,03
DIFERIMENTOS		1.499.698,07	419.380,54
		12.908.152,14	12.606.094,79
TOTAL DO PASSIVO		17.227.126,38	17.586.533,70
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		28.085.826,51	24.844.489,88
A ADMINISTRAÇÃO		O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS N.º 83017	

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

VALORES ACUMULADOS

UNIDADE MONETÁRIA (€)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		Dezembro 2010	Dezembro 2009
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS		10.438.298,34	14.307.535,79
GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS		468.147,86	101.088,19
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA		1.136.800,81	
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		-1.910.616,61	-2.954.862,35
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		-3.831.473,15	-5.591.224,73
GASTOS COM O PESSOAL		-7.321.163,46	-7.560.741,84
IMPARIIDADE DAS DIVIDAS A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)		-34.909,64	31.974,47
IMPARIIDADE DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS / AMORTIZÁVEIS (PERDAS / REVERSÕES)			-167.132,27
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		4.153.490,11	3.927.999,67
OUTROS GASTOS E PERDAS		-722.992,36	-200.833,81
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>		<b>2.375.581,90</b>	<b>1.893.803,12</b>
GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO		-387.486,70	-438.185,18
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>		<b>1.988.095,20</b>	<b>1.455.617,94</b>
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS		13.926,36	129.907,19
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS		-493.283,49	-172.136,47
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>1.508.738,07</b>	<b>1.413.388,66</b>
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO		-77.981,49	-74.694,85
<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>1.430.756,58</b>	<b>1.338.693,81</b>

RESULTADO DAS ACTIVIDADES DESCONTINUADAS (LIQUIDO DE IMPOSTOS) INCLUÍDO NO RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO			
---	--	--	--

<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL A:</b>			
DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE			
INTERESSES MINORITÁRIOS			
<b>RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO</b>			

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS N.º 83017

# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

VALORES ACUMULADOS

UNIDADE MONETÁRIA (€)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO</b>			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES		10.118.790,61	10.466.553,18
PAGAMENTOS A FORNECEDORES		6.962.159,04	7.261.626,29
PAGAMENTOS AO PESSOAL		6.649.041,70	7.004.211,19
<b>CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES</b>		<b>-3.492.410,13</b>	<b>-3.799.284,30</b>
PAGAMENTO / RECEBIMENTO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		-38.143,52	-105.274,51
OUTROS RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS		3.422.989,93	-2.303.786,14
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>-107.563,72</b>	<b>-6.208.344,95</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		155.190,11	324.039,53
ACTIVOS INTANGÍVEIS		6.590,40	180.000,00
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		170.480,00	2.940.615,39
OUTROS ACTIVOS		213.000,00	530.000,00
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
ACTIVOS INTANGÍVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
OUTROS ACTIVOS			
SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO		530.000,00	
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES			
DIVIDENDOS			
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>-15.260,51</b>	<b>-3.974.654,92</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		13.836.301,43	20.018.775,39
REALIZAÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO		1.974.869,33	
COBERTURA DE PREJUÍZOS			
DOAÇÕES			575,32
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO			
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		14.338.911,08	10.698.952,74
JUROS E GASTOS SIMILARES		435.927,68	164.905,25
DIVIDENDOS			
REDUÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO			
OUTRAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO		165.229,17	131.779,47
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>871.102,83</b>	<b>9.023.713,25</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1 + 2 + 3)</b>		<b>748.278,60</b>	<b>-1.159.286,62</b>
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		-521.248,48	66.832,34
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		341.620,14	1.434.074,42
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>		<b>568.650,26</b>	<b>341.620,14</b>

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS N.º 83017

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2009 A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

VALORES ACUMULADOS

UNIDADE MONETÁRIA (€)

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE												INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL REALIZADO	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1 1		700.000,00			100.000,00	159.225,40		2.641.225,35	-62.447,01			1.017.505,46	4.555.509,20		4.555.509,20
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	5							-529,27			8.949,80	88.491,74	96.912,27		96.912,27
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO	5					50.875,27		916.008,60	380.823,56			-1.017.505,46	330.201,97		330.201,97
2		0,00	0,00	0,00	0,00	50.875,27	0,00	915.479,33	380.823,56	0,00	8.949,80	-929.013,72	427.114,24	0,00	427.114,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											1.250.202,07	1.250.202,07		1.250.202,07
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3											321.188,35	1.677.316,31	0,00	1.677.316,31
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO</b>															
REALIZAÇÕES DE CAPITAL	5/19	2.325.130,67						-1.300.000,00							
5		2.325.130,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.025.130,67		1.025.130,67
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1 6 = 1 + 2 + 3 + 5		3.025.130,67	0,00	0,00	100.000,00	210.100,67	0,00	2.256.704,68	318.376,55	0,00	8.949,80	1.338.693,81	7.257.956,18	0,00	7.257.956,18

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS N.º 83017

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2010 A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

VALORES ACUMULADOS

UNIDADE MONETÁRIA (€)

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE												INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL REALIZADO	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1 1		3.025.130,67	0,00	0,00	100.000,00	210.100,67	0,00	2.256.704,68	318.376,55	0,00	8.949,80	1.338.693,81	7.257.956,18		7.257.956,18
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO	5					62.510,10		1.174.566,25	298.323,30		-1.587,80	-1.338.693,81	195.118,04		195.118,04
2		0,00	0,00	0,00	0,00	62.510,10	0,00	1.174.566,25	298.323,30	0,00	-1.587,80	-1.338.693,81	195.118,04	0,00	195.118,04
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											1.430.756,58	1.430.756,58		1.430.756,58
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3											92.062,77	1.625.874,62	0,00	1.625.874,62
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO															
REALIZAÇÕES DE CAPITAL	5/19	1.974.869,33													
5		1.974.869,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.974.869,33		1.974.869,33
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1 6 = 1 + 2 + 3 + 5		5.000.000,00	0,00	0,00	100.000,00	272.610,77	0,00	3.431.270,93	616.699,85	0,00	7.362,00	1.430.756,58	10.858.700,13	0,00	10.858.700,13

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS N.º 83017





12.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 28.085.827 euros e um total de capital próprio de 10.858.700 euros, incluindo um resultado líquido de 1.430.757 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 31 de Maio de 2011

Amável Alberto Freixo Calhau

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”



## RELATÓRIO E PARECER

### DO FISCAL ÚNICO

- 1 - No cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no decurso do exercício de 2010, na empresa **SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A.**, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, e os respectivos anexos, relativos àquele exercício.
- 2 - Acompanhámos a Sociedade e mantivemo-nos informados sobre o seu desenvolvimento, devidamente explicitado no relatório elaborado sobre o exercício.
- 3 - As contas e o resultado da gestão foram seguidos e apreciados nos termos da Certificação Legal das Contas por nós emitida sem excepções
- 4 - Face ao exposto, somos de PARECER:

Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, e o respectivo Anexo de **SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A.**, referentes ao exercício de 2010, bem como, que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida naquele relatório.

Lisboa, 31 de Maio de 2011

O FISCAL ÚNICO

Amável Alberto Freixo Calhau

Em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”



13.

ANEXOS ÀS CONTAS

# 13. ANEXOS ÀS CONTAS

## ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

(n.º 5 art. 447.º e n.º 4 do art. 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Lista das acções possuídas pelos membros dos órgãos de administração à data de 31 de Dezembro de 2010:

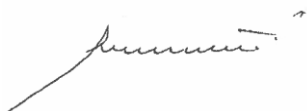
- Eurico Manuel Robim Santos – 68.875 (sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco) acções no valor nominal de cinco euros com o valor total de 344.375,00 (trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco) euros.
- Luís Filipe da Conceição Nobre – 101.500 (cento e uma mil e quinhentas) acções no valor nominal de cinco euros com o valor total de 507.500,00 (quinhentos e sete mil e quinhentos) euros.
- Fernando Feminim Santos – 801.746 (oitocentas e uma mil, setecentas e quarenta e seis) acções no valor nominal de cinco euros com o valor total de 4.008.730,00 (quatro milhões e oito mil, setecentos e trinta) euros.

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando José Henriques Feminim dos Santos



Eurico Manuel Robim dos Santos




Luís Filipe da Conceição Nobre



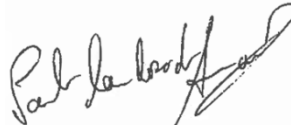
Carlos Manuel Santos Silva



José Luís Alves Pereira



Paulo Cardoso Amaral





## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos no exercício de 2010 no valor de 1.430.756,58 (um milhão, quatrocentos e trinta mil, setecentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e oito centimos) euros sejam distribuídos da seguinte forma:

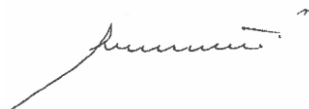
Dando cumprimento ao disposto na lei e nos Estatutos, um montante de 71.537,83 (setenta e um mil, quinhentos e trinta e sete mil e oitenta e três centimos) euros correspondente a 5% do resultado líquido do exercício, se destine ao reforço da reserva legal e 1.359.218,75 (um milhão trezentos e vinte e nove mil, duzentos e dezoito euros e setenta e cinco centimos) euros para Resultados Transitados.

### O Conselho de Administração

Fernando José Henriques Feminim dos Santos



Eurico Manuel Robim dos Santos



Luís Filipe da Conceição Nobre



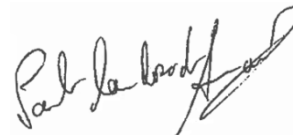
Carlos Manuel Santos Silva



José Luís Alves Pereira



Paulo Cardoso Amaral





Relações de compromisso.

**SINFIC – Sistemas de Informação Industriais e Consultoria, S.A.**

## ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Montantes expressos em Euros)

### **1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A SINFIC – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INDUSTRIAIS E CONSULTORIA, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede em Alfragide, concelho da Amadora, constituída em 30 de Agosto de 1990, que tem por objecto a produção, desenvolvimento, importação, exportação e comercialização de programas para computadores, comercialização de equipamentos informáticos e desenvolvimento de formação profissional. Há 20 anos no mercado das Tecnologias de Informação, é uma empresa certificada segundo as normas ISO 9001:2008.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Referencial contabilístico aplicável

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o referencial contabilístico nacional (Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho), constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas.

### 2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não foi derogada qualquer disposição do Sistema de Normalização Contabilística que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

### 2.3 Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Não há contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

### 2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:

*Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados:*

Até 31 de Dezembro de 2009 a Sinfic, SA, elaborou e aprovou demonstrações financeiras, de acordo com os PCGA anteriores previstos pelo Plano Oficial de Contabilidade. O balanço e a demonstração de resultados por naturezas, relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF. Estes ajustamentos afectaram a posição financeira e o desempenho financeiro da empresa.

- A posição financeira sofreu as seguintes alterações nas suas principais rubricas:
  - a) O Capital Próprio sofreu um decréscimo de 1.877.957,06 €. Esta diminuição verificou-se em várias rubricas: no capital social que segundo as novas NCRF só deve constar nesta conta o capital que se encontra realizado e que a 31 de Dezembro de 2010 era de 3.025.130,67 € e no Resultado Líquido que aumentou 88.491,74 €.
  - b) O Passivo diminuiu em 96.912,27 €, associado à redução do valor de Financiamentos Obtidos em virtude da aplicação das disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, a um financiamento que engloba bonificação de juros, ao abrigo do programa PME Invest.
- O desempenho financeiro foi afectado pela aplicação das disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, originando um aumento nos rendimentos no valor de 127.306,03 € e um aumento nos gastos no valor de 39.343,56 €.

*Reconciliação do capital próprio relatado segundo os PCGA anteriores com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras actuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores:*

A reconciliação do Capital Próprio é espelhada no quadro seguinte:

Reconciliação do Capital Próprio e do Resultado Líquido relatado segundo os PCGA anteriores e as NCRF's	POC (1)	RECONCILIAÇÃO		SNC/NCM (4)
		Ajustamentos (2)	Erros (3)	
CAPITAL PRÓPRIO	9.135.913,24 €	1.877.957,06 €		7.257.956,18 €
RESULTADOS TRANSITADOS	2.257.233,95 €	529,27 €	- €	2.256.704,68 €
RECONHECIMENTO DE ACTIVOS/PASSIVOS				
DESRECONECIMENTO DE ACTIVOS/PASSIVOS		529,27 €		
NOVA MENSURAÇÃO DE ACTIVOS/PASSIVOS				
PERDAS POR IMPARIDADE/REVERSÕES				
OUTROS				
RESULTADO LÍQUIDO	1.250.202,07 €	88.491,74 €	- €	1.338.693,81 €
RECONHECIMENTO DE ACTIVOS/PASSIVOS				
DESRECONECIMENTO DE ACTIVOS/PASSIVOS		88.491,74 €		
NOVA MENSURAÇÃO DE ACTIVOS/PASSIVOS				
PERDAS POR IMPARIDADE/REVERSÕES				
OUTROS				
OUTRAS RUBRICAS	5.628.477,22 €	1.965.919,53 €	- €	3.662.557,69 €
RECONHECIMENTO DE ACTIVOS/PASSIVOS				
DESRECONECIMENTO DE ACTIVOS/PASSIVOS		- 8.949,80 €		
NOVA MENSURAÇÃO DE ACTIVOS/PASSIVOS				
PERDAS POR IMPARIDADE/REVERSÕES				
OUTROS		1.974.869,33 €		

*As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF são (não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas:*

As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas pela Empresa.

### 3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As principais bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

##### Activos fixos intangíveis

Os activos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a empresa, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a Empresa possuir o controlo sobre os mesmos.

Os activos fixos intangíveis são constituídos basicamente por despesas com propriedade industrial e outros activos fixos intangíveis, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes durante o período de vigência das mesmas, entre 3 a 5 anos.

### **Goodwill**

O *goodwill*, traduzido pelo excesso do gasto de uma concentração de actividades empresariais face ao justo valor líquido dos activos e passivos identificáveis da sociedade adquirida, é mensurado pelo seu custo menos qualquer perda por imparidade acumulada. O *goodwill* não é amortizado, sendo anualmente testado quanto à imparidade.

### **Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e são depreciados através do método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do activo. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

#### **Vidas úteis**

Edifícios e outras construções .....	50 anos
Equipamento básico .....	3 a 8 anos
Equipamento administrativo .....	3 a 8 anos
Equipamento de transporte .....	4 anos
Outros activos fixos tangíveis .....	3 a 8 anos

### **Locações**

Os activos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na Nota 3.1 b). De acordo com este método, o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis, sendo a correspondente responsabilidade registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

### **Investimentos financeiros**

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, excepto quando existem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos, caso em que é usado o método do custo. De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e as quantias escrituradas são aumentadas ou diminuídas para reconhecer a parte da empresa nos resultados das associadas após a data de aquisição. As quantias escrituradas são ainda ajustadas para fazer face a alterações no capital próprio das associadas sendo o ajustamento directamente reconhecido no capital próprio da empresa. Os ganhos e perdas não realizados em transacções com associadas são eliminados na proporção da empresa nas associadas.

### **Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou do respectivo valor de mercado, utilizando-se o Custo Específico como método de custeio de saída. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custo de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual.

### **Financiamentos Obtidos**

A empresa reconhece a generalidade dos seus financiamentos pelo método do custo, uma vez que se financia às taxas de juro de mercado. No entanto, a empresa aplicou o método do custo amortizado, cujos encargos financeiros são calculados através da aplicação da taxa de juro efectiva, de acordo com as disposições da NCRF 10 – Custo dos Empréstimos Obtidos, a um financiamento que engloba bonificação de juros, ao abrigo do programa PME Invest. Para este financiamento foi actualizado o valor do mesmo na parcela correspondente ao ganho obtido pela bonificação dos juros.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas a fornecedores e de outras contas a pagar são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

### **Clientes e outras contas a receber**

As dívidas de clientes e de outras contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

### **Caixa e seus equivalentes**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem, assim como os investimentos financeiros a curto prazo de elevada liquidez.



### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes:

#### Especialização de Exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

#### Activos e Passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se a cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e gastos na Demonstração dos Resultados do período.

#### Imposto sobre o Rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o Rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

#### Rédito

O rédito proveniente da venda de bens é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, quando a empresa transfere para o comprador os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

#### Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para relacioná-los com os gastos que se pretende que eles compensem.

### 3.3 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e juízos de valor feitos pelo órgão de gestão foram efectuados com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas, pelo que o referido procedimento não evita que os valores reais possam diferir das estimativas efectuadas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas pelo órgão de gestão na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- valorização dos activos intangíveis em curso;
- reconhecimento do rédito de projectos em curso.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas contabilísticas para significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis: a vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico, sendo definida de acordo com a melhor estimativa do órgão de gestão, e
- Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber: o risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efectivo a incorrer.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

#### 4. FLUXOS DE CAIXA

##### 4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem valores no saldo de “Caixa e seus equivalentes” que não estejam disponíveis para uso.

##### 4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Quantia escriturada e movimentos do período	SALDO INICIAL (1)	DÉBITOS (2)	CRÉDITOS (3)	SALDO FINAL (4)
CAIXA	5.479,89 €	78.848,03 €	82.779,03 €	1.548,89 €
DEPÓSITOS À ORDEM	336.140,25 €	46.919.891,15 €	46.688.930,03 €	567.101,37 €
OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	- €	- €	- €	- €
<b>TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS À ORDEM</b>	<b>341.620,14 €</b>	<b>46.998.739,18 €</b>	<b>46.771.709,06 €</b>	<b>568.650,26 €</b>
DOS QUAIS: DEPÓSITOS BANCÁRIOS NO EXTERIOR	- €	- €	- €	- €

#### 5. POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

##### 5.1 A empresa aplicou pela primeira vez as disposições das seguintes NCRF:

###### a) Aplicação da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros:

A empresa aplicou as disposições desta norma a um financiamento que engloba bonificação de juros, ao abrigo do programa PME Invest.

As quantias dos ajustamentos relacionados com períodos anteriores, que afectaram as demonstrações financeiras comparativas, foram os seguintes:

##### Balanço:

- Financiamentos Obtidos ..... -87.962,47 €

- Resultado Líquido do Período ..... +87.962,47 €

##### Demonstração dos Resultados:

- Juros e Rendimentos Similares Obtidos ..... +127.306,03 €

- Juros e Gastos Similares Suportados ..... -39.343,56 €

- Resultado Líquido do Período ..... +87.962,47 €

Ainda segundo esta norma, o Capital Social sofreu um decréscimo de 1.974.869,33 €. Esta diminuição deveu-se ao facto de que, segundo esta norma o capital que deve estar evidenciado nesta conta é o capital subscrito devendo assim ser deduzido os valores que se encontram no saldo da conta de Accionistas com Subscrição.

**b) Aplicação da NCRF 25 – Impostos Diferidos:**

A empresa aplicou as disposições desta norma a um incentivo não reembolsável ao abrigo de subsídios recebidos no âmbito de programas do Governo. O valor de impostos diferidos, calculados com base na taxa de IRC (25%) em vigor, atingiu o valor de 3.512,53 € (14.050,13 x 25%), tendo sido imputado ao período corrente 529,27 € e serão imputados a períodos futuros o valor de 2.453,99 €.

**Balanço:**

- Passivos por Impostos Diferidos .....	+2.453,99 €
- Resultados Transitados .....	-529,27 €
- Outras Variações nos Capitais Próprios .....	-2.453,99 €
- Resultado Líquido do Período .....	+529,27 €

**Demonstração dos Resultados:**

- Imposto sobre o rendimento .....	529,27€
- Resultado Líquido do Período .....	+529,27 €

**c) Aplicação da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do Governo:**

O subsídio a que a empresa teve direito, atribuído pelo SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial, está relacionado com incentivos ao investimento, ao abrigo do Programa Operacional da Economia. Este subsídio não reembolsável foi inicialmente reconhecido nos capitais próprios com o valor de 11.933,06 €, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos. Este valor originou um valor de 8.949,80 em Outras Variações no Capital Próprio.

## 6. PARTES RELACIONADAS

### 6.1 Remunerações do pessoal chave da gestão:

#### a) Total de remunerações:

O total de remunerações pagas ao pessoal chave da gestão, ou órgão social da empresa foi de 158.512,10 €.

### 6.2 Transacções entre partes relacionadas:

A empresa detém participações nas empresas que se seguem:

- Inova ..... 52,04%
- Bioglobal ..... 80%
- Novageo ..... 70%
- Sinfic Angola ..... 99,78%
- Tuamutunga Trading ..... 73,68%

#### b) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Subsidiárias

#### c) Transacções e saldos pendentes:

As transacções e saldos pendentes constam do quadro seguinte:

Empresa-Mãe	Subsidiárias	Outras partes relacionadas
<b>TRANSACÇÕES</b>		
Vendas	544.955,93 €	- €
Prestações de Serviços	10.487.227,18 €	- €
Compras	6.203,73 €	- €
Serviços Recebidos	100.873,51 €	- €
	11.139.260,35 €	- €
<b>SALDOS</b>		
Clientes	10.375.479,25 €	- €
Outras Contas a Receber	2.582.038,74 €	- €
Fornecedores	52.316,05 €	- €
Outras Contas a Pagar	375.252,51 €	- €
	13.385.086,55 €	- €
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa		
Gastos do período (incobrabilidade)		

## 7. ACTIVOS INTANGÍVEIS:

### 7.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os activos intangíveis da empresa têm vida útil finita estimada de 3 anos, o que corresponde a uma taxa amortização de 33,33%.

- b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas;

O método de amortização usado é o método das quotas constantes.

- c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas no começo e fim do período;

Ver quadro da alínea e) deste ponto

- d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de activos intangíveis esteja incluída;

Todas as amortizações de activos intangíveis encontram-se incluídas no item “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização.

- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações.



A reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período consta do quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Adiantamento por conta de activos	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
<b>COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA:</b>									
1	QUANTIA BRUTA ESCRITURADA FINAL								- €
2	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS								- €
3	QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA FINAL (3 = 1 - 2)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>COM VIDA ÚTIL FINITA:</b>									
4	QUANTIA BRUTA ESCRITURADA INICIAL		761,71 €		1.062.217,97 €	83.064,80 €			1.146.044,48 €
5	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS INICIAIS		253,88 €		920.355,61 €	83.064,80 €			1.003.674,29 €
6	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS INICIAIS								- €
7	QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA INICIAL (7 = 4 - 5 - 6)	- €	507,83 €	- €	141.862,36 €	- €	- €	- €	142.370,19 €
8	MOVIMENTOS DO PERÍODO: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + ..... + 8.6)	- €	253,88 €	- €	26.175,78 €	- €	1.136.800,81 €	- €	1.073.796,59 €
8.1	<b>TOTAL DAS ADIÇÕES</b>	- €	- €	- €	26.175,78 €	- €	1.136.800,81 €	- €	1.162.976,59 €
ADIÇÕES	AQUISIÇÕES EM 1.ª MÃO				26.175,78 €				26.175,78 €
	AQUISIÇÕES ATRAVÉS DE CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS								- €
	OUTRAS AQUISIÇÕES								- €
	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE						1.136.800,81 €		1.136.800,81 €
	ACRÉSCIMO POR REVALORIZAÇÃO								- €
	OUTRAS								- €
8.2	<b>TOTAL DAS DIMINUIÇÕES</b>	- €	253,88 €	- €	88.926,12 €	- €	- €	- €	89.180,00 €
DIMINUIÇÕES	AMORTIZAÇÕES		253,88 €		88.926,12 €				89.180,00 €
	PERDAS POR IMPARIDADE								- €
	ALIENAÇÕES								- €
	ABATES								- €
	OUTRAS								- €
8.3	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE								- €
8.4	TRANSFERÊNCIAS DE INTANGÍVEIS EM CURSO								- €
8.5	TRANSFERÊNCIAS DE/PARA ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA								- €
8.6	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS								- €
9	<b>QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA FINAL (9 = 7 + 8)</b>	- €	253,95 €	- €	79.112,02 €	- €	1.136.800,81 €	- €	1.216.166,78 €
10	QUANTIA DA GARANTIA DE PASSIVOS E/OU TITULARIDADE RESTRINGIDA								- €

## 8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

### 8.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Foi utilizado o modelo do custo para mensurar todos os activos fixos tangíveis da empresa.

b) Métodos de depreciação usados;

O método da linha recta ou das quotas constantes foi utilizado para todos os activos fixos tangíveis da empresa.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

#### Vidas úteis

Edifícios e outras construções ..... 50 e 10 anos

Equipamento básico ..... 3 a 8 anos

Equipamento administrativo ..... 3 a 8 anos

Equipamento de transporte ..... 4 anos

Outros activos fixos tangíveis ..... 3 a 8 anos

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Ver quadro da alínea seguinte.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

A reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período consta do quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento por conta de AFT	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1	QUANTIA BRUTA ESCRITURADA INICIAL		1.905.449,54 €	755.100,32 €	823.728,66 €	601.725,40 €		12.743,33 €		959.060,14 €	5.057.807,39 €
2	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS INICIAIS		377.946,35 €	610.907,59 €	622.436,98 €	555.158,21 €		11.969,45 €			2.178.418,58 €
3	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS INICIAIS										- €
4	QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA INICIAL (4 = 1 - 2 - 3)	- €	1.527.503,19 €	144.192,73 €	201.291,68 €	46.567,19 €	- €	773,88 €	- €	959.060,14 €	2.879.388,81 €
5	MOVIMENTOS DO PERÍODO: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	- €	305.637,88 €	- 62.160,62 €	- 6.995,43 €	- 1.118,56 €	- €	- 154,83 €	- €	- €	235.208,44 €
5.1	<b>TOTAL DAS ADIÇÕES</b>	- €	366.096,91 €	53.476,46 €	122.976,83 €	13.436,30 €	- €	- €	- €	- €	555.986,50 €
	AQUISIÇÕES EM 1.ª MÃO		366.096,91 €	53.476,46 €	122.976,83 €	13.436,30 €					555.986,50 €
	AQUISIÇÕES ATRAVÉS DE CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS										- €
	OUTRAS AQUISIÇÕES										- €
	ESTIMATIVA DE CUSTOS DE DESMANTELAMENTO E REMOÇÃO										- €
	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE										- €
	ACRÉSCIMO POR REVALORIZAÇÃO										- €
	OUTRAS										- €
5.2	<b>TOTAL DAS DIMINUIÇÕES</b>	- €	60.459,03 €	115.637,08 €	129.972,26 €	14.554,86 €	- €	154,83 €	- €	- €	320.778,06 €
	DEPRECIAÇÕES		60.459,03 €	107.671,37 €	110.971,49 €	11.499,92 €		154,83 €			290.756,64 €
	PERDAS POR IMPARIDADE										- €
	ALIENAÇÕES			7.965,71 €	19.000,77 €	3.054,94 €					30.021,42 €
	ABATES										- €
	OUTRAS										- €
5.3	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIDADE										- €
5.4	TRANSFERÊNCIAS DE AFT EM CURSO										- €
5.5	TRANSFERÊNCIAS DE/PARA ACTIVOS NÃO CORRENTES										- €
5.6	DETIDOS PARA VENDA										- €
5.6	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS										- €
6	<b>QUANTIA LÍQUIDA ESCRITURADA FINAL (6 = 4 + 5)</b>	- €	1.833.141,07 €	82.032,11 €	194.296,25 €	45.448,63 €	- €	619,05 €	- €	959.060,14 €	3.114.597,25 €
7	QUANTIA DA GARANTIA DE PASSIVOS E/OU TITULARIDADE RESTRINGIDA										- €

## 8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período.

O total de depreciações reconhecidas, no resultado de 2010, ascendeu a 298.306,70 €.

## 8.3 Depreciação acumulada no final do período.

O total de depreciações acumuladas no final do período corrente foi de 2.175.768,42 €.

## 9. LOCAÇÕES:

### 9.1 Locações financeiras — locatários:

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de activo:

Os contratos de locação financeira em vigor respeitam a bens reconhecidos como activos fixos tangíveis, cuja quantia escriturada líquida, à data de 31.12.10, era de 560.982,55.

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:

O total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço ascende a 517.171,29 €, que incorpora 53.974,79 € de juros, o que significa um valor presente de 463.196,50 €.

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Futuros pagamentos mínimos de Locação	Valor Presente	Valor Futuro
NÃO MAIS DE UM ANO	4.112,56 €	4.141,08 €
MAIS DE UM ANO E NÃO MAIS DE CINCO ANOS	167.076,11 €	172.538,37 €
MAIS DE CINCO ANOS	292.007,83 €	340.491,84 €
<b>TOTAL</b>	<b>463.196,50 €</b>	<b>517.171,29 €</b>

### 9.2 Locações operacionais — locatários:

a) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação nas locações operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:

Futuros pagamentos mínimos de Locação	Valor Futuro
NÃO MAIS DE UM ANO	44.717,97 €
MAIS DE UM ANO E NÃO MAIS DE CINCO ANOS	220.595,07 €
MAIS DE CINCO ANOS	
<b>TOTAL</b>	<b>265.313,04 €</b>

b) Pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como um gasto no período, com quantias separadas para pagamentos mínimos de locação, rendas contingentes, e pagamentos de sublocação:

No período de 2010, foram reconhecidos gastos relativos a pagamentos de locação, associados a pagamentos mínimos de locação, no valor total de 188.737,16 €.

## 10. IMPARIDADE DE ACTIVOS:

### 10.1 Para cada classe de activos:

- a) Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

DESCRIÇÃO	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
	(1)	(2)	(3)= (1-2)
DÍVIDAS A RECEBER DE CLIENTES	46.146,25 €	11.236,61 €	34.909,64 €
OUTRAS DÍVIDAS A RECEBER			- €
INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO E OUTROS TÍTULOS			- €
OUTRAS			- €
<b>TOTAL</b>	<b>46.146,25 €</b>	<b>11.236,61 €</b>	<b>34.909,64 €</b>

## 11. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS:

- 11.1 Para cada concentração de actividades empresariais (como adquirente) efectuada durante o período (as informações seguintes podem ser divulgada em conjunto no caso de concentrações de actividades empresariais, efectuadas durante o período de relato, que sejam individualmente imateriais):

- a) Nomes e descrições das entidades ou actividades empresariais concentradas;

As participações financeiras em empresas subsidiárias, proporção de capital e suas actividades detidas em 31 de Dezembro de 2010 são as seguintes:

Empresas Subsidiárias	Data Aquisição	Percentagem Capital detido	Valor Contabilístico	Informação financeira da empresa conjuntamente controlada					Principal Actividade
				Activos	Passivos	Rendimentos	Gastos	Resultado Líquido	
INOVA	Mar-05	52,04%	269.139,08 €	1.225.365,60 €	708.188,29 €	698.473,54 €	668.948,72 €	29.524,82 €	Prestação de serviços relativos a projectos e sistemas industriais, soluções tecnológicas
BIOGLOBAL	Jun-08	80%	206.861,10 €	2.624.985,15 €	2.366.408,78 €	2.104.868,53 €	2.088.004,87 €	16.863,66 €	Comercialização e instalação de equipamentos de biometria, identificação e segurança, bem como prestações de serviços associadas, e comunicações globais.
NOVAGEO	Nov-09	71,5%	133.602,60 €	1.675.176,44 €	1.488.319,65 €	941.001,67 €	1.357.548,49 €	416.546,82 €	Sistemas de informação geográfica, cartografia, cadastro, controlo de qualidade, sistemas Web-Based, gestão de dados e informação espacial, sistemas de suporte à decisão, integração de sistemas, consultoria, formação presencial e e-learning.
SINFIC ANGOLA	Dez-09	99,78%	5.667.465,93 €	49.888.334,23 €	44.208.379,50 €	30.181.765,75 €	29.443.018,24 €	738.747,51 €	Comercialização de software, sistemas informáticos, estudos viabilidade económica e financeira. Assitência técnica nas áreas de geologia, ordenamento pecuário, contratos de gestão de empreendimentos industriais e comerciais, contratos de resprentação
TUAMUTUNGA TRADING	Mar-10	73,68%	1.961,03 €	384.353,91 €	381.692,36 €	435.168,62 €	492.824,70 €	57.656,08 €	Comércio, importação e exportação de máquinas agrícolas e industriais, materiais de construção, equipamentos de hotelaria, electrodomésticos e mobiliário bem como a prestação de serviços conexos
<b>TOTAL</b>			<b>6.279.029,74 €</b>	<b>55.798.215,33 €</b>	<b>49.152.988,58 €</b>	<b>34.361.278,11 €</b>	<b>34.050.345,02 €</b>	<b>310.933,09 €</b>	

O valor de Goodwill existente à data de 31 de Dezembro de 2010 ascende a 501.396,83 € líquidos e diz respeito ao valor gasto em excesso na concentração de actividades empresariais face ao justo valor líquido dos activos e passivos identificáveis da empresa Bioglobal.

## 12. INVENTÁRIOS:

### 12.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou do respectivo valor de mercado, utilizando-se o Custo Específico como método de custeio de saída.

### 12.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Em 2010, a quantia escriturada de inventários foi de 322.509,61 €, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	TOTAL
		(1)	(2)	(3)
1	INVENTÁRIOS INICIAIS	413.415,22 €	- €	413.415,22 €
2	COMPRAS	1.819.711,00 €	- €	1.819.711,00 €
3	RECLASSIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE INVENTÁRIOS	- €	- €	- €
4	INVENTÁRIOS FINAIS	322.509,61 €	- €	322.509,61 €
5	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS: (5 = 1+2+3-4)	1.910.616,61 €	- €	1.910.616,61 €
OUTRA INFORMAÇÃO RELATIVA A MERCADORIAS, MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO:				
6	AJUSTAMENTOS/PERDAS POR IMPARIDADE DO PERÍODO EM INVENTÁRIOS	- €	- €	- €
7	AJUSTAMENTOS/PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM INVENTÁRIOS	- €	- €	- €
8	REVERSÃO DE AJUSTAMENTOS/PERDAS POR IMPARIDADE DO PERÍODO EM INVENTÁRIOS	- €	- €	- €
9	INVENTÁRIOS ESCRITURADOS PELO JUSTO VALOR MENOS OS CUSTOS DE VENDER	- €	- €	- €
10	INVENTÁRIOS DAODS COMO PENHOR DE GARANTIA A PASSIVOS	- €	- €	- €
11	INVENTÁRIOS QUE SE ENCONTRAM FORA DA EMPRESA	- €	- €	- €
12	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE COMPRAS	- €	- €	- €



### 13. RÉDITO:

#### 13.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

A empresa reconheceu o rédito de todas as receitas e despesas de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

#### 13.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda de bens:

Em 2010, a empresa reconheceu rédito da Venda de bens no valor de 2.064.831,63 €.

b) Prestação de serviços:

Em 2010, a empresa reconheceu rédito de Prestação de Serviços no valor de 8.373.466,71 €.

c) Juros:

A empresa reconheceu em 2010, 129.907,19 € em Juros e Outros Rendimentos Similares

#### **14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES:**

##### **14.1 Divulgações para cada classe de provisão:**

A data de 31.12.2010 a empresa não tem reconhecidas quaisquer provisões.

##### **14.2 Para cada classe de passivo contingente à data do balanço:**

Não há situações que justifiquem a divulgação de quaisquer obrigações possíveis (passivos contingentes).

##### **14.3 Descrição da natureza dos activos contingentes à data do balanço (probabilidade de um influxo de benefícios económicos) e estimativa do seu efeito financeiro.**

Não há situações que justifiquem a divulgação de quaisquer influxos de benefícios económicos futuros.

#### **15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:**

##### **15.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.**

A política contabilística adoptada pela empresa, relativamente aos subsídios recebidos no âmbito de programas do Governo, depende da natureza dos mesmos quanto ao facto de serem reembolsáveis ou não. Assim sendo:

- Subsídio não reembolsável: reconhecido directamente em Capital Próprio, nomeadamente em Outras Variações de Capital Próprio, sendo o mesmo imputado a resultados na mesma proporção das amortizações dos activos com que está relacionado. São assim reconhecidos impostos diferidos associados ao valor do subsídio, sendo os mesmos regularizados na mesma proporção da imputação do subsídio ao investimento.

##### **15.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.**

O subsídio a que a empresa teve direito, atribuído pelo SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial, está relacionado com incentivos ao investimento, ao abrigo do Programa Operacional da Economia. A finalidade dos subsídios e o valor imputado a rendimento do período estão descritos no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
		Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
		(1)	(2)	(3)	(4)
1	SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ACTIVOS/AO INVESTIMENTO: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	311.477,84 €	2.117,07 €	- €	- €
1.1	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + ..... + 1.1.7)	228.413,04 €	2.117,07 €	- €	- €
1.1.1	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
1.1.2	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	136.974,70 €	2.117,07 €		
1.1.3	EQUIPAMENTO BÁSICO	91.438,34 €			
1.1.4	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE				
1.1.5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO				
1.1.6	EQUIPAMENTOS BIOLÓGICOS				
1.1.7	OUTROS				
1.2	ACTIVOS INTANGÍVEIS (1.2 = 1.2.1 + 1.2.2 + ..... + 1.2.4)	83.064,80 €	- €	- €	- €
1.2.1	PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO				
1.2.2	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	83.064,80 €			
1.2.3	PROPRIEDADE INDUSTRIAL				
1.2.4	OUTROS	- €			
1.3	OUTROS ACTIVOS				
2	SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM RENDIMENTOS/À EXPLORAÇÃO				
3	VALOR DOS REEMBOLSOS NO PERÍODO RESPEITANTES A: (3 = 3.1 + 3.2)	- €	- €	- €	- €
3.1	SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM ACTIVOS/AO INVESTIMENTO				
3.2	SUBSÍDIOS RELACIONADOS COM RENDIMENTOS/À EXPLORAÇÃO				
4	TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)	311.477,84 €	2.117,07 €	- €	- €

A imputação do subsídio não reembolsável aos rendimentos do período é facto gerador de passivos por impostos diferidos. Os efeitos do reconhecimento e imputação dos impostos diferidos são apresentados no quadro seguinte:

Subsídio não Reembolsável	Valores
RECONHECIMENTO DO SUBSÍDIO	10.537,60 €
ANTES DE IMPOSTOS DIFERIDOS	14.050,13 €
IMPOSTOS DIFERIDOS	- 3.512,53 €
RECONHECIMENTO EM RESULTADOS	1.587,80 €
ANTES DE IMPOSTOS DIFERIDOS	2.117,07 €
IMPOSTOS DIFERIDOS	- 529,27 €
<b>SALDO FINAL EM 31.12.10</b>	<b>9.815,99 €</b>
ANTES DE IMPOSTOS DIFERIDOS	12.269,98 €
IMPOSTOS DIFERIDOS	- 2.453,99 €

## 16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO:

### 16.1 Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados (com excepção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados).

Todas as diferenças de câmbio apuradas no período foram reconhecidas em resultados e reportam-se à actividade operacional da empresa. A decomposição é a seguinte:

DIFERENÇAS DE CâMBIO	
Reconhecidas em resultados do período	Valor
DIFERENÇAS DE CâMBIO DESFAVORÁREIS	641.116,87 €
DIFERENÇAS DE CâMBIO FAVORÁREIS	629.128,43 €
LIQUIDAS E RECONHECIDAS EM CAPITALS PRÓPRIOS NO PERÍODO	- €

## 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

### 17.1 Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou:

A autorização para a emissão das Demonstrações Financeiras foi dada a 31.03.11, por indicação do Presidente do Conselho da Administração da empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Após a data de emissão das Demonstrações Financeiras, não há a possibilidade das mesmas serem alteradas.

### 17.2 Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

**Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.**

Entre 31.12.10 e 31.03.11, não ocorreram acontecimentos que justificassem quer ajustamentos às Demonstrações Financeiras do período findo a 31.12.10, quer divulgações sobre esses acontecimentos.

## 18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

### 18.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

#### a) Gasto (rendimento) por impostos correntes:

O gasto (rendimento) por impostos correntes do período de 2010 é de 78.510,76 €.

Este valor inclui 61.568,69 € associados a tributações autónomas.

#### b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias:

Quanto aos gastos (rendimentos) associados à origem de impostos diferidos e a sua imputação no tempo, o valor imputado a resultados em 2010 foi de 529,27 €.

DESCRIÇÃO		Valor
1	RESULTADO CONTABILÍSTICO DO PERÍODO (ANTES DE IMPOSTOS)	1.508.738,07 €
2	IMPOSTO CORRENTE	- 78.510,76 €
3	IMPOSTO DIFERIDO	529,27 €
4	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO (4 = 2 + 3)	- 77.981,49 €
5	TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS	- 61.568,69 €
6	TAXA EFECTIVA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO [6 = (4 + 5) / 1 X 100]	9,25%

### 18.2 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio.

Em resultado da atribuição do subsídio não reembolsável no âmbito de programas do Governo, a empresa reconheceu como passivos por impostos diferidos que afectaram directamente o Capital Próprio. Em 2010, o Capital Próprio foi diminuído com o reconhecimento inicial do incentivo em 2.453,99 € e creditado pela imputação do imposto diferido a resultados em 529,27 €.

### 18.3 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

#### a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

Os encargos de imposto (rendimento) registados no período, face ao resultado antes de impostos, podem ser justificados do seguinte modo:

Descrição	Base Fiscal	Imposto
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	1.508.738,07 €	
DIFERENÇAS PERMANENTES	- 379.257,44 €	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POSITIVAS	17.592,49 €	
CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	33.691,78 €	
DEPRECIAÇÃO DE VIATURAS	27.996,18 €	
IMPOSTOS DIFERIDOS	105,85 €	
MULTAS, COIMAS, JUROS COMPENSATÓRIOS	13.690,18 €	
ENCARGOS COM VIATURAS	4.381,52 €	
MAIS VALIAS FISCAIS	99.253,26 €	
ANULAÇÃO EFEITOS DO MEP	- 468.147,86 €	
MAIS VALIAS CONTABILÍSTICAS	- 96.793,75 €	
BENEFÍCIOS FISCAIS	- 11.027,10 €	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.129.480,63 €</b>	
APLICAÇÃO TAXAS IMPOSTO		297.747,32 €
TAXA ATÉ 12.500 € (12,5%)		1.562,50 €
TAXA NORMAL ACIMA DOS 12.500 € (25%)		279.242,75 €
DERRAMA (1,5%)		16.942,07 €
DEDUÇÕES - SIFIDE		280.805,25 €
IMPOSTO CORRENTE		16.942,07 €
TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS		61.568,69 €
IMPOSTO ESTIMADO		78.510,76 €
IMPOSTO DIFERIDO		529,27 €
<b>RENDIMENTO DE IMPOSTO NO PERÍODO</b>		<b>77.981,49 €</b>

## **19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:**

### **Políticas contabilísticas:**

#### **19.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.**

A empresa utilizou, para todos os activos e passivos financeiros, o método do custo, com excepção dos financiamentos em que foi aplicado o método do custo amortizado, tal como indicado na nota 3.1 deste documento.

### **Categorias de activos e passivos financeiros:**

#### **19.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria.**

O quadro seguinte mostra a quantia escriturada das categorias de activos e passivos financeiros, distinguidos pelos métodos de mensuração adoptados e indicando as quantias de perdas por imparidade reconhecidas para cada categoria:



DESCRIÇÃO	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
	(1)	(2)	(3)	(4)
<b>ACTIVOS FINANCEIROS:</b>	- €	- €	16.901.315,01 €	60.001,98 €
CLIENTES			11.853.797,72 €	60.001,98 €
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES				
ACCIONISTAS/SÓCIOS				
OUTRAS CONTAS A RECEBER			3.592.407,25 €	
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
DOS QUAIS: ACÇÕES E QUOTAS INCLUÍDAS NA CONTA "1421"				
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS			1.455.110,04 €	
DOS QUAIS:				
ACÇÕES E QUOTAS INCLUÍDAS NA CONTA "1431"				
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS INCLUÍDOS NA CONTA "1431"				
<b>PASSIVOS FINANCEIROS:</b>	- €	3.968.331,65 €	13.256.340,74 €	- €
FORNECEDORES			2.318.380,48 €	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES				
ACCIONISTAS/SÓCIOS				
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		3.968.331,65 €	6.632.866,73 €	
DOS QUAIS:				
EMPRÉSTIMO POR OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS QUE SE ENQUADRAM NA DEFINIÇÃO DE PASSIVO FINANCEIRO				
PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES QUE SE ENQUADRAM NA DEFINIÇÃO DE PASSIVO FINANCEIRO:				
AUMENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO				
DIMINUIÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO				
OUTRAS CONTAS A PAGAR			2.279.936,65 €	
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS			2.025.156,88 €	
<b>GANHOS E PERDAS LÍQUIDOS RECONHECIDOS DE:</b>				
ACTIVOS FINANCEIROS				
PASSIVOS FINANCEIROS		102.618,41 €	265.077,15 €	
<b>TOTAL DE RENDIMENTOS E GASTOS DE JUROS EM:</b>				
ACTIVOS FINANCEIROS				
PASSIVOS FINANCEIROS		102.618,41 €	265.077,15 €	

## Elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas:

### 19.3 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de:

- Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os ganhos e perdas líquidas reconhecidas de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ascendem a 102.618,41 €, resultante de rendimentos de juros no valor de 6.489,85 € e gastos de juros no valor de 109.108,26 €.

### 19.4 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efectiva) para activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O total de rendimentos de juros de passivos financeiros, utilizando o método da taxa de juro efectiva, foi de 6.489,85 €, em 2010.

O total de gastos de juros de passivos financeiros, utilizando o método da taxa de juro efectiva, foi de 109.108,26 €, em 2010.

### 19.5 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de activos financeiros.

A empresa apenas tem reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber de clientes, tal como indicado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
	(1)	(2)	(3)= (1-2)
DÍVIDAS A RECEBER DE CLIENTES	46.146,25 €	11.236,61 €	34.909,64 €
OUTRAS DÍVIDAS A RECEBER			- €
INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO E OUTROS TÍTULOS			- €
OUTRAS			- €
<b>TOTAL</b>	<b>46.146,25 €</b>	<b>11.236,61 €</b>	<b>34.909,64 €</b>

## Instrumentos de capital próprio:

### 19.6 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização.

O capital social da empresa encontra-se totalmente realizado no valor de 5.000.000 €.

### 19.7 Número de acções representativas do capital social, respectivas categorias e valor nominal.

O capital social é representado por 1.000.000 de acções com o valor nominal de 5 € cada.

**DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:****19.8 Dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos**

Ao abrigo do artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro, a empresa não tem dívidas em mora ao Estado.

Ao abrigo do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, a empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social.

**19.9 Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento**

De acordo com a Lei 40/2005, de 3 de Agosto que cria o SIFIDE, Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial, a Empresa deduziu ao montante apurado nos termos do artigo 83º do CIRC, e até à sua concorrência, o valor correspondente às despesas com investigação e desenvolvimento.

A empresa realizou um total de 1.905.616,72 € de despesas de investigação e desenvolvimento em 2010, sendo 42.330,54 € respeitantes à aquisição de imobilizado, 1.202.120,11€ relacionadas com despesas com o pessoal directamente envolvido nesta área e 661.166,07 € respeitantes a despesas de funcionamento.

Neste ano foi deduzido o valor de 280.805,25 referente ao ano 2009, ficando ainda a transitar para os anos seguintes o valor de 279.394,93 € referente a este ano. No ano de 2010 o valor do incentivo proposto foi de 1.117.840,04 €. Estes valores serão deduzidos até ao 6º exercício imediato.

**19.10 Informação por actividades económicas**

No quadro seguinte apresenta-se a actividade económica da empresa segundo o seu CAE:

DESCRIÇÃO		Actividades Económicas	
		Actividade CAE - Rev 3 62010	TOTAL
		(1)	(2)
1	VENDAS: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	2.064.831,63 €	2.064.831,63 €
1.1	MERCADORIAS	2.064.831,63 €	2.064.831,63 €
1.2	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS, SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS		- €
1.3	ACTIVOS BIOLÓGICOS		- €
2	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	8.373.466,71 €	8.373.466,71 €
3	COMPRAS	1.819.711,00 €	1.819.711,00 €
4	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	3.831.473,15 €	3.831.473,15 €
5	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	1.910.616,61 €	1.910.616,61 €
5.1	MERCADORIAS	1.910.616,61 €	1.910.616,61 €
5.2	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO		- €
5.3	ACTIVOS BIOLÓGICOS (COMPRAS)		- €
6	VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO		- €
7	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO	223	223
8	GASTOS COM O PESSOAL: (8 = 8.1 + 8.2)	7.321.163,46 €	7.321.163,46 €
8.1	REMUNERAÇÕES	5.726.089,14 €	5.726.089,14 €
8.2	OUTROS (INCLUI PENSÕES)	1.595.074,32 €	1.595.074,32 €
9	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:		
9.1	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA FINAL	2.155.537,11 €	2.155.537,11 €
9.2	TOTAL DE AQUISIÇÕES		- €
9.3	DAS QUAIS: EM EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	366.096,91 €	366.096,91 €
9.4	ADIÇÕES NO PERÍODO DE ACTIVOS EM CURSO		- €
10	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:		
10.1	QUANTIA ESCRITURADA LÍQUIDA FINAL		- €
10.2	TOTAL DE AQUISIÇÕES		- €
10.3	DAS QUAIS: EM EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES		- €
10.4	ADIÇÕES NO PERÍODO DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS EM CURSO		- €

### 19.11 Informação por mercados geográficos

Os rendimentos e gastos desdobrados por mercados geográficos, no período de 2010, estão apresentados no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO		Mercados geográficos			
		Interno	Comunitário	Extra-Comunitário	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)
1	VENDAS	513.519,71 €	3.600,00 €	1.547.711,92 €	2.064.831,63 €
2	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2.430.043,31 €	5.525,00 €	5.937.898,40 €	8.373.466,71 €
3	COMPRAS	1.532.637,98 €	280.975,23 €	6.097,79 €	1.819.711,00 €
4	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.968.023,77 €	251.251,83 €	612.197,55 €	3.831.473,15 €
5	AQUISIÇÕES DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	551.028,82 €	3.770,15 €	1.187,54 €	555.986,51 €
6	AQUISIÇÕES DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO				- €
7	AQUISIÇÕES DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	26.175,78 €			26.175,78 €
8	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES: (8 = 8.1 + ..... + 8.5)	51.098,21 €	- €	3.342.084,39 €	3.393.182,60 €
8.1	SERVIÇOS SOCIAIS				- €
8.2	ALUGUER DE EQUIPAMENTO				- €
8.3	ESTUDOS, PROJECTOS E ASSISTÊNCIA TECNOLÓGICA				- €
8.4	ROYALTIES				- €
8.5	OUTROS	51.098,21 €		3.342.084,39 €	3.393.182,60 €
9	POR MEMÓRIA: VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO (VALORES NÃO DESCONTADOS)	2.943.563,02 €	9.125,00 €	7.485.610,32 €	10.438.298,34 €
10	POR MEMÓRIA: COMPRAS E FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (VALORES NÃO DESCONTADOS)	4.500.661,75 €	532.227,06 €	618.295,34 €	5.651.184,15 €

## OUTRAS INFORMAÇÕES:

### 19.12 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	VALORES
ACTIVO	130.961,38 €
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	130.961,38 €
PASSIVO	525.458,81 €
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	59.581,03 €
RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	163.829,04 €
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	297.932,73 €
OUTROS IMPOSTOS	4.116,01 €

### 19.13 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	VALORES
GASTOS A RECONHECER	222.495,78 €
SEGUROS	44.207,54 €
CONTRATOS MANUTENÇÃO	162.712,01 €
OUTROS GASTOS	15.576,23 €
RENDIMENTOS A RECONHECER	1.499.698,07 €
PRESTAÇÕES SERVIÇOS	1.126.515,51 €
CONTRATOS MANUTENÇÃO	373.182,56 €

### 19.14 Devedores e Credores por Acréscimos

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de «Devedores e Credores por Acréscimos» apresentava a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	VALORES
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	519.071,58 €
PRESTAÇÕES SERVIÇOS	515.947,83 €
CONTRATOS MANUTENÇÃO	3.123,75 €
CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	719.742,84 €
REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR	703.560,53 €
PRESTAÇÕES SERVIÇOS	6.062,02 €
OUTROS ACRÉSCIMOS DE GASTOS	10.120,29 €

### 19.15 Outros Devedores

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de «Outros Devedores» apresentava a seguinte decomposição:

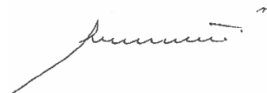
DESCRIÇÃO	VALORES
OUTROS DEVEDORES	3.058.080,30 €
ENTIDADES PÚBLICAS (SUBSÍDIOS)	2.067,99 €
ACIC	85.014,96 €
CNS HIPERMÉDIA	88.700,00 €
CNS SA	16.552,26 €
CNS NORTE	214.505,17 €
TUAMUTUNGA TRADING	216.903,77 €
SINFIC ANGOLA	2.365.134,97 €
TUAMUTUNGA ANGOLA	60.899,46 €
DEVEDORES DIVERSOS	8.301,72 €

#### O Conselho de Administração

Fernando José Henriques Feminim dos Santos



Eurico Manuel Robim dos Santos



Luís Filipe da Conceição Nobre



Carlos Manuel Santos Silva



José Luís Alves Pereira



Paulo Cardoso Amaral



#### O Técnico Oficial de Contas

Paula Cristina Oliveira Rodrigues





**SINFIC** PT

Relações de compromisso.



Estrada da Ponte, nº 2  
Quinta Grande – Alfragide  
2610-141 Amadora  
Portugal  
Tel: (+351) 210 103 900  
Fax: (+351) 210 103 999

Rua Kwamme Nkrumah,  
nº 10 - 3º, Maianga  
Luanda  
Angola  
Tel: (+244) 222 447 689  
Fax: (+244) 222 431 139

Av. Dr. Amílcar Cabral, Ed. Pangeia  
Bairro Lalula, Apartado 184  
Lubango  
Angola  
Tel: (+244) 261 226 110/3  
Fax: (+244) 261 226 115

Av. Domingos Ramos, nº 7  
Bissau

Guiné-Bissau  
Tel: (+245) 644 77 23

Av. 25 de Setembro, nº1509  
6º Andar, Maputo

Moçambique  
Tel: (+258) 213 012 05  
Fax: (+258) 213 012 05

[www.sinfic.com](http://www.sinfic.com)

